MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1987

RELATÓRIO
1987

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1987

ÍNDICE

ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS.. 05

AMÉRICAS

América do Sul.. 14
América Central e Caribe... 19
América do Norte.. 19
Fronteiras... 21

ÁSIA, OCEANIA, ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO

Ásia e Oceania.. 25
África... 31
Oriente Próximo.. 34

EUROPA

Europa Ocidental.. 41
Europa Oriental... 48

ASSUNTOS CONSULARES.. 53

ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS.................................. 57

ONU... 60
OEA.. 76
Organismos Internacionais Especializados.................................. 85
Temas Internacionais Especiais.. 89
Assuntos Culturais.. 93

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS.............................. 97

Promoção Comercial... 99
Política Comercial... 102

Política Financeira 109
Produtos de Base 110
Transportes e Comunicações 113
Relações com a América Latina 115
Relações Bilaterais 116
Energia e Recursos Minerais 118

COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Ciência e Tecnologia 123
Sistema de Informações Econômicas 130

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS 135

Pessoal 135
Administração 137
Comunicações 138
Arquivo 139
Documentação 141
Processamento de Dados 144
Modernização e Informática 147
Orçamento e Finanças 150
Secretaria de Controle Interno 150

ASSUNTOS JURÍDICOS 153

INSTITUTO RIO BRANCO 159

CERIMONIAL 165

IMPRENSA 177

RELAÇÕES COM O CONGRESSO 183

APÊNDICE I - ATOS INTERNACIONAIS 187

APÊNDICE II - REGISTRO DE VISITAS 199

APÊNDICE III - ORGANOGRAMA DO MRE 241

ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS

ANÁLISE

Durante o ano de 1987, ampliou-se o raio de ação da política externa brasileira. Novas iniciativas aliadas a medidas tendentes a consolidar a presença brasileira em regiões consideradas prioritárias conferiram especial dinamismo ao conjunto de nossas relações internacionais.

Apesar das restrições orçamentárias, impostas pelo momento interno, o Brasil logrou redimensionar, com sucesso, o papel de sua atuação diplomática, buscando orientá-la, com objetividade, para o atendimento dos interesses brasileiros.

Em sentido convergente notou-se aumento significativo do interesse externo pela cooperação com o Brasil, reflexo, de um lado, do processo de redemocratização do país, e, de outro, das perspectivas que se abrem aos investimentos na sua economia, com a conversão da dívida externa e com as promissoras ofertas de novos capitais originários de economias superavitárias.

Com a América Latina, região de maior prioridade para a política externa brasileira, o Brasil deu seqüência aos esforços de integração. Mereceram destaque as viagens presidenciais realizadas à Argentina, Uruguai, Venezuela, Peru e México. Como expressão máxima do novo quadro em que se inserem as relações do Brasil com os seus parceiros latino-americanos, ganhou especial destaque a reunião presidencial do Grupo dos Oito celebrada na cidade de Acapulco, no mês de novembro. No âmbito da América Central e Caribe, continuou o Brasil a dar sua colaboração no Grupo de Apoio a Contadora, mediante atuação de relevo na intermediação dos Acordos de Esquipulas II. Com os Estados Unidos da América, continuou o Brasil a ter um diálogo franco e permanente, não obstante as diferenças de percepções que caracterizam um e outro país em relação a muitas das questões internacionais.

A ação diplomática do Brasil na África muito se ressentiu da deterioração das condições econômicas e financeiras dos países da África Subsaárica, provocada pelo endividamento externo, pela queda nos preços de seus principais produtos de exportação e pela longa estiagem que afetou, em particular, a produção agrícola dos países da África Oriental. Não obstante, o Brasil continuou a envidar esforços para aumentar sua presença no Continente. Concentrou boa parte de sua atenção nos países africanos de expressão portuguesa, com significativo aumento da cooperação com Angola, Moçambique e Cabo Verde. Especial destaque também foi conferido à participação brasileira nos projetos da Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral – SADCC. No campo político, continua o Brasil a condenar o regime segregacionista da África do Sul bem como a ocupação ilegal da Namíbia e, nesse contexto, as incursões sul-africanas em território angolano.

Na área do Oriente Próximo, o Brasil acompanhou com preocupação a intensificação dos conflitos regionais. Manteve-se firme na defesa de sua posição no sentido de que os conflitos sejam conduzidos a uma paz diplomaticamente negociada, cujos termos atendam todas as partes envolvidas, preservados os princípios da independência, soberania e integridade territorial. Com relação especificamente ao conflito árabe-israelense, o Brasil consignou, pela primeira vez, em documento de política externa, durante viagem do Ministro das Relações Exteriores ao Cairo, no mês de junho, sua posição favorável à realização de uma Conferência Internacional sobre a questão, com vistas ao estabelecimento da paz na região.

Com a Europa Ocidental, o Brasil procurou, em 1987, novas fórmulas de cooperação. No âmbito político, a ação diplomática brasileira obteve manifestações de coincidências de pontos de vista acerca de importantes questões internacionais, em especial o problema do endividamento dos países em desenvolvimento. No campo econômico, o protecionismo praticado pelas Comunidades Econômicas Européias induziu o Brasil a buscar, na intensificação do relacionamento bilateral, fórmulas adequadas ao aumento da cooperação econômica e comercial com os países europeus. Destacaram-se, nesse sentido, os trabalhos das Comissões Mistas com a República Federal da Alemanha, Áustria e Países Baixos. Especial atenção foi também dada à reordenação dos programas de cooperação técnica com a Itália e a França.

Graças, por um lado, às transformações ocorridas na URSS e, por extensão, nos demais países do Leste Europeu e, por outro, à adoção de novo enfoque por parte do Brasil, nossas relações com o Leste Europeu evoluíram muito no campo político, destacando-se a visita do chanceler

Eduard A. Chevardnadze, no mês de setembro, a primeira de um Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético ao Brasil. No aspecto econômico, preponderaram iniciativas inovadoras, como a reestruturação do comércio e o aumento da cooperação científica e tecnológica.

As relações do Brasil com os países da Ásia e Oceania ganharam novo impulso em 1987. No campo da cooperação científica e tecnológica verificou-se especial incremento de nossas relações com a República Popular da China. Aspectos de natureza econômica sobressaíram em nosso relacionamento com o Japão, mediante o intercâmbio freqüente de missões de alto nível para tratar dos empreendimentos conjuntos e da possível absorção pelo Brasil de novos capitais japoneses.

Verificou-se, por fim, no âmbito da atuação consular e jurídica do Itamaraty, amplo trabalho de modernização de seus métodos. Deu-se curso, por outro lado, com resultados positivos, às reuniões dos grupos de cooperação consular.

AMÉRICAS

É fato inegável que a conjuntura política latino-americana atingiu etapa sem precedente histórico no processo de entendimento e concertação regional. A constatação desse momento privilegiado, que tem sido brindado com esforços correspondentes para seu reforço e continuidade, constitui o princípio basilar da política externa brasileira para o continente, ao ser assim definido como prioridade no conjunto da ação externa do Brasil. Esse quadro de grande movimentação diplomática continental tem recebido ingente contribuição de parte do Brasil, traduzida, em seus momentos mais expressivos, nas visitas do Presidente da República a países da região, assim como no freqüente recebimento no Brasil de Chefes de Estado e outras altas autoridades latino-americanas. Por esse meio, relações tradicionais de boa vizinhança receberam o estímulo da atividade diplomática dos Chefes de Estado da região. Não menos importante tem sido o trabalho das Chancelarias latino-americanas, responsáveis pelos frutos que tais encontros de alto nível, tanto presidenciais como ministeriais, têm propiciado ao conjunto das diplomacias regionais.

Dentro desse quadro, merece dimensionamento próprio, como expressão máxima do atual momento latino-americano, a reunião em nível presidencial do Grupo dos Oito, celebrada no mês de novembro em Acapulco, de onde os oito presidentes dirigiram ampla declaração referente aos temas da agenda internacional de interesse prioritário para seus países.

O surgimento, no cenário diplomático continental, de iniciativas de monta como o Grupo dos Oito, merece ter sua origem examinada, em exercício que permitirá valorizar a importância de elementos como a redemocratização e a exigência de maior cooperação econômica regional como motores desse momento histórico das relações inter-regionais, responsáveis pelo balanço altamente positivo da diplomacia americana do Brasil no ano de 1987.

ARGENTINA

Dando continuidade à evolução particularmente positiva e auspiciosa que tem caracterizado, nos últimos anos, as relações brasileiro-argentinas, o Presidente José Sarney visitou oficialmente a Argentina nos dia 15, 16 e 17 de julho, quando esteve, respectivamente, nas cidades de Buenos Aires, Bariloche e Viedma. O evento serviu de oportunidade para o aprofundamento e ampliação do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os dois países, tendo sido assinados três novos Protocolos (Cultura, Administração Pública e Moeda Comum). Além de contatos e conversações no mais alto nível, efetuou-se visita ao Centro Atômico de Pilcaneyéu, fato inédito na história do relacionamento bilateral e altamente expressivo do elevado patamar de entendimento e confiança mútua atingido por ambos os países.

CHILE

Com o Chile, manteve-se o nível das relações bilaterais, pautado pela amizade entre os dois povos. No ano de 1987, destacou-se, no relacionamento Brasil-Chile, o campo econômico, no qual foi registrado importante incremento no intercâmbio comercial.

Em agosto, delegações do Brasil e do Chile reuniram-se no âmbito da ALADI, em Montevidéu, com o objetivo de negociar a revisão e ampliação do Acordo de Alcance Parcial nº 3 (AAP nº 3) e de analisar outros assuntos de natureza comercial.

No mês de dezembro, celebrou-se, em Santiago, a IX Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena (IX CEC), cuja agenda abraçava o intercâmbio comercial bilateral, assuntos financeiros e cooperação científica, técnica e tecnológica, temas que foram objeto de amplo exame.

PARAGUAI

Para inaugurar as duas primeiras unidades geradoras de 60 Hz (ciclagem brasileira) de Itaipu, reuniram-se em 16 de janeiro, no local daquela hidrelétrica, os Presidentes do Brasil e do Paraguai. Em 1987, teve prosseguimento a prática de contatos de trabalho entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países. Em julho, o Chanceler do Paraguai efetuou visita a Brasília, durante a qual foi assinado um convênio para o

estabelecimento de um depósito franco paraguaio no porto de Rio Grande, que se soma aos já concedidos pelo Brasil ao país vizinho nos portos de Santos e Paranaguá. Em outubro, o Ministro Abreu Sodré visitou Assunção, tendo, na ocasião, firmado com o Paraguai um Acordo Básico de Cooperação Técnica. Merece ainda registro a realização, em outubro, em Brasília, da IV Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai.

URUGUAI

No decorrer de 1987, as relações brasileiro-uruguaias mantiveram-se no elevado patamar estabelecido pelos Presidentes de ambos os países quando do início de seus respectivos Governos. Registrou-se intenso diálogo entre as autoridades dos dois países, com freqüentes trocas de visitas, cabendo ressaltar a visita do Presidente da República a Montevidéu, em maio de 1987, a convite do Presidente do Uruguai, Julio María Sanguinetti, para um encontro de trabalho com o Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, que se encontrava na República Oriental em visita oficial. É, também, digna de nota a visita do Ministro dos Transportes do Uruguai, Jorge Sanguinetti, a diversas capitais brasileiras, em agosto, seguida da visita do Ministro dos Transportes do Brasil, José Reinaldo Tavares, ao Uruguai, quando visitou os portos de Nova Palmira e Fray Bentos. Para participar do colóquio "Direitos Humanos na América Latina", patrocinado pela UnB e a Fundação Danielle Mitterrand, esteve em Brasília a Senhora Martha Canessa de Sanguinetti, esposa do Presidente do Uruguai, nos dias 7 e 8 de maio. Por fim, cabe igualmente citar a visita ao Brasil do Vice-Presidente do Uruguai, Enrique Tarigo, em agosto de 1987, para, entre outros, encontro com parlamentares brasileiros.

BACIA DO PRATA

No âmbito do Tratado da Bacia do Prata, o ano de 1987 foi caracterizado pelo intenso trabalho desenvolvido no nível do Comitê Intergovernamental Coordenador e das "Contrapartes Técnicas", no sentido da renovação e aperfeiçoamento do sistema platino. A XVII Reunião Ordinária de Chanceleres da Bacia do Prata, celebrada na cidade de Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, nos dias 18 e 19 de dezembro, aprovou o "Programa de Ações Concretas", que tem por objetivo concentrar os esforços dos países-membros em temas de interesse prioritário, capazes de propiciar uma melhor consecução dos objetivos do Tratado da Bacia do Prata, de desenvolvimento harmônico e de integração física.

VENEZUELA

Em 1987, as relações brasileiro-venezuelanas, tradicionalmente boas, receberam especial impulso com as visitas do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela ao Brasil, de 1º a 3 de junho, e da visita do Presidente da República à Venezuela, de 15 a 17 de outubro.

Na visita do Chanceler Simón Alberto Consalvi a Brasília, foram assinados novo Acordo sobre Entorpecentes e um Acordo de Cooperação Técnica em Matéria de Comunicações. Em diversas reuniões de trabalho entre o Ministro das Relações Exteriores e o Chanceler Consalvi foram acertados novos passos para a proposta de encontros empresariais nos níveis privado e governamental e novos desenvolvimentos na área de cooperação fronteiriça.

Essa elevação nos patamares da cooperação bilateral foi coroada com a visita do Presidente da República a Caracas, quando foi assinado o "Compromisso de Caracas", onde se registra o comprometimento dos dois Governos em consolidar e aprofundar os processos de cooperação e integração entre os dois países.

COLÔMBIA

As relações entre o Brasil e a Colômbia tiveram, no ano de 1987, significativo impulso, diante da disposição dos dois Governos em intensificar os níveis de cooperação e intercâmbio. Em 12 de fevereiro, celebrou-se, no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro Empresarial Brasileiro-Colombiano, o qual permitiu maior conhecimento mútuo das comunidades empresariais privadas dos dois países. De 24 a 26 de junho, o Ministro das Relações Exteriores fez visita de trabalho a Bogotá, quando se encontrou com o Presidente Virgílio Barco e com o Ministro das Relações Exteriores, interino, Fernando Cepeda Ulloa. De 29 a 31 de julho celebrou-se, em Letícia, a primeira Reunião da Comissão Mista de Cooperação Amazônica, com o objetivo de elaborar um Plano Integrado para o Desenvolvimento das Comunidades Fronteiriças do Eixo Tabatinga-Apaporis.

BOLÍVIA

As relações entre o Brasil e a Bolívia durante o ano de 1987 continuaram caracterizadas por clima de intensa e fecunda cooperação, que reflete a importância que ambos os países concedem ao relacionamento mútuo.

O Ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Bolívia, Carlos Morales, visitou o Brasil em julho, com o objetivo primordial de discutir com as autoridades brasileiras as possibilidades de vir o Brasil a adquirir gás natural boliviano.

Em setembro foram concluídas as negociações com vistas ao reescalonamento da dívida boliviana ao Brasil, tendo sido firmado contrato entre os órgãos competentes dos dois países.

Prosseguiu a execução de vários projetos na área da cooperação técnica prestada à Bolívia pelo Brasil. Em dezembro, missão brasileira discutiu em La Paz a formulação de programa orgânico e integrado de cooperação técnica à Bolívia.

PERU

As relações entre os dois países atingiram um elevado patamar, culminando com o reescalonamento da dívida do Peru para com o Brasil e, em especial, com o encontro de Presidentes celebrado em 2 e 3 de junho nas localidades de Rio Branco e Puerto Maldonado. Tal encontro, precedido de visita do Ministro das Relações Exteriores a Lima, ocasião em que foram tratados temas relativos a sua preparação, ensejou a discussão de diferentes possibilidades de cooperação técnica e de integração fronteiriça entre os dois países e levou à assinatura do Programa de Ação de Puerto Maldonado. A fim de dar consecução aos objetivos de cooperação e integração fronteiriças, foram adotadas as providências iniciais para a elaboração e execução de projeto de desenvolvimento integrado das comunidades de Iñapari e Assis Brasil.

EQUADOR

As boas relações entre o Brasil e o Equador ficaram evidenciadas durante a I Reunião da Comissão de Coordenação Brasil-Equador (25 a 27 de maio), a qual propiciou uma ampla discussão dos temas de interesse comum e o estabelecimento de novas linhas de ação nas áreas comercial e de cooperação técnica.

Em outubro, os dois países assinaram convênio financeiro relativo ao financiamento, por parte do Brasil, do Projeto do Transvase de Santa Elena. Acordo celebrado em dezembro permitiu o reescalonamento da dívida equatoriana para com o Banco Central do Brasil.

SURINAME

O relacionamento do Brasil com o Suriname caracterizou-se, em 1987, pelo espírito de cooperação. Em maio o Brasil formalizou doação de 15 toneladas de alimentos (uma contribuição do povo brasileiro ao povo surinamense), formulando votos de uma evolução positiva no sentido da democratização.

Em 11 de setembro o Presidente José Sarney recebeu o Líder do Governo do Suriname, Comandante Desiré Delano Bouterse, que desejava explicar os resultados, problemas e perspectivas do processo de democratização então em curso no Suriname. Foram na ocasião também tratados assuntos relativos à cooperação bilateral.

Ainda no âmbito da cooperação, o Brasil recebeu a visita do Ministro do Trabalho do Suriname (12 a 19 de outubro), interessado em conhecer a experiência brasileira nesse campo específico. O Ministro Koornaar foi recebido pelo Ministro do Trabalho do Brasil e visitou centros de treinamento de pessoal em nosso país.

GUIANA

As relações bilaterais com a Guiana receberam considerável reforço a partir da decisão desse país em valorizar, ademais de sua vocação caribenha, vertente sul-americana na formulação de sua política exterior. Nesse sentido, as relações com o Brasil são vistas, tanto de Georgetown como de Brasília, como prioritárias. Reforçaram-se, dessa maneira, os laços políticos e abriram-se novas perspectivas de cooperação, especialmente técnica, marcadas pela visita de autoridades guianenses a entidades de pesquisa brasileiras.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

O ano de 1987 foi marcado pela gestão brasileira frente à Secretaria Pro Tempore do Conselho de Cooperação Amazônica, órgão de coordenação das ações no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica.

Em janeiro, o Brasil apresentou aos países-membros Plano de Ação para sua gestão frente à Secretaria Pro Tempore, o qual propunha uma série de projetos a serem implementados no decorrer do ano. Dentre eles, cabe menção ao Plano de Ação em Botânica, ao Plano de Ações Básicas de Saúde para a Região Amazônica, ao Seminário sobre Alternativas Tecnológicas para as Telecomunicações na Região Amazônica, à Regulamen-

tação para a Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia e ao Balanço Hídrico da Região Amazônica. O Plano de Ação incluía outras iniciativas em áreas prioritárias do Tratado, como transportes e cooperação educacional.

O balanço da gestão brasileira no ano de 1987 foi positivo, na medida em que foi possível demonstrar a relevância do Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento de desenvolvimento e integração das regiões amazônicas de seus países-membros.

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

No que toca à ação externa do Brasil na região centro-americana e no Caribe, teve continuidade o bom nível de entendimento que tradicionalmente une aquela área ao Brasil. Os contatos bilaterais desenvolveram-se normalmente, com destaque para a visita do Ministro das Relações Exteriores a Cuba, colocando os contatos com aquele país em novo patamar, uma vez normalizado o relacionamento. Visitaram igualmente Havana o Ministro das Comunicações, em janeiro, inaugurando, por intermédio de conversação telefônica entre o Presidente Sarney e o Presidente Fidel Castro, o sistema DDI Brasil-Cuba, e o Ministro da Justiça, em abril. Do lado cubano, visitou o Brasil, entre outros, o Ministro do Comércio, Ricardo Cabrizas. Ainda com relação à região caribenha, cumpre mencionar a escala que o Presidente José Sarney efetuou, a caminho do México, em Trinidad e Tobago, ocasião em que convidou o Primeiro-Ministro Robinson a visitar o Brasil.

No conjunto da diplomacia brasileira para a área americana, merece ênfase especial a participação do Brasil no Grupo de Apoio a Contadora, onde cumpriu papel de relevo na intermediação dos acordos de Esquipulas II, instrumento de pacificação da América Central, cuja implementação tem sido supervisionada até o presente pela Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento (CIVA), da qual faz igualmente parte o Brasil. Comprometido com o processo de paz centro-americano, na sua viagem de volta da Reunião de Acapulco, o Presidente Sarney fez escala em São José na Costa Rica, a fim de cumprimentar o Presidente Arias pelo Prêmio Nobel da Paz.

AMÉRICA DO NORTE

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Ainda, no contexto da diplomacia brasileira para a região americana, destacam-se, por sua tradição histórica, sua amplitude e, por essas razões,

sua complexidade, as relações com os Estados Unidos. O patamar do relacionamento Brasília-Washington manteve-se no nível de fluidez que sua riqueza, marcada por amplo arco de instrumentos bilaterais, exige. Nesse quadro, eventuais diferenças de percepção de questões da agenda internacional, que naturalmente diferenciam uma potência com interesses globais de um país de projeção intermediária, foram tratadas dentro de um clima de diálogo constante, aberto e franco, que se densifica pelo conhecimento mútuo das posições assumidas por cada um dos dois países e que se espraia, dessa maneira, na pauta bilateral do relacionamento.

As divergências mais freqüentes surgiram no campo econômico-comercial, como decorrência natural da posição que os EUA ocupam na economia mundial, em contraposição aos ingentes esforços brasileiros em sua política de desenvolvimento. Graças à maturidade que caracteriza o relacionamento entre os países, tais divergências puderam se beneficiar do encaminhamento propiciado por mecanismos específicos para o exame conjunto de questões dessa natureza, diante do que foi preservado o alto padrão das relações gerais que unem os dois países.

O alto nível, assim como a freqüência das visitas trocadas, indica a abrangência e o dinamismo do relacionamento bilateral. Nesse quadro, é notável o interesse que o Brasil tem despertado no universo legislativo norte-americano, fenômeno evidenciado pelo grande número de delegações parlamentares daquele país que têm visitado o Brasil, onde têm sido recebidas por autoridades brasileiras de alto escalão. Do lado norte-americano, cumpre mencionar ainda as visitas do Secretário de Exército, John Marsh, em maio; do ex-Senador e postulante à candidatura democrata, Gary Hart, em março; e do ex-Secretário de Estado, Henry Kissinger, em junho. Foram aos Estados Unidos, do lado brasileiro, o Ministro de Trabalho, em março, e o Ministro das Minas e Energia, em dezembro. Do mesmo modo, muitos Governadores de Estado brasileiros realizaram, a partir de suas posses em março, visitas aos Estados Unidos. Digna de menção, igualmente, foi a visita da Comissão Especial do Senado sobre Dívida Externa.

MÉXICO

As relações com o México beneficiam-se da ampla semelhança que uma vocação latino-americana confere à política externa dos dois países. Assim, ambos os Governos têm diálogo fluido, abarcando a totalidade dos interesses políticos que não podem ser dissociados da ação externa de dois importantes parceiros na cena latino-americana. No âmbito bilateral, tanto Brasília como a Cidade do México estão engajadas em progresso

que visa a um incremento nos fluxos econômicos-comerciais entre os dois países. Nesse contexto, pode ser enquadrada a visita que o presidente da República realizou ao México, em setembro, ocasião em que foi emitida declaração de Chefes de Estado, de caráter financeiro, econômico e comercial, tornando público tal compromisso.

CANADÁ

O relacionamento do Brasil com o Canadá é caracterizado por extrema cordialidade, que se valoriza pela rica gama de instrumentos bilaterais, reforçando, dessa forma, a facilidade natural dos contatos entre Brasília e Ottawa. O principal instrumento balizador do relacionamento, a Comissão Mista Brasil-Canadá, celebrou sua sexta reunião em maio. Nessa ocasião, foram passados em revista todos os itens de interesse prioritário para os dois países, o que garantiu ao relacionamento seu patamar permanente de atualização.

FRONTEIRAS

No ano de 1987, foi dada continuidade à incumbência que compete ao Itamaraty de, por intermédio de Comissões Demarcadoras de Limites, demarcar e caracterizar as fronteiras internacionais do país, cujo território apresenta contorno definido historicamente por negociações diplomáticas.

Essa atividade é exercida sempre em bases bilaterais, conforme compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Assim, através de Comissões Mistas bilaterais, realizaram-se campanhas demarcatórias nas fronteiras com Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela.

ÁSIA E OCEANIA, ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO

ÁSIA E OCEANIA

As atividades do Ministério das Relações Exteriores, em 1987, no que diz respeito à Ásia e Oceania, foram caracterizadas pelo prosseguimento e incremento das relações com os países da área e pela adoção de medidas tendentes a intensificar o intercâmbio econômico, comercial, financeiro e tecnológico. Esse esforço de aproximação, traduzido inclusive em diversas visitas de missões e de autoridades, muito contribuiu para a maior dinamização do diálogo e da convergência de entendimento em áreas de interesse mútuo.

CHINA

Durante o ano de 1987, fortaleceram-se os laços que unem o Brasil à China, havendo sido realizadas, do lado chinês, cerca de 70 visitas de missões oficiais ao Brasil, cobrindo as mais variadas áreas da economia. O Brasil também enviou missões à China, em número mais reduzido; é sensível, entretanto, o aumento de interesse de instituições brasileiras pela experiência chinesa, sobretudo nas áreas científica e técnica.

No mês de abril, visitou a China missão preparatória da visita do Presidente José Sarney àquele país. A missão encaminhou a negociação de vários acordos em nível bilateral.

No dia 19 de outubro, o Sr. Zhu Qizhen, Vice-Chanceler da RPC, que se encontrava em Brasília para presidir uma reunião de Embaixadores chineses na América Latina, entrevistou-se com o Ministro das Relações Exteriores e estendeu-lhe convite para visitar Pequim. O convite foi aceito e deverá realizar-se no primeiro semestre de 1988.

A seguir, encontra-se relação de visitas das principais missões chinesas ao Brasil e brasileiras à RPC, em 1987:

No mês de fevereiro, esteve no Brasil missão comercial da província de Henan, chefiada pelo Senhor Zhao Zhengfu, Vice-Governador da província, com o objetivo de reforçar a cooperação econômica comercial.

Também no mês de fevereiro, foi à China missão chefiada pelo Dr. Marco Antônio Raupp, do Instituto de Pesquisas Aeronáuticas, a convite do Ministério da Aeronáutica da RPC. Na oportunidade, foi assinado memorando de entendimento sobre cooperação em tecnologia espacial.

No mês de maio, esteve no Brasil, a convite do Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Mu Qing, Diretor Geral da Agência Nova China (Xinhua). Na ocasião, foi assinado acordo de cooperação com a Empresa Brasileira de Notícias (EBN).

Também em maio, visitou o Brasil o Vice-Ministro da Indústria Metalúrgica da China, Senhor Qi Yuan Jing, que assinou memorando na área de siderurgia com o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

No mês de agosto, esteve no Brasil, em visita de cortesia, a convite do Partido da Frente Liberal, delegação do Partido Comunista Chinês, chefiada pelo Senhor Zhang Ziangshan.

No final de outubro, visitou o Brasil missão do Centro de Intercâmbio de Ciência e Tecnologia da República Popular da China, chefiada pelo Senhor Wu Youggi, com a finalidade de negociar transferência de tecnologia, nas áreas de produtos agrícolas e agropecuários.

No mês de novembro, esteve em visita ao Brasil missão do Conselho Nacional da Reforma Estrutural da República Popular da China, chefiada pelo Sr. Zhai Naiwen. A missão, que esteve em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, teve por objetivo estudar o funcionamento das empresas estatais no Brasil.

Também em novembro, veio ao Brasil missão do Ministério da Eletrônica da República Popular da China, chefiada pelo Sr. Yuan Shuxum, com o objetivo de estabelecer contatos na área da indústria eletrônica.

No mês de dezembro, visitou o Brasil o Vice-Ministro da Aeronáutica da República Popular da China, Sr. Bao Keming, o qual veio dar continuidade à cooperação sino-brasileira na área aeroespacial.

Finalmente, ainda no mês de dezembro, esteve no Brasil missão da Federação Nacional dos Sindicatos da China, chefiada pelo Senhor Qian

Dadong, com a finalidade de estabelecer contatos com sindicalistas brasileiros.

ÍNDIA

No mês de abril, visitou a Índia missão preparatória da visita presidencial àquele país. A missão negociou vários documentos bilaterais, principalmente memorando de entendimento criando mecanismo de consultas políticas bilaterais de alto nível.

Em 15 de setembro apresentou credenciais o novo Embaixador da Índia, Senhor A. R. Kakodkar.

No mês de setembro, visitou o Brasil missão da FICCI (Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da Índia), chefiada pelo Senhor Shri Nath Yadav, com o objetivo de participar da Reunião de Representantes de Câmaras de Comércio e Indústria dos Países em Desenvolvimento.

Ainda em setembro, visitou o Brasil missão indiana do Setor de Administração Pública, chefiada pelo Professor Sudas Roy. A missão, que visitou as cidades de Brasília, Salvador, Volta Redonda, São Paulo e Campinas, teve por objetivo realizar contatos na área de administração pública.

PAQUISTÃO

Em carta datada de 3 de agosto, o Presidente do Paquistão, Zia-Ul-Haq, convidou o Presidente José Sarney a visitar Islamabad. O convite foi aceito em carta do Presidente José Sarney, datada de 9 de setembro, embora não tenha sido acertada nenhuma data.

No dias 15 e 16 de setembro esteve em Brasília como enviado especial do Governo do Paquistão o Embaixador N. A. Shaikh, que foi recebido em audiência pelo Ministro das Relações Exteriores. O encontro teve por objetivo a análise de questões regionais, especialmente o problema afegão.

BANGLADESH

Em novembro, o Governo brasileiro, atendendo a um apelo formulado pelo Governo de Bangladesh, efetuou a doação de 140 Kg de medicamentos às vítimas da inundação que causou graves danos à economia daquele país.

MONGÓLIA

Em 19 de junho de 1987, o Brasil e a República da Mongólia estabeleceram relações diplomáticas. A Embaixada do Brasil em Ulan Bator será cumulativa com Moscou.

PENÍNSULA INDOCHINESA

Também no mês de outubro visitou o Brasil missão do Comitê Interino para a Coordenação de Pesquisas da Baixa Bacia do Mekong, composto por representantes do Laos, Vietnam e Tailândia, com o objetivo de conhecer tecnologias desenvolvidas no Brasil para o aproveitamento de recursos hídricos.

JAPÃO

Em 1987, a despeito das dificuldades decorrentes em boa parte da conjuntura internacional adversa e da questão da renegociação da dívida externa brasileira, observou-se uma série de iniciativas por parte de diversos setores do Governo Federal e dos Governos estaduais, tendentes a equacionar e a intensificar o intercâmbio econômico e comercial entre o Brasil e o Japão.

Registrou-se, assim, o tratamento de pontos específicos, no que se refere a alguns dos empreendimentos conjuntos nipo-brasileiros, especialmente no tocante à USIMINAS, tendo estado no Brasil, de 29 a 30 de abril, o ex-Presidente do empreendimento, Hirokazu Kato, acompanhado pelo atual Presidente, Masahiro Ohi. Delegação da Japan International Cooperation Agency (JICA), por outro lado, esteve igualmente no Brasil, entre 8 e 21 de abril, para tratar da implementação da segunda fase do PROCEDER-II, empreendimento na área da agricultura do cerrado. Esteve em andamento, no Ministério dos Transportes, a implantação do ajuste, concluído entre a União e a ISHIBRAS em outubro de 1986, para pôr fim, de comum acordo, ao problema relativo ao pagamento dos débitos bancários referentes a empréstimos da empresa, realizados com aval da SUNAMAM.

Ainda na área de empreendimentos conjuntos, esteve no Brasil, de 2 a 8 de outubro, o Governador da província japonesa de Oita para participar das comemorações do 35º aniversário da fundação da Sociedade de Oita no Brasil e para reiterar seu desejo de ver localizado em Oita o Porto Asiático, projeto de empreendimento conjunto nipo-brasileiro que tem por finalidade melhorar as condições de transportes de mercadorias (especialmente grãos e minério) entre os dois países.

Na área financeira, funcionários do Japan Center for International Finance (FCIF), do Overseas Economic Cooperation Fund (OECF) e do Japan Productivity Center (JPC) estiveram no Brasil, no correr do ano, para estudar a questão da dívida externa brasileira e sua possível conversão em investimentos.

Em maio e em setembro, respectivamente, foram assinados convênios de geminação entre as cidades de Kushima (Japão) e Ibiúna (Estado de São Paulo) e entre as cidades de Kitakyushu (Japão) e Ipatinga (Estado de Minas Gerais).

Na primeira quinzena de novembro, esteve no Japão missão de estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para examinar o processo de reestruturação industrial por que passa o Japão.

O Governo brasileiro convidou membro da família imperial japonesa para participar dos festejos da comemoração do 80º aniversário da imigração japonesa para o Brasil, que transcorre em 1988.

REPÚBLICA DA CORÉIA

De 24 a 26 de maio visitou o Brasil o General Tae Joon Park, Presidente da companhia siderúrgica Pohang Steel (POSCO), da República da Coréia. Esteve acompanhado pelo Governador do Banco Central daquele país, Sung Sang Park. A visita teve como finalidade a assinatura de acordo com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para ampliação da compra de minério de ferro brasileiro. O General Park foi recebido em audiência pelo Presidente da República e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Esteve no Brasil, na mesma ocasião, missão da Federação Coreana de Indústrias, a convite da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). A missão realizou visitas à CNI, CACEX, PETROBRÁS, CVRD, COBRA, MIC, MME, FIESP e EMBRAER.

ASEAN

No dia 17 de junho, realizou-se a primeira reunião de consultas periódicas entre o Itamaraty e os Embaixadores dos países da ASEAN em Brasília, no âmbito do esquema de consultas acordado entre as partes, decorrentes do vínculo especial, de natureza econômica, que une o Brasil à ASEAN desde fins de 1985.

No que se refere às relações do Brasil com os países-membros da Associação, devem-se assinalar as visitas, em julho, do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Prapas Limpabandhu, e do Ministro das Indústrias Primárias da Malásia, Dato Lim Deng Yaik. O primeiro veio promover a cooperação bilateral na área do comércio e investimentos, bem como informar o Governo brasileiro sobre a questão do Campuchéia; o segundo veio tratar de aspectos do relacionamento comercial bilateral, das negociações agrícolas no GATT e dos problemas relacionados com o comércio de produtos primários.

Em outubro, esteve no Brasil missão do Ministério da Transmigração da Indonésia, para visitar projetos de colonização e assentamentos humanos do INCRA em Cuiabá e Alta Floresta.

AUSTRÁLIA

Entre 19 e 22 de setembro, visitou o Brasil o Ministro das Negociações Comerciais da Austrália, Senhor Michael Duffy, ocasião em que trocou, com autoridades brasileiras, opiniões sobre as negociações agrícolas na Rodada Uruguai, tendo como ponto principal a proposta norte-americana e a atuação do Grupo de Cairns.

De 4 a 8 de novembro, visitou o Brasil o Ministro da Ciência e Pequena Empresa da Austrália, Senhor Barry Jones, acompanhado pelo Subsecretário-Geral do Ministério da Indústria, Tecnologia e Comércio daquele país, Senhor Roy Green, para visitas a entidades brasileiras ligadas à ciência e tecnologia e ao apoio às pequenas e médias empresas.

VANUATU

Em 19 de junho, a República de Vanuatu concedeu *agrément* ao Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes, para exercer a função de Embaixador do Brasil em Port Vila, cumulativa com a de Embaixador do Brasil em Camberra.

COMISSÃO SUL-SUL

Esteve no Brasil, entre 14 e 18 de março, o Senhor Julius K. Nyerere, Presidente da Comissão Independente de Personalidades dos Países em Desenvolvimento – Comissão Sul-Sul –, cuja criação fora proposta pelo Primeiro-Ministro da Malásia em 1986. A viagem, que se estendeu por outros países da América Latina, teve por finalidade recolher idéias e sugestões para o início dos trabalhos da Comissão, bem como identificar

interlocutores e colaboradores para a mesma. Acompanhado pelo Senador Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, o Senhor Nyerere foi recebido pelo Presidente da República, que prometeu uma contribuição de US$ 400.000,00 (quatrocentos mil dólares) para o funcionamento da Comissão. O Presidente da Comissão Sul-Sul convidou o Senhor Celso Furtado, Ministro da Cultura, e o Cardeal Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, para integrarem a mesma. Esta realizou sua primeira reunião em Genebra, entre 2 e 4 de outubro, com a presença dos membros brasileiros.

ÁFRICA

O ano de 1987 foi marcado pela deterioração das condições econômico-financeiras dos países da África subsaárica. O endividamento externo aliado à queda nos preços dos produtos primários obstaculizou o crescimento do produto real dos países da região. Além disso, na África Oriental, uma estiagem prolongada afetou sobremaneira a produção agrícola com sérias conseqüências para a população de vastas regiões.

Em número significativo de países de economia planificada da região, verificou-se a adoção de políticas de caráter mais liberal, de ambiciosos programas de privatização, saneamento econômico e de aproximação com órgãos como o FMI e Banco Mundial.

Na África Austral, o ano caracterizou-se ainda por um sensível agravamento do clima político e de confrontação militar em Angola, culminando com a invasão do território daquele país por contingentes militares da República da África do Sul, em apoio à UNITA.

Nesse contexto, a ação diplomática do Brasil pautou-se pelo apoio às iniciativas de paz e desenvolvimento, na região, como comprova o incremento da cooperação econômica e técnica entre o Brasil e o continente africano.

ÁFRICA DO SUL

A ausência de mudanças significativas no regime do *apartheid*, a persistência na ocupação ilegal do território da Namíbia, bem como os atos de agressão empreendidos contra os países da Linha de Frente fizeram com que o Brasil reiterasse, em diversas ocasiões, seu repúdio à política segregacionista e colonialista de Pretória. Ademais, levaram o Governo brasileiro a decidir em favor do estreitamento de seus laços com a oposição sul-africana, contando, para tanto, com a ativa ação diplomática da Embaixada em Pretória.

Nesse sentido uma das mais significativas demonstrações do apoio brasileiro à causa antiaparteísta ocorreu, em maio de 1987, quando, atendendo a convite do Presidente da República, o Arcebispo Desmond Tutu visitou o Brasil. Anteriormente, em março, o Sr. Sam Nujoma, Presidente da SWAPO, em visita oficial ao Brasil, entrevistou-se com o Presidente da República, de quem ouviu firmes palavras de apoio à luta pela independência da Namíbia.

ANGOLA

As relações entre o Brasil e Angola conheceram importante incremento durante 1987. Em julho, por ocasião de uma visita ao Brasil do Senhor Pedro de Castro dos Santos Van-Dúnem "Loy" , Ministro de Estado para Esfera Produtiva e Ministro da Energia e Petróleos, foi tomada a decisão de elevar as importações de petróleo angolano pelo Brasil de um patamar de 10 mil barris/dia para 20 mil.

Na Data Nacional de Angola (11/09), visitou o Brasil a Senhora Maria Eugênia da Silva Neto, viúva do presidente Agostinho Neto, acompanhada do Senhor Roberto de Almeida, membro da MPLA-PT, com o objetivo de participar das celebrações pela referida data e de inaugurar o Centro Cultural e de Amizade Agostinho Neto, em São Paulo.

Em novembro, o Itamaraty enviou missão àquele país com o objetivo de discutir a agenda da IV Reunião da Comissão Mista Bilateral, que deverá ter lugar no início de 1988. Logo em seguida, viajou ao Brasil o Senhor Antônio Henriques da Silva, Ministro do Plano de Angola, que, além de ser portador de carta do Presidente José Eduardo dos Santos ao Presidente José Sarney, manteve encontros com autoridades diplomáticas e econômico-financeiras do país.

BENIN

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Benin, Senhor Guy Landry Hazoume, visitou o Brasil em maio de 1987, com o objetivo de estudar meios para intensificar as relações bilaterais, especialmente no domínio da cooperação técnica. Na ocasião, foi assinado um Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Benin.

CABO VERDE

Em retribuição à visita efetuada pelo Presidente José Sarney, no ano anterior, a Cabo Verde, esteve no Brasil, em abril de 1987, o Presidente

Aristides Maria Pereira, que se fez acompanhar de comitiva de alto nível. Na ocasião, foram assinados um Comunicado Conjunto e um Protocolo de Intenções, que estabelece a cooperação brasileira na construção do "Centro Histórico e Cultural de Cabo Verde" .

CÔTE D'IVOIRE

Esteve no Brasil, em maio de 1987, presidindo a parte ivoariana da Comisão Mista Brasil-Côte d'Ivoire, o Senhor Simeon Aké, Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, ocasião em que foi assinado um Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica existente entre os dois países.

MOÇAMBIQUE

Durante 1987 tiveram lugar várias visitas de autoridades de ambos os países. No início do ano, esteve em Maputo missão de cooperação técnica enviada pelo Itamaraty. Ademais, aqui estiveram os Ministros do Trabalho, Senhor Real Aguiar Mazula; da Cultura, Luiz Bernardo Honwana, à frente de missão econômica preparatória à II Reunião da Comissão Mista Bilateral, a realizar-se no primeiro trimestre de 1988; da Administração Estatal, Senhor José Oscar Monteiro, e o Vice-Ministro dos Transportes, Senhor Isaias Muhate.

NIGÉRIA

Visitaram o Brasil, ao longo de 1987, o Coronel Tanko Ayuba, Ministro das Comunicações, em janeiro, e o Comodoro-do-Ar Hamza Abdullahi, em agosto/setembro, com o objetivo, respectivamente, de conhecer as empresas brasileiras produtoras de equipamentos de telecomunicações e a experiência brasileira na mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Em dezembro, deslocou-se a Lagos missão brasileira com vistas a discutir com a parte nigeriana assuntos pendentes na área de cooperação técnica, econômica e comercial, bem como a agenda da próxima reunião da Comissão Mista Bilateral, que deverá ter lugar em 1988, em data a ser confirmada.

SADCC

Em fevereiro de 1987, o Brasil participou, mais uma vez, da Reunião Anual da "Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África

Austral" - SADCC -, conferência que reúne nove países da África Austral e busca parceiros para a realização de projetos de desenvolvimento regional. Na ocasião, o Governo brasileiro pôde discutir novas formas de cooperação com os países da região de modo a concretizar uma das principais diretrizes da política externa brasileira: o estreitamento de relações com a África, sobretudo mediante a consolidação e o aprofundamento de um amplo programa de cooperação técnica, científica e tecnológica com aquele continente.

TANZÂNIA

Durante o mês de setembro último, esteve no Brasil delegação tanzaniana, chefiada pelo Embaixador John Malecela, para discutir os problemas relacionados à dívida tanzaniana com o Brasil.

ZAIRE

No início do ano, visitou o Brasil, acompanhado de importante delegação, o Presidente Mobutu, do Zaire, com o objetivo de incrementar o relacionamento bilateral nos domínios econômico, comercial e da cooperação técnica. Na ocasião, foram firmados um Comunicado Conjunto, um Protocolo pertinente à abertura e exploração da mina de ouro Kilo-Moto e um Ajuste Complementar na área dos transportes. Igualmente, visitou o Brasil, em abril de 1987, o Ministro dos Transportes e Comunicações daquele país, senhor Sampassa Kaweta Milombe, para obter cooperação brasileira com vistas a ampliar o sistema de transporte integrado do Zaire.

No período de 24 a 29 de novembro, teve lugar, no Rio de Janeiro, a "Semana Econômico-Cultural Zairense", iniciativa do Governo daquele país, em colaboração com a Câmara do Comércio Brasil-Zaire, na qual foram expostos produtos de exportação do Zaire e realizadas manifestações culturais daquele país. A numerosa delegação zairense foi chefiada pelo Comissário de Estado (Ministro) da Cultura do Zaire, Senhor Beyeye Djéma.

ORIENTE PRÓXIMO

Na área do Oriente Médio, verificou-se a agudização dos conflitos regionais, com a intensificação dos combates interconfessionais na intrincada arena em que se tornou o Líbano, e o agravamento da guerra Iraque-Irã, traduzido no recrudescimento dos ataques terrestres e no bombardeio, por parte dos beligerantes, de petroleiros de países neutros, fator determinante no envio pelas potências afetadas de escoltas de barcos de guerra ao Golfo Pérsico.

O Brasil mantém sua conhecida posição de neutralidade na guerra Iraque-Irã. Apoiou a Resolução 598, das Nações Unidas, que prevê a cessação das hostilidades entre os beligerantes, e favorece solução negociada e pacífica para o conflito.

Quanto à questão do Líbano, o Brasil preconiza a obtenção de solução que atenda aos direitos, interesses e anseios de todos os segmentos da sociedade libanesa, num contexto de independência, soberania e integridade territorial plenas.

Coerente com a orientação que tem adotado com relação à problemática palestina, o Brasil continuou a pautar sua posição no assunto, nos foros internacionais, à luz dos seguintes princípios:

a) apoio à retirada das forças israelenses de todos os territórios árabes ocupados desde 1967;

b) defesa do retorno do povo palestino à parcela de seus territórios ancestrais, e o reconhecimento de seu direito à autodeterminação, independência e soberania;

c) participação dos palestinos nas negociações de paz através de representantes legítimos e;

d) reconhecimento do direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Por outro lado, verificou-se o prosseguimento dos esforços tendentes à intensificação das relações entre o Brasil e os países da África do Norte e Sudão, bem como do acompanhamento dos temas multilaterais ou extra-regionais de interesse para o intercâmbio entre o Brasil e aquelas potências zonais.

CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE

O Brasil acompanhou os acontecimentos políticos no âmbito do contencioso árabe-israelense, com particular interesse nos esforços tendentes à realização de uma Conferência Internacional com o objetivo de lograr paz duradoura no Oriente Médio. A posição brasileira em favor de uma solução pacífica para as questões que afetam aquela região tem sido transmitida não somente aos governos dos países diretamente envolvidos, mas também por intermédio dos distintos foros multilaterais dos quais é parte o Brasil.

CONFLITO CHADE-LÍBIA

O Brasil acompanhou os desdobramentos do conflito entre a Líbia e o Chade, resultantes da alegada indefinição da linha de fronteira entre aqueles dois países, na zona de Auzu. Embora tal controvérsia remonte aos tempos coloniais, a ajuda militar que a França estaria oferecendo a Endijamena constituir-se-ia em complicador adicional da crise.

QUESTÃO DO SAARA OCIDENTAL

O Brasil acompanhou, durante o ano que findou, o processo de negociação iniciado pelo Secretário das Nações Unidas pertinente à questão do Saara Ocidental, no qual está contemplada a proposta, que o Brasil apóia, no sentido de que seja realizada consulta por referendum às populações diretamente envolvidas.

Em outubro, o Senhor Ali Beida Mahfoud, membro do Comitê Executivo das Relações Exteriores da República Saharauí Democrática, foi recebido pelo Ministro de Estado interino, ocasião em que renovou o desejo de seu Governo de que o Brasil reconheça a RASD.

ARGÉLIA

A realização da primeira reunião da Comissão Mista Brasileiro-Argelina de Cooperação, em Argel, no período de 14 a 20 de setembro, presidida, do lado brasileiro, pelo Ministro da Indústria e do Comércio, ensejou a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica entre os Governos dos dois países.

Um número expressivo de empresas brasileiras acompanhou a reunião, na qual foram discutidas as perspectivas de ampliação do intercâmbio econômico, de cooperação técnica e cultural. Quanto ao primeiro desses campos, diversos projetos de serviços, sobretudo nas áreas de transportes e hidráulica, foram considerados. Buscou-se uma ampliação da gama de produtos intercambiáveis, inclusive de bens primários e de indústrias leves, para o que os dois países apresentaram listas a título de sugestão. Na ocasião enfatizou-se a conveniência de serem intensificadas as trocas de missões empresariais.

EGITO

O Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou o Egito no período de 9 a 12 de junho de 1987, oportunidade em que o Brasil e aquele

país reafirmaram posições comuns nos campos político e econômico internacionais, bem como em assuntos regionais e de interesse bilateral.

Foi reiterada a determinação dos dois Governos de defenderem os propósitos da Carta das Nações Unidas, através de políticas externas orientadas por princípios de soberania e igualdade jurídica dos Estados.

O Governo brasileiro consignou, pela primeira vez, em documento de política externa brasileira, sua posição de apoio à realização de uma Conferência Internacional sobre a questão do Oriente Médio, com a participação de todas as partes interessadas, no sentido de estabelecer a paz na região, baseada no respeito aos direitos do povo palestino e de todos os Estados da região de viverem dentro de suas legítimas fronteiras, de acordo com as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os Ministros de Estado dos dois países conversaram também sobre a possibilidade de ser intensificado o intercâmbio no campo do comércio bilateral e comentaram as dificuldades econômicas e financeiras que ambos os países enfrentam no âmbito internacional, sobretudo em função de suas dívidas externas.

Quanto ao comércio, o Egito reiterou sua preocupação no sentido de que sejam encontrados meios para que o Brasil importe mais produtos daquele país a fim de que se reduza a discrepância da balança comercial.

LÍBIA

A IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia, realizada em Brasília no período de 19 a 20 de outubro, ensejou a visita ao Brasil do Secretário para Relações Exteriores líbio, Jaddallah Azouz Talhi. Durante o referido evento , as duas delegações abordaram temas econômicos, comerciais e de cooperação industrial e técnica.

No que se refere à cooperação comercial e econômica, as duas partes concordaram sobre a importância de ampliar e diversificar o intercâmbio bilateral, bem como em estabelecer programa qüinqüenal de planejamento para o desenvolvimento do comércio, no qual está contemplada a formação de *joint-ventures*.

No setor industrial, técnico e tecnológico concordaram em estabelecer cooperação nas áreas de energia elétrica e das indústrias siderúrgica, petrolífera e petroquímica, bem como no terreno da construção civil, com

o oferecimento de serviços e de componentes por parte de empresas brasileiras.

MARROCOS

No contexto das relações bilaterais foi aprovado, por Decreto Legislativo de 16 de novembro, o Acordo Cultural Brasil-Marrocos.

Registraram-se, também, visitas ao Marrocos de parlamentares brasileiros, de 11 a 22 de janeiro e de 20 a 25 de julho, e do Governador do Distrito Federal, de 12 a 15 de janeiro. Durante as visitas em apreço houve encontros com autoridades marroquinas de alto nível e foram abordados assuntos econômicos e comerciais de interesse dos dois países.

TUNÍSIA

As relações com a Tunísia se destacaram, no ano de 87, pelo apoio recíproco manifestado, no âmbito político multilateral, a candidatos, dos dois países, em instituições internacionais.

No período, a composição do Governo tunisiano foi alterada com a substituição do Presidente Habib Bourguiba pelo Presidente Zine Abdine Ben Ali.

SUDÃO

Preocupou o Brasil o estremecimento de relações entre o Sudão e a Etiópia em conseqüência de suposto apoio etíope aos rebeldes sudaneses que atuam ao sul do seu país de origem.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

O relacionamento do Brasil com os países da Europa Ocidental continuou, em 1987, a dar demonstrações de sua maturidade. De particular importância foram as iniciativas bilaterais com vistas ao incremento de cooperação econômica com a República Federal da Alemanha, Áustria e Países Baixos. No campo político as relações ganharam impulso especial com a visita ao Brasil de inúmeros Chefes de Estado, de Governo e altas autoridades dos países da Europa Ocidental, destacando-se a retomada do mecanismo de consultas políticas com a Itália.

FRANÇA

As tradicionais relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a França continuaram a se desenvolver ao longo de 1987, a começar por uma intensa troca de visitas entre altas autoridades dos dois países. Do lado francês, cumpre assinalar as visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Jean-Bernard Raimond, em janeiro; do Ministro da Educação Nacional, Sr. René Monory, bem como da Primeira Dama da França, Sra. Danielle Mitterrand (em caráter não-oficial) e do ex-Primeiro-Ministro Raymond Barre, todas em abril; do Secretário Perpétuo da Academia Francesa, Sr. Maurice Druon, em maio; e finalmente a do Deputado Michel Rocard, ex-Ministro da Agricultura e importante personalidade do Partido Socialista da França, em dezembro. Do lado brasileiro, cabe mencionar as visitas realizadas pelos Ministros dos Transportes e da Cultura, respectivamente em janeiro e em abril; pelo Governador do Distrito Federal, em maio; e pelo Ministro-Chefe da SEPLAN, em novembro.

A coincidência de pontos de vista sustentados pelos Governos do Brasil e da França acerca de muitas questões importantes das relações internacionais, especialmente o endividamento externo dos países em desenvolvimento, foi sublinhada em trocas de mensagens efetuadas pelos Chefes de Estado dos dois países.

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Caracterizadas por seu amadurecimento, cordialidade e correção, as relações entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte continuaram a patentear, em 1987, a disposição de ambos os Governos em enriquecer o diálogo sobre as respectivas posições no cenário internacional. A densidade desse relacionamento se evidencia, dentre outros aspectos, pela freqüência de troca de visitas de autoridades e pela consistência de vontade que se observa, em ambos os países, de explorar complementaridades de interesse em várias esferas, sobretudo no que tange à cooperação econômico-comercial e científico-tecnológica.

A visita da Princesa Anne, em setembro, constituiu-se em momento de maior relevo nesse quadro geral favorável, tendo Sua Alteza se entrevistado com o Presidente José Sarney e cumprido extensa programação, que compreendeu estadas em vários pontos do território nacional. Entre as autoridades e personalidades britânicas de primeiro plano que vieram ao Brasil, no decorrer do ano, mencionam-se Sir Nigel Bagnall, Chefe do Estado-Maior do Exército do Reino Unido, a Baronesa Janeth Mary Young, Vice-Ministra de Estado de Assuntos Estrangeiros da Comunidade Britânica, e os parlamentares Bill Walker e Sir Russel Johnston. Do lado brasileiro, ocasiões de expressão importante foram as visitas ao Reino Unido dos Ministros de Estado do Exército, Fazenda, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Transportes, além de vários membros do Congresso Nacional.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O Presidente da RFA, Senhor Richard von Wiezsaecker e Senhora, em atenção a convite formulado pelo Senhor Presidente da República, visitaram Brasília em 15 de março de 1987. Durante a referida visita, o Presidente Sarney recepcionou seu colega alemão no Palácio da Alvorada, quando ambos os mandatários aproveitaram a ocasião para avaliar o desenvolvimento das relações bilaterais e do intercâmbio realizado entre os dois países.

A Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica realizou sua XIV reunião no mês de outubro, em Munique (RFA), ocasião em que as duas delegações analisaram a cooperação teuto-brasileira e examinaram formas de incrementar o comércio bilateral.

SANTA SÉ

Sempre intensas em conteúdo e forma, as relações entre o Brasil e a Santa Sé traduzem os profundos laços que unem a nação brasileira ao

cerne do Apostolado Católico e expressam uma experiência histórica de unicidade e coerência seculares. Fiéis aos padrões de uma evolução que tradicionalmente combina dinamismo e equilíbrio, o Governo brasileiro e a Sé Apostólica puderam adensar sobremodo em 1987 um diálogo que, ampliando-se já desde a instauração da Nova República, recebera decisivo impulso a partir das conversações entre o Santo Padre e o presidente José Sarney quando da visita presidencial ao Vaticano, em junho de 1986.

ITÁLIA

As relações entre o Brasil e a Itália, em 1987, mantiveram seu tradicional caráter amistoso e mutuamente vantajoso.

Nesse contexto, ressalta-se a visita à Itália, em janeiro, do Presidente da Petrobrás, ocasião em que foi assinado com o Presidente do Enti Nazionale Idrocarburi (ENI) memorando de entendimento de cooperação entre as duas instituições.

Em março, visitou o Brasil o Embaixador Renato Ruggiero, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano. A visita teve o duplo objetivo de realizar consultas políticas e colher informações com vistas à preparação da parte econômica da Reunião de Cúpula de Veneza. Ainda em março, esteve em nosso país o Embaixador Giacomo Attolico, Diretor-Geral de Assuntos Econômicos da Farnesina, realizando visita de consultas econômicas e comerciais bilaterais.

Em agosto, esteve em nosso país, no contexto da visita da delegação das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Sra. Susanna Agnelli, Senadora pelo Partido Republicano e Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros. A Sra. Agnelli, na ocasião, foi recebida em audiência pelo Presidente José Sarney.

A visita à Itália, em julho, do Ministro dos Transportes e do Governador do Paraná revestiu-se de importância para a cooperação técnica bilateral. Na ocasião foi apresentado ao Governador Álvaro Dias um documento intitulado "Plano Integrado de Desenvolvimento do Estado do Paraná", que previa um estudo de viabilidade econômica, no valor de 2,5 milhões de dólares, sobre o complexo ferrovia-porto-hidrovia, denominado "Ferrovia da Produção" .

No campo político bilateral, registra-se, ainda, o convite que o Senhor Presidente da República dirigiu ao Presidente do Conselho de Ministros da Itália para que visite oficialmente o Brasil em 1988.

PORTUGAL

O grande acontecimento das relações luso-brasileiras no decorrer do ano de 1987 foi a visita que fez ao Brasil, em março, o Presidente de Portugal, Mário Soares. O primeiro mandatário português, acompanhado de importante comitiva, realizou extensa visita ao nosso país, detendo-se em diversas cidades brasileiras. Nessa ocasião, foi assinada entre os Chefes de Estado dos dois países uma Ata criando a Comissão Binacional encarregada das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil e passaram-se em revista diversas medidas tendentes a fortalecer e densificar, em todos os níveis, as relações bilaterais.

Do lado português, cumpre ainda assinalar as visitas ao Brasil que fizeram, respectivamente em maio e setembro, o Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, Dr. Armando Manuel de Almeida Marques Guedes; e o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Sr. Manuel Filipe Correa de Jesus. Merecem registro, do lado brasileiro, as visitas a Portugal dos Ministros dos Transportes, da Cultura, e do Trabalho, respectivamente em janeiro, fevereiro e novembro, bem como a do Governador do Distrito Federal, em janeiro.

ESPANHA

No decorrer de 1987, o Brasil recebeu as visitas de três altas personalidades espanholas, que muito contribuíram para estreitar as relações bilaterais: em fevereiro, esteve em nosso país o Príncipe das Astúrias, D. Felipe de Borbón y Grécia, herdeiro do trono espanhol; em abril, o Ministro dos Assuntos Exteriores, Sr. Francisco Fernandez Ordoñez; e, finalmente, em junho, realizou visita oficial o Presidente do Governo da Espanha, Sr. Felipe González.

Por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Felipe Gonzáles, os primeiros mandatários do Brasil e da Espanha divulgaram importante comunicado conjunto sublinhando a identidade de regimes democráticos existentes nos dois países, cujas relações, assentadas em grandes afinidades históricas e culturais, se vêm desenvolvendo constantemente em todos os níveis. Foi também apontada a convergência de opiniões entre os dois Governos acerca de diversos temas das relações internacionais.

ÁUSTRIA

Realizou-se em Viena, no mês de setembro, a I Reunião da Comissão Mista Austro-Brasileira de Cooperação Econômica, ocasião em que

representantes de alto nível dos dois países empreenderam ampla análise de projetos e programas comuns, nos planos público e privado. Durante a reunião, foram tratados temas de interesse do Brasil, cabendo assinalar, nesse contexto, o incentivo à atuação conjunta em terceiros países em projetos internacionais e em atividades de *counter trade* e à formação de *joint-ventures*, o incremento da transferência de tecnologia em áreas específicas, o exame da participação em feiras e exibições econômico-comerciais de parte a parte, o fortalecimento dos fluxos de turismo e a futura adoção de um Acordo bilateral beneficiando as exportações de artesanato brasileiro para a Áustria.

SUÍÇA

No mês de setembro, as autoridades helvéticas transmitiram o forte desejo do Governo suíço de que o Senhor Presidente da República contemplasse a possibilidade de visitar aquele país. O Itamaraty transmitiu ao Governo de Berna a aceitação do convite, devendo as datas para a visita serem marcadas pelos canais diplomáticos.

Outra demonstração do interesse da Confederação Helvética em estreitar seu relacionamento com o Brasil foi a visita que nos fez, em novembro, o Embaixador David de Pury, Delegado para Assuntos Comerciais Externos do Departamento Federal de Economia Pública da Suíça. De Pury, que se avistou com altos representantes do Governo e da iniciativa privada brasileira, ao regressar a seu país fez uma avaliação otimista da viagem (que incluiu também a Colômbia, a Bolívia e o Uruguai), afirmando que, apesar das dificuldades econômico-financeiras por que atravessam os países latino-americanos, a indústria suíça não deve retirar-se, mas sim continuar a investir, contribuindo para a sua prosperidade.

PAÍSES BAIXOS

A I Reunião da Comissão Mista Brasil-Países Baixos de Cooperação Econômica e Industrial constituiu evento marcante de aproximação de forma institucional e periódica com aquele importante parceiro comercial do Brasil. Na ocasião, acordou-se em incentivar um projeto em estudo para a instalação de um escritório comercial brasileiro em Rotterdam, bem como traçaram-se as diretrizes para a participação brasileira na Feira Eurolatina, realizada naquele porto em dezembro último. O Brasil se fez representar com o maior número de empresas dentre o grupo latino-americano.

Ainda no âmbito da Comissão Mista foram mantidas sessões de trabalho paralelas com Aruba e as Antilhas Neerlandesas, com o propósito

de examinar as possibilidades de estreitar-se a cooperação econômica entre o Brasil e aquelas ilhas. Neste contexto, o Brasil manifestou a disposição de reabrir os Consulados Honorários em Willemstad e Drangestad.

Como parte do roteiro de viagem programada à América Latina, parlamentares da Segunda Câmara dos Países Baixos estiveram em visita ao Brasil, em outubro último, com o objetivo principal de obter informações atualizadas sobre dois assuntos: a política brasileira no Suriname e as negociações quanto à divida externa.

BÉLGICA

O relacionamento entre o Brasil e a Bélgica, em 1987, foi marcado por um clima de entendimento e respeito mútuo, procurando-se ampliar as possibilidades de cooperação entre os dois países.

Nesse sentido, deve-se mencionar a visita à Bélgica do Ministro dos Transportes, acompanhado do Presidente da Portobrás. Naquela oportunidade, foi assinado um Acordo Marítimo entre o Brasil e a União Econômica Belgo-Luxemburguesa, que se reveste de especial importância para a cooperação bilateral no campo do transporte marítimo. Foi igualmente assinado um memorando de entendimento para a criação, em Antuérpia, de um centro de distribuição de produtos brasileiros para a Europa.

SUÉCIA

As excelentes relações entre o Brasil e a Suécia continuaram a aprofundar-se em 1987. Em novembro o Ministro da Indústria, Thage Peterson, realizou visita ao Brasil a convite do seu homólogo brasileiro, o Ministro José Hugo Castelo Branco. Entrevistou-se também aquela autoridade sueca com o Ministro da Fazenda e com o Ministro das Relações Exteriores interino, com os quais examinou os principais temas do relacionamento político-econômico bilateral e as perspectivas para se imprimir maior dinamismo ao intercâmbio Brasil-Suécia. O Ministro Peterson se fez acompanhar dos empresários que representam os principais grupos com filiais no Brasil, os quais sublinharam a existência de um fluxo positivo e relevante dos investimentos suecos em nosso país, ao mesmo tempo em que apresentaram os projetos de expansão das subsidiárias brasileiras. Poucos dias antes da visita do Ministro sueco, realizou-se, em Brasília, um encontro de avaliação da Comissão Mista Brasil-Suécia em Cooperação Econômica e Industrial, ao fim do qual os Chefes das respectivas delegações assinaram documento informal em que assinalaram, dentre os demais tópicos, a importância que atribuem ao empreendimento de cri-

ação de um pólo industrial para atrair investimentos suecos no Brasil e formar *joint-ventures*, especialmente no setor da pequena e média empresa.

Refletindo o pleno êxito desses contatos bilaterais, Brasil e Suécia acordaram em criar, em dezembro último, um mecanismo informal de consultas políticas bilaterais por ocasião de visitas de trabalho de autoridades das respectivas chancelarias.

NORUEGA

Em 1987, a atribuição pela Noruega à Braspetro de projeto de prospecção de petróleo no Mar do Norte deu novo impulso à cooperação entre ambos os países no setor de energia. Em setembro, a visita ao Brasil de representante do Comitê da Indústria e da Energia do Parlamento norueguês evidenciou o interesse daquele Governo em aprofundar os conhecimentos sobre a política energética brasileira, a fim de que sejam identificadas novas áreas de complementaridade visando à realização, no futuro, de outros projetos conjuntos. Finalmente, na oportunidade da visita ao Itamaraty de alto representante do Ministério do Comércio e Navegação apreciaram-se os projetos em andamento da VI Reunião da Comissão Mista Bilateral de Cooperação Econômica, Industrial e Técnica, reunida em 1985, bem como os resultados positivos já alcançados de parte a parte.

FINLÂNDIA

Dando cumprimento aos projetos acertados por ocasião da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Finlândia de Cooperação Econômica e Industrial, realizada em 1986, realizou-se em Helsinque, em agosto último, o I Simpósio de Cooperação Bilateral, no setor de pesquisa florestal. O projeto prevê intercâmbio periódico de técnicos e a realização de seminários anuais num e noutro país, com vistas a incentivar a cooperação no campo das ciências florestais.

GRÉCIA

As relações entre o Brasil e Grécia prosseguiram em seu desenvolvimento positivo, adquirindo traços que cada vez mais prenunciam perspectivas promissoras para um futuro de cooperação diversificada e mutuamente proveitosa.

Em janeiro, visitou o Brasil a Senhora Margarita Papandreou, mulher do Primeiro-Ministro, na qualidade de Presidente do "Movimento das Mulheres pela Paz", tendo-se entrevistado com o Presidente Sarney.

TURQUIA

O relacionamento com a Turquia, em 1987, processou-se, como anteriormente, dentro das tradições de naturalidade, cordialidade e correção que distinguem os contatos bilaterais. Oportunidades de intensificação da cooperação industrial entre os dois países têm sido identificadas e, a partir de vínculos comerciais concretos já estabelecidos, vêm sendo aprofundados os contatos entre os respectivos setores empresariais.

REUNIÃO DE EMBAIXADORES NA EUROPA OCIDENTAL

Cabe, ainda, registrar, por sua particular relevância, a II Reunião de Embaixadores na Europa Ocidental, realizada em Genebra, de 27 a 29 de julho, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores. Reunião da mesma natureza ocorrera há mais de 20 anos, em setembro de 1966, fazendo-se pois necessária uma atualização da percepção global que prevalece na Europa Ocidental, com relação ao Brasil.

Nesse contexto, cabe assinalar, em primeiro lugar, a unanimidade em torno da avaliação, no plano das relações com os países da Europa Ocidental, de que essas se desenvolvem em clima de confiança e amizade. Confirmou-se, de forma reconfortante, a estimativa de que o processo de redemocratização da sociedade brasileira vem aprofundando os laços de amizade e respeito mútuo que marcam o relacionamento do Brasil com os países daquela região.

Durante a referida reunião, foram sublinhados, entre os interesses de política externa mais prementes, os relacionados com o adequado encaminhamento do tratamento político da dívida externa brasileira, bem como de que nossas exportações para a Europa Ocidental possam continuar a fluir normalmente, sem serem obstaculizadas por medidas de natureza protecionista.

EUROPA ORIENTAL

Até 1985, o relacionamento entre o Brasil e o Leste Europeu caracterizou-se, sobretudo, pela preponderância dos assuntos de natureza econômica e comercial. As relações políticas se colocavam em plano essencialmente formal. Em 1987, esse relacionamento atingiu novo patamar tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, graças a toda uma conjugação de fatores favoráveis a nível internacional e na conjuntura interna dos países envolvidos, tais como as transformações de ordem política ocorridas na URSS, e por extensão nas demais nações do Leste Europeu,

havidas a partir das ascensão de Mikhail Gorbachev, em paralelo com as próprias mudanças ocorridas no Brasil, com o advento da "Nova República". Nesse contexto, estamos procurando renovar o ímpeto das relações com os países do Leste Europeu, acelerando a execução econômica, científico-tecnológica e cultural, bem como reestruturando o comércio com aquela região.

ASPECTOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

O comércio entre o Brasil e os países do Leste Europeu constitui-se predominantemente da troca de produtos básicos, com forte concentração em produtos de escasso valor agregado nos dois sentidos. A comercialização desses produtos tem estado ao sabor das flutuações dos preços internacionais. Em 1987, o comércio desenvolvido entre o Brasil e aqueles países manteve a tendência declinante verificada nos últimos cinco anos.

O Brasil tem envidado esforços no sentido de identificar operações e segmentos de produtos que permitam a nossas relações comerciais atingir novos patamares de valor e qualidade. Em 1987, empresas brasileiras estiveram presentes em oito eventos comerciais no Leste Europeu, dos quais sete foram co-patrocinados e subsidiados, em parte, pela Comissão de Comércio com a Europa Oriental - COLESTE -, e um deles - a Feira Internacional de Leipzig - de iniciativa exclusiva dos exportadores interessados. De especial realce foi a Exposição Industrial do Brasil em Moscou, que se constituiu em mostra individual do Brasil, organizada no Centro de Convenções da capital soviética. As duas feiras de Leipzig, respectivamente, na primavera e no outono, compõem tradicional e significativo conjunto de exposições, de ampla repercussão no Leste Europeu e no mundo. A COLESTE co-patrocina e subsidia, em parte, o estande do Brasil na edição da primavera, deixando à iniciativa privada a participação na feira de outono. Também de importância são as feiras na Tchecoslováquia e na Hungria, em função dos níveis de comércio que o Brasil mantém com os dois países. A participação do Brasil na FAIR TIB (Bucareste) atendeu, então, ao interesse brasileiro em melhorar os quantitativos comerciais com a Romênia.

No período, foram realizadas três Comissões Mistas com países do Leste Europeu, com o objetivo de resolver questões pendentes do comércio bilateral e de identificar novas áreas de intercâmbio. Em julho, realizou-se, em Brasília, a XII Reunião da Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, com a presença do Vice-Ministro do Comércio Exterior Senhor Ján Garcar. Os esforços de ambos os Governos resultaram mais favoráveis às exportações brasileiras, que tiveram aumento substancial no período

em tela, enquanto que as importações da Tchecoslováquia mantiveram-se estáveis.

Em outubro, realizou-se, em Varsóvia, a VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Polônia, a primeira reunião do gênero entre os dois países após a deflagração da crise financeira que abalou a Polônia, em 1981. Durante o encontro, as partes repassaram extensa agenda de temas econômicos, comerciais e financeiros e de cooperação científica e tecnológica. Com relação à dívida externa polonesa, o Brasil prosseguiu em sua política de reescalonamento dos pagamentos, no âmbito do Clube de Paris. Foi avançado, todavia, um novo esquema de amortização da dívida bilateral, através de *non-paper* entregue informalmente às autoridades polonesas durante a realização da VII Reunião da Comissão Mista.

Também em outubro foi realizada a X Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, em Bucareste. Nessa ocasião, foram revistos aspectos do intercâmbio bilateral e examinadas as possibilidades de sua ampliação. O comércio entre ambos os países manteve-se estável no período.

ASPECTOS POLÍTICOS

Do ponto de vista político, ressalte-se a visita ao Brasil do Chanceler Eduard A. Chevardnadze em setembro de 1987, a primeira de um Ministro dos Negócios Estrangeiros soviético ao Brasil. Durante a visita, foram assinados, além de um abrangente comunicado conjunto abordando inúmeros temas do relacionamento bilateral e da conjuntura internacional, um Acordo a Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, que passa a consolidar a cooperação entre os dois países nesses campos onde amplas oportunidades se descortinam, e um Acordo de Cooperação Cultural que servirá, inclusive, de modelo a outros acordos do mesmo gênero com os demais países do Leste Europeu.

A visita do Chanceler Chevardnadze serviu para que o Brasil e a URSS, muito embora conscientes das diversidades das respectivas posições internacionais, aprofundassem inúmeros pontos em que a cooperação só poderá vir a ser mutuamente benéfica.

Em fevereiro, preparando a visita de Chevardnadze, visitou-nos o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Viktor Komplektov, o qual, em dezembro, voltaria a nosso país na qualidade de emissário especial do governo soviético, para expor ao governo brasileiro a visão da URSS sobre o Acordo de Cúpula com os EEUU, a respeito da redução dos Mísseis Nucleares de Alcance Intermediário.

Na área de Ciência e Tecnologia, a cooperação entre o Brasil e a URSS correu normalmente, atendendo ao planejado no Programa Bianual acordado sobre a matéria. Igualmente, no plano cultural, foi representativa a atividade brasileira na URSS (a destacar nossa participação no Festival de Cinema de Moscou) e a atividade soviética no Brasil, atendendo, perfeitamente, ao previsto e desejado na cooperação entre os dois países nesse campo.

Atestando o alto nível atingido nas relações políticas entre o Brasil e a Hungria no ano de 1987, realizou-se, em novembro, a visita do Presidente do Conselho Presidencial húngaro, Senhor Károly Németh, que se fez acompanhar de importante delegação, na qual se incluíam o Ministro do Comércio Exterior e os Vice-Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e da Agricultura.

Na ocasião, foram assinados, entre os dois Governos, Protocolo de Intenções sobre o Comércio Bilateral e Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, visando a criar condições de dinamização e ampliação do relacionamento bilateral nestes campos de atividade.

No âmbito da preparação da visita presidencial e da realização de exposição comercial húngara em São Paulo, esteve no Brasil, em outubro, o Vice-Ministro do Comércio Exterior, Senhor Tibor Melega, que, juntamente com autoridades governamentais brasileiras, analisou as relações bilaterais, abrindo campo para as negociações que resultaram na assinatura dos documentos acima mencionados.

Em fins de novembro, visitou Budapeste o Ministro das Minas e Energia, Senhor Aureliano Chaves de Mendonça, com o objetivo de estreitar a cooperação bilateral no campo energético, com base na implementação de contratos de venda de minério de ferro brasileiro.

ASSUNTOS CONSULARES

ÁREA JURÍDICA

Com a reorganização da Divisão Jurídica, o Itamaraty passou a atender com muito mais rapidez às necessidades de processamento jurídico. Foram tramitados 45 pedidos de extradição, expedidas 274 Cartas rogatórias, recebidas 325 outras, processados 391 casos de perda de nacionalidade. Foram tratados 92 casos de expulsão e 13 pedidos de asilo. Foi também negociado e rubricado um Tratado de Extradição com a Espanha, a ser assinado em 1988.

COOPERAÇÃO CONSULAR

Foram realizadas, ambas em Brasília, as reuniões anuais de Consulta Regional Brasil-França (Guiana) e do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, esta última de resultados particularmente positivos no equacionamento de problemas entre os dois países.

Os bons resultados obtidos graças aos mecanismos de Cooperação Consular já existentes com a Bolívia, França e Paraguai despertaram o interesse de outros países fronteiriços (Argentina e Venezuela) a formarem com o Brasil novos Grupos de Cooperação Consular.

MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CONSULARES

Em 1987, o Ministério das Relações Exteriores deu início a programa de modernização de seus serviços consulares e jurídicos. Foi desenvolvido o Sistema de Acompanhamento Consular (SIAC) para permitir o registro e processamento, em computador, das informações essenciais nas atividades dos postos e da Secretaria de Estado sobre concessão de vistos, expedição de documentos de viagem, atos notariais, serviço militar e legalização de bagagem. Com a instalação do SIAC nos Consulados-Gerais de Nova York e Miami, concluiu-se, com êxito, a fase experimental.

Completou-se, igualmente, o recadastramento das Repartições e funcionários consulares que integram a rede consular brasileira. O novo cadastro foi implantado em microcomputador, o que permitirá a rápida atualização e recuperação de informações.

Iniciou-se, ainda, a revisão do Manual de Serviço Consular e Jurídico. Foram refeitos e distribuídos ao exterior o Tomo de Atos de Navegação, em trabalho conjunto com a Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, e o Tomo de Passaportes e Documentos de Viagem.

ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS

ANÁLISE

Em cumprimento às diretrizes fixadas pelo Presidente José Sarney na área de política externa, o Governo brasileiro, nos diversos foros multilaterais políticos, regionais e especializados, integrantes do sistema das Nações Unidas, logrou reafirmar as suas convicções relativas às questões que interessam à comunidade internacional para a promoção da paz e do desenvolvimento.

A participação do Brasil se evidenciou quando os esforços empreendidos pelos órgãos das Nações Unidas privilegiaram a cooperação mundial. A transparência e a objetividade de suas posições conferiram ao Brasil destacado acesso aos núcleos decisórios do sistema multilateral.

Em seu discurso de abertura do debate geral da XLII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Ministro das Relações Exteriores reiterou o apoio brasileiro às Nações Unidas, no seu "papel vital para o fortalecimento da paz e da cooperação entre os povos", e ressaltou que o Brasil pratica uma política externa fundada no respeito aos princípios da Carta de São Francisco e na promoção de seus propósitos.

O Ministro reiterou ainda as posições brasileiras sobre as questões da segurança global, em suas vertentes de paz e de desenvolvimento, e dos conflitos regionais, assim como expressou a satisfação brasileira com a aprovação pela XLI Sessão da Assembléia-Geral, em 1986, da Resolução 41/11 relativa à Declaração sobre a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

Dentre os temas tratados na XLII Sessão da Assembléia-Geral e pelo sistema das Nações Unidas em 1987, cabe ressaltar a atuação brasileira nas questões do desarmamento, da situação na América Central e na África Austral, bem como nas dos direitos humanos e do combate ao tráfico

ilícito de entorpecentes. Na mesma Sessão, o Brasil teve aprovada a resolução 42/16 de sua iniciativa sobre a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul e foi reconduzido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nesse mesmo ano, também elegeram-se especialistas brasileiros para o exercício das funções de titular da Universidade das Nações Unidas e do Conselho Executivo da UNESCO. Nesta última organização, o Brasil garantiu seu lugar como membro do Conselho do Programa Hidrológico Internacional e do Comitê do Patrimônio Mundial.

Nos foros internacionais competentes e nos entendimentos bilaterais com outras nações, o Brasil direcionou seus esforços para a preservação da paz e da concórdia no espaço exterior, na Antártida e nos mares, incluindo o seu leito e o seu subsolo, e para a proteção dos interesses do Brasil – e também dos demais países em desenvolvimento - nas atividades que se desenvolvam nesses três grandes espaços, a cujas potencialidades, ainda não de todo avaliadas, o Brasil está permanentemente atento, pelo que elas representam e podem representar em termos de fonte de recursos e de conhecimentos, para um país com nossas dimensões e nossas características específicas.

No tocante à área cultural, o Ministério das Relações Exteriores procurou associar órgãos da administração direta à tarefa da divulgação cultural e da cooperação intelectual no exterior, ensejando, através de formas de ação diversificadas, a difusão de uma imagem correta e equilibrada da cultura e civilização brasileiras.

Merecem registro neste setor de atividades do Itamaraty a assinatura em 18 de junho de 1987 do Ajuste Tripartite MRE/MEC/MinC, relativo ao funcionamento da rede de Centros de Estudos Brasileiros no exterior e ao estabelecimento de uma política cultural do Brasil, bem como o prosseguimento das atividades do Projeto Brasil-França, conforme estabelecido nas Notas trocadas entre os Ministros de Estado das Relações Exteriores dos dois países em 14 de outubro de 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

ELEIÇÕES

O Brasil foi eleito, na XLII Assembléia-Geral, para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 1988-1989, na única vaga então aberta à América Latina. A expressiva votação obtida pelo Brasil –

151 votos sobre 159 – reflete o reconhecimento pela comunidade internacional da contribuição que a diplomacia brasileira poderá dar aos trabalhos do Conselho no sentido do fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

Também na XLII Assembléia-Geral, o Embaixador Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto foi eleito, por unanimidade, para o Comitê de Contribuições. Durante a I Sessão Regular do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), o Brasil foi eleito, por um período de quatro anos, para a Comissão de Entorpecentes e, por três anos, para o Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Padrões de Contabilidade. O ECOSOC confirmou, ainda, para um mandato de quatro anos, a indicação do Senhor Lúcio Kowarick à Junta do Instituto das Nações Unidas de Pesquisas sobre Desenvolvimento Social (UNRISD).

ATLÂNTICO SUL

Desde 1986, a agenda da Assembléia-Geral das Nações Unidas passou a incluir item específico sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, como resultado da carta de 29 de maio de 1986 do Ministro das Relações Exteriores ao Secretário-Geral das Nações Unidas, formalizando solicitação nesse sentido. A XLI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1986, ao adotar a Resolução 41/11, declarou solenemente o Atlântico Sul, na região situada entre a África e a América do Sul, como "Zona de Paz e de Cooperação".

De conformidade com o parágrafo 6º da Resolução 41/11, o Governo brasileiro encaminhou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, em 1987, os seus comentários acerca da situação do Atlântico Sul e da implementação da referida Declaração. Consideramos que recai sobre os países sul-atlânticos a responsabilidade primordial de promover a consecução dos objetivos da Zona e que cabe aos Estados das demais regiões respeitar o status da área como região de paz e cooperação, com vistas a permitir a implementação integral daqueles objetivos.

Entre outras iniciativas no sentido da implementação da Resolução 41/11, o Governo brasileiro ofereceu aos países da região do Atlântico Sul participantes da I Reunião do Programa para o Atlântico Centro-Oriental (IOCEA) – convocada no âmbito da Comissão Oceanográfica Internacional (COI) (Cabo Verde, janeiro de 1987) – vários cursos e seminários de hidrografia, oceanografia, batimetria e outras áreas ligadas às ciências marinhas. O Governo brasileiro promoveu a realização, em 1987, do I Curso

Internacional sobre Desertificação, aberto à participação de técnicos dos países sul-atlânticos.

Durante a XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Brasil apresentou projeto de resolução sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico sul, que foi adotado com 122 votos a favor, 1 contra (EUA) e 8 abstenções (Bélgica, França, RFA, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal), tornando-se a Resolução 42/46, co-patrocinada pelos 22 países africanos e sul-americanos da zona geográfica (Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo, Uruguai e Zaire). A Resolução enaltece os esforços realizados pelos Estados da Zona para promover a paz e a cooperação regional e os conclama, *inter alia*, a prosseguir em suas ações para implementar os objetivos da Declaração da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.

MALVINAS

Persistiu, ao longo de 1987, a situação de impasse que envolve o litígio anglo-argentino sobre as Ilhas Malvinas.

A posição do Governo brasileiro sobre o contencioso vem sendo reiterada no âmbito das Nações Unidas. O Brasil apóia a reivindicação argentina de soberania sobre as Ilhas Malvinas e encarece uma solução negociada, como única forma de resolver o litígio. Coerente com essa posição, o Brasil vem co-patrocinando os projetos de resolução argentinos sobre as Malvinas submetidos à consideração da Assembléia-Geral.

Na XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro co-patrocinou a Resolução 42/19 sobre o assunto, de iniciativa da Argentina, que exorta os Governos argentino e britânico a iniciarem negociações para solucionarem pacífica e definitivamente todas as pendências bilaterais e solicita ao Secretário-Geral das Nações Unidas que prossiga em sua missão de bons ofícios naquele sentido.

AMÉRICA CENTRAL

O tratamento da questão centro-americana no âmbito das Nações Unidas refletiu, em 1987, os significativos avanços obtidos com a assinatura, em agosto, do Acordo da Guatemala. Com o apoio do Governo brasileiro, os esforços da Organização no sentido de favorecer o processo de

paz na região situaram-se sobretudo em duas dimensões: o Secretariado e a Assembléia-Geral.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, pessoalmente ou através de seus representantes, tem procurado contribuir para a implementação dos compromissos assumidos pelos Chefes de Estado centro-americanos. Tal atuação ganhou especial significado após a instalação, também em agosto, da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento (CIVA), da qual o Secretário-Geral é integrante.

As deliberações da XLII Sessão da Assembléia-Geral espelharam a evolução do assunto. Em seu discurso na abertura do Debate Geral da Sessão, o Ministro das Relações Exteriores destacou "o exemplo da ação dinâmica que vem realizando o Grupo de Contadora – com o suporte político do Grupo de Apoio, do qual o Brasil é membro – em seu propósito de buscar uma solução genuinamente latino-americana para o conflito na América Central". Louvando os entendimentos incorporados no Acordo da Guatemala, referiu-se à contribuição brasileira ao processo que resultou no estabelecimento da CIVA e acrescentou que "a juízo do Brasil, os resultados das recentes gestões para a solução pacífica da crise centro-americana indicam que os próprios países da região estão em condições de encontrar os caminhos para pôr fim a um conflito que preocupa e afeta toda a América Latina". Assinalou, ainda, ser imprescindível que todos os outros países com vínculos e interesses na região evitem qualquer atitude que possa inviabilizar essas soluções.

Na qualidade de membro do Grupo de Apoio, o Brasil copatrocinou e participou do consenso em torno da Resolução 42/1 da Assembléia-Geral, que exprimiu firme apoio ao Acordo da Guatemala e constituiu importante manifestação das Nações Unidas em favor dos esforços regionais de pacificação. Foi igualmente aprovada por consenso resolução referente a um programa de assistência econômica especial para a América Central, em que a Assembléia-Geral solicitou ao Secretário-Geral a preparação de um plano especial de cooperação a ser examinado pelo órgão em 1988 e instou a comunidade internacional a intensificar suas atividades de assistência técnica, econômica e financeira à região. Também esta resolução, que ressalta os vínculos essenciais entre as questões correlatas da paz e do desenvolvimento, recebeu o co-patrocínio do Brasil.

A Assembléia-Geral adotou ainda, com o voto favorável do Brasil, duas resoluções referentes à Nicarágua, lamentando, em uma delas, a continuação do embargo comercial imposto àquele país, e solicitando, em

outra, o imediato cumprimento da sentença da Corte Internacional de Justiça no caso das atividades militares e paramilitares contra a Nicarágua.

ÁFRICA AUSTRAL

Em 1987, o Governo brasileiro reiterou, nos foros multilaterais e em encontros bilaterais, seu apoio à independência da Namíbia, seu repúdio à prática ilegal do *apartheid* pelo Governo da África do Sul e sua solidariedade aos países da região atacados por forças sul-africanas. Em relação à luta do povo da Namíbia por sua independência, reafirmou-se a necessidade da pronta implementação da Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como a posição brasileira contrária à vinculação da presença de tropas cubanas em Angola às discussões sobre o processo da independência da Namíbia. Em março de 1987, o Presidente da SWAPO, Sam Nujoma, visitou o Brasil e foi recebido pelo Presidente da República, que, na ocasião, reafirmou-lhe a posição do Brasil de reconhecimento da SWAPO como o único e legítimo representante do povo da Namíbia em sua luta contra o "apartheid" e contra a dominação colonial. Em maio, visitou o Brasil o Bispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, que foi condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul, numa expressão do apoio brasileiro à luta contra o *apartheid*.

ORIENTE MÉDIO

No tocante à questão do Oriente Médio, ganhou densidade em 1987 a idéia da convocação de uma Conferência de Paz, sob os auspícios das Nações Unidas, e da qual participem todas as partes interessadas, inclusive a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

As posições do Governo brasileiro com relação à questão do Oriente Médio fundamentam-se na solução pacífica e negociada dos conflitos da região, com base nos princípios consagrados na Carta da ONU e nas resoluções relevantes das Nações Unidas. O Brasil tem condenado no âmbito das Nações Unidas as violações de direitos humanos que vêm ocorrendo nos territórios árabes ocupados. Consideramos que a igualdade de direitos e a autodeterminação dos povos constituem condição fundamental para o gozo dos direitos humanos. Conseqüentemente, a solução para o problema do desrespeito aos direitos humanos naqueles territórios deve acarretar o término da ocupação e a autodeterminação da população palestina.

Com relação à situação no Líbano, o Brasil solidariza-se com o sofrimento do povo libanês e tem reiterado no plano multilateral a necessidade

da retirada das forças estrangeiras e da não-intervenção nos assuntos internos daquele país.

CONFLITO IRÃ-IRAQUE

Em 1987, o Conselho de Segurança das Nações Unidas desempenhou papel ativo na busca de uma solução política para o conflito Irã-Iraque, que culminou na adoção, por unanimidade, da Resolução 598 (1987), em que se estabeleceu uma série de medidas naquele sentido, como a suspensão das hostilidades, a retirada de tropas e a criação de uma comissão imparcial para determinar as responsabilidades pelo início do conflito. Por ocasião da aprovação da Resolução 598, o Governo brasileiro divulgou comunicado de imprensa em que acolheu, com satisfação, sua adoção e nela reconheceu uma demonstração da capacidade do Conselho de agir em favor da paz e da segurança internacionais.

Em razão das divergências entre os dois beligerantes quanto à implementação da Resolução 598, houve intensas consultas entre os membros do Conselho, que emitiu, em 24 de dezembro, declaração reiterando a necessidade da sua implementação.

QUESTÕES DO AFEGANISTÃO, CAMPUCHÉIA, NOVA CALEDÔNIA E SAARA OCIDENTAL

AFEGANISTÃO

Na XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Brasil, a exemplo de anos anteriores, votou a favor de resolução reiterando a importância de uma solução negociada e duradoura para a questão do Afeganistão. Também na Comissão de Direitos Humanos foi mantido voto favorável à Resolução sobre as violações dos direitos humanos no Afeganistão.

CAMPUCHÉIA

O Brasil votou favoravelmente à Resolução sobre a Campuchéia submetida à XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, por considerar que esta contém as diretrizes básicas para a solução duradoura da questão, quais sejam a retirada das tropas estrangeiras, a restauração da independência, o respeito ao princípio de não-intervenção, o cessar-fogo entre os beligerantes, a realização de eleições livres e a restauração da neutralidade do país.

NOVA CALEDÔNIA

O Comitê Especial sobre a Implementação da Declaração sobre a Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais (Comitê dos 24), em seu relatório à XLII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, apresentou projeto de resolução sobre a Nova Caledônia pelo qual reafirma o direito do povo caledoniano à independência, solicita que a potência administrativa encaminhe informações sobre o território, nos termos da Carta das Nações Unidas, e que o processo de autodeterminação da Nova Caledônia seja conduzido de acordo com os princípios e práticas da Organização Mundial.

O Brasil, fiel à sua posição de apoio à implementação da Declaração sobre a Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais, votou a favor do projeto de resolução sobre a situação da Nova Caledônia, que foi adotado pela XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas.

SAARA OCIDENTAL

O Brasil acompanha com interesse os esforços das Nações Unidas para a obtenção de um cessar-fogo no Saara Ocidental e organização de referendo sobre a autodeterminação do povo saariano, que culminaram em recente visita de missão técnica chefiada pelo Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas, Abderrahim Farah, à região conflagrada.

Coerente com seu apoio ao princípio da autodeterminação dos povos, o Brasil votou favoravelmente a resoluções sobre o tema aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e pela XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas.

DESARMAMENTO

O evento mais importante no campo do desarmamento, em 1987, foi a conclusão pelos Estados Unidos e União Soviética, no III Encontro de Cúpula Reagan-Gorbatchev, em Washington, de 7 a 10 de dezembro passado, do primeiro acordo de desarmamento nuclear da história, contemplando a eliminação completa das forças nucleares de curto e médio alcance de ambos os países.

A reação brasileira ao Tratado de Washington está expressa nas mensagens dirigidas pelo Presidente da República ao Presidente dos Estados Unidos e ao Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, em 18 de setembro, por ocasião do anúncio pelos dois Governos

do acordo preliminar que serviu de base para o Tratado de Washington. Como registrado nessas mensagens, o Brasil acolhe com satisfação a perspectiva da primeira medida efetiva de desarmamento nuclear da história, e não de simples controle de armamentos, e espera que ela se desdobre em entendimentos, ainda mais abrangentes, em outras áreas do desarmamento. Nesse processo, é nosso interesse evitar que se reeditem em futuros acordos de desarmamento fórmulas discriminatórias ou de congelamento do poder tecnológico e militar nos moldes da consagrada pelo Tratado de Não-Proliferação. Advogamos, ainda, a exemplo de outros países em desenvolvimento, a necessidade de que as negociações bilaterais sobre desarmamento, tema de legítimo interesse para toda a comunidade internacional, sejam vinculadas aos esforços desenvolvidos nos foros multilaterais de desarmamento, em particular na Conferência do Desarmamento, dotada de mandato negociador. Também expresso nas mensagens presidenciais está o interesse brasileiro de que a eliminação das forças nucleares de médio e curto alcances não seja seguida por medidas de disseminação geográfica dos arsenais estratégicos, em consonância com a adesão do Brasil ao princípio da não-proliferação em todas as suas vertentes – vertical, horizontal e geográfica.

Persistiu, em 1987, o relativo impasse observado em anos anteriores no tratamento multilateral das questões de desarmamento, em razão, basicamente, da prioridade acordada pelas superpotências aos mecanismos de ação bilateral.

A Conferência do Desarmamento, o único foro multilateral de caráter negociador no âmbito das Nações Unidas, não logrou, na Sessão de 1987, avanços substantivos em qualquer dos itens nucleares da Agenda – cessação dos testes nucleares, cessação da corrida armamentista nuclear e prevenção da guerra nuclear. Perdurou o impasse observado nas Sessões anteriores com relação aos temas da prevenção da Corrida Armamentista no Espaço Exterior, Garantias Negativas, Armas Radiológicas e Programa Abrangente de Desarmamento. Pode ser considerado positivo o estabelecimento de cinco Comitês ad hoc encarregados da consideração: 1) das Armas Químicas; 2) da Prevenção da Corrida Armamentista no Espaço Exterior; 3) das Garantias Negativas; 4) das Armas Radiológicas; e 5) do Programa Abrangente do Desarmamento. Foi mantido, ainda, o esquema de consultas informais para tratar da Cessação da Corrida Armamentista. Foi aprovada, na Sessão de 1987, a inclusão no Programa Abrangente de Desarmamento de Trecho Relativo à Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, ressaltando a contribuição dessa iniciativa para o reforço da paz e segurança internacionais.

Na Sessão de 1987 da Comissão do Desarmamento, foram tratados cinco itens substantivos herdados de sessões anteriores – Aspectos Gerais do Desarmamento, Redução de Orçamentos Militares, Capacidade Nuclear da África do Sul, Revisão do Papel das Nações Unidas no Campo de Desarmamento e Armamento e Desarmamento Navais, respectivamente – e incorporados à agenda dois novos tópicos, os de Desarmamento Convencional e Verificação. O Brasil voltou a favorecer, sob o prisma organizacional, a linha de ação objetiva e racional recomendada pela Resolução 37/38 H da Assembléia-Geral das Nações Unidas, ressaltando a inconveniência de se introduzir dois novos tópicos (Desarmamento Convencional e Verificação) em uma agenda reconhecidamente sobrecarregada.

Os trabalhos da I Comissão da XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas refletiram o tom mais positivo das relações entre as superpotências, sobretudo no campo do desarmamento e do controle de armamentos, em 1987. Foi sintomático, nesse sentido, o fato de que a primeira decisão do Plenário tenha sido a de proceder ao envio de uma mensagem de apoio e estímulo aos Chanceleres da URSS e dos EUA às vésperas da conclusão, em Washington, do acordo sobre forças nucleares de médio e curto alcances. Acentuou-se, por outro lado, a convergência de posições entre as superpotências e respectivas alianças militares em torno de teses como a da não-proliferação de armas químicas e do desarmamento convencional, segundo linhas nem sempre coincidentes com as desenvolvidas no Documento Final da I SSOD.

Merece particular atenção, entre os eventos multilaterais de 1987 no campo do desarmamento, a realização, em Nova Iorque, de 24 de agosto a 11 de setembro, da Conferência Internacional sobre a Relação entre Desarmamento e Desenvolvimento, na qual, pela primeira vez no âmbito das Nações Unidas, foi discutida e aceita, a nível intergovernamental, a existência de um vínculo entre os processos do desarmamento e do desenvolvimento. Ainda em 1987, foi dada continuidade ao processo de preparação da III Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas dedicada ao Desarmamento (III SSOD), com realização em Nova Iorque, em maio/junho, da II Sessão do Comitê Preparatório. Na oportunidade, o Brasil, ao lado de outros países em desenvolvimento, registrou o seu firme interesse em ver reafirmados, na II SSOD, os princípios consagrados no Documento Final da I Sessão Especial.

Em âmbito regional, realizou-se, em Montevidéu, em 28 e 29 de abril, o X Período de Sessões da Conferência Geral do Organismo para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL); o Brasil

voltou a participar na condição de observador. Finalmente, é importante registrar a criação, em 28 de julho, mediante Portaria do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Grupo Interministerial sobre o Desarmamento.

SITUAÇÃO DA MULHER

As discussões e deliberações sobre a situação da mulher mereceram amplo tratamento nas Nações Unidas em 1987, tanto nos organismos setoriais específicos – Comissão sobre a Situação da Mulher e Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) – quanto no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e na Assembléia-Geral. Em janeiro, realizou-se, em Nova Iorque, Sessão Especial da Comissão, que examinou o estado de implementação da estratégia adotada na Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para a Mulher (Nairobi, julho de 1986). Em abril, realizou-se, em Viena, a VI Sessão do CEDAW. De 30 de agosto a 3 de setembro, foi realizada, em São Paulo, a I Jornada Latino-Americana e Caribenha sobre a Convenção das Nações Unidas de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

A Delegação brasileira participou ativamente dos trabalhos da III Comissão da Assembléia-Geral sobre a situação da mulher, quando foram aprovados diversos projetos de resolução sobre o assunto, com o voto favorável do Brasil.

ENTORPECENTES

Em 1987, o Brasil participou, em fevereiro, da XXXII Sessão Regular da Comissão de Entorpecentes e da II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência Internacional sobre o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas (ICDAIT). Na primeira reunião, o principal assunto foi o processo de preparação de uma Convenção sobre o Tráfico Ilícito de Drogas. Para a elaboração do projeto de Convenção, a Comissão estabeleceu um Grupo Intergovernamental de Peritos, que veio a reunir-se em julho e outubro. Ainda durante a XXXII Sessão Regular da Comissão, reuniu-se o Grupo de Trabalho incumbido de rever e negociar as definições constantes do projeto de Convenção (Artigo 1). Entre as recomendações aprovadas pela Comissão, destaca-se a de criação da Reunião dos Chefes dos Organismos Nacionais de Combate às Drogas da América Latina e do Caribe (HONLEA Latino-Americana e do Caribe), posteriormente aprovada pelo ECOSOC. A HONLEA veio a reunir-se, em Santiago, em outubro. O Comitê Preparatório da ICDAIT iniciou a análise do Plano Amplo e Multidisciplinar de Atividades Futuras em Matéria de Fiscalização do Uso

Indevido de Drogas (PAM). Foi também criado Grupo de Trabalho para a preparação de texto de natureza política a ser aprovado pela ICDAIT.

O Chefe da Delegação brasileira às reuniões da Comissão de Entorpecentes, Presidente do CONFEN, deu seguimento à estratégia brasileira de obter do Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas (UNFDAC) recursos para a implementação dos projetos nacionais de combate às drogas. Em conseqüência, foi assinado, em 16 de fevereiro, "Memorandum de Entendimento", pelo qual o Fundo se comprometia a financiar atividades no Brasil no valor total de 18 milhões de dólares, dentro de previsão orçamentária inicial de 12 milhões de dólares. Nos meses seguintes, o Itamaraty colaborou com o CONFEN na análise e seleção dos projetos que viriam a ser financiados pelo UNFDAC. Tal processo culminou com a assinatura, em Brasília, do acordo entre o Governo brasileiro e o UNFDAC, firmado em 5 de novembro, que prevê o financiamento pelo Fundo, nos próximos cinco anos, de projetos no Brasil no valor total de 12 milhões de dólares, nas áreas de prevenção, de repressão e de tratamento.

Na reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em maio, o Brasil foi reeleito para novo mandato de quatro anos na Comissão de Entorpecentes, que se estenderá até 1991.

Em junho, realizou-se em Viena a Conferência Internacional sobre o Uso Indevido e o Tráfico Ilícito de Drogas (ICDAIT). A Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro da Justiça, contribuiu de forma efetiva para a elaboração dos dois documentos resultantes do encontro: o Plano Amplo e Multidisciplinar e a Declaração Política.

Na XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, foram aprovadas três Resoluções sobre o assunto, entre as quais se destacam a 42/111, que determina as medidas a serem tomadas para a finalização e eventual aprovação do projeto de Convenção sobre o Tráfico de Drogas, e a 42/112, que solicita aos órgãos das Nações Unidas a adoção de medidas para tornarem efetivas as recomendações da ICDAIT.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), por sua vez, deu início, em 1987, aos trabalhos da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CIDAD), criada com base nas sugestões do Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas. O Brasil foi eleito para a referida Comissão, de 11 membros, para um mandato de dois anos. A representação do Brasil na Comissão ficou a

cargo do Presidente da CONFEN. A Comissão realizou dois períodos de sessões, em abril e em setembro.

Em março, realizou-se em São Paulo a V Conferência Internacional de Combate às Drogas (IDEC-V), sob os auspícios da "Drug Enforcement Administration" (DEA), do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O Brasil participou da IX Conferência dos Estados-Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos (ASEP), realizada em Montevidéu, em dezembro.

No campo bilateral, o Brasil firmou com a Venezuela, em junho, novo acordo de cooperação no combate às drogas, mais amplo do que o anterior, de 1977, pois trata, além da repressão, da cooperação no campo da prevenção e reabilitação, bem como do controle dos precursores químicos e de produtos essenciais. Realizou-se ainda em Brasília, em setembro, a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela sobre Entorpecentes. Nessa reunião, decidiu-se criar a Subcomissão Mista Fronteiriça São Gabriel da Cachoeira-San Carlos de Rio Negro, que se junta à já existente (Rio Branco-Santa Elena de Uairén) no tratamento das principais questões relativas ao combate ao tráfico na fronteira brasileiro-venezuelana.

MEIO AMBIENTE

No início de abril, teve lugar em Montevidéu a V Reunião Intergovernamental sobre Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, à qual compareceu delegação brasileira chefiada pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Precedida da V Reunião de Peritos Governamentais sobre Cooperação Regional em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, aquela reunião serviu para ampliar as perspectivas de cooperação entre o Brasil e os demais países do continente, a partir da concepção de que o nível regional constitui espaço privilegiado para a implantação de esquema de cooperação em matéria ambiental.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizou, em Nairobi, entre os dias 9 e 18 de junho, a XIV Sessão de seu Conselho de Administração, de que é membro o Brasil. Na ocasião, foram discutidos, entre outros, temas relativos a florestas tropicais, transporte de substâncias nocivas, proteção da camada de ozônio, preservação de recursos genéticos e biotecnologia. Foram igualmente examinados em Nairobi o relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ("Comissão Brundtland") e o documento "Perspectiva Ambiental

para o Ano 2000 e Além", estudos que procuram indicar caminhos para o desenvolvimento futuro do tratamento a ser dispensado à questão ambientais em nível internacional.

Em 31 de agosto, o Presidente da República recebeu delegação da Comissão Mundial Para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que visitava uma série de países latino-americanos com o objetivo de divulgar o "Relatório Brundtland".

A crescente mobilização internacional com vistas à proteção da camada de ozônio reuniu em Montreal, de 14 a 16 de setembro, representantes de 53 países, que participaram da conferência para a adoção de um Protocolo sobre CFCs à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio. Foi adotado o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, que se encontra aberto a assinaturas. A presença do Brasil no processo negociatório contribuiu para que condições especiais e tratamento diferenciado fossem garantidos aos países em desenvolvimento, que têm participação meramente marginal na produção e no consumo das substâncias controladas. Consoantes com a atual tendência das agências financeiras multilaterais de ressaltarem a dimensão ambiental em sua atuação, o Banco Mundial e o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Crescimento promoveram em Windsor, Reino Unido, entre os dias 9 e 11 de setembro, uma Conferência de Alto Nível sobre Meio Ambiente, Pobreza e Crescimento. Da reunião, que contou com a presença de Ministros de Estado do Reino Unido e da Indonésia, participou delegação brasileira chefiada pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Assuntos ligados ao meio ambiente foram também discutidos no âmbito da II Comissão da XLII Assembléia-Geral das Nações Unidas, bem como em outros foros internacionais tais como a FAO e a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), nos quais o Brasil mantém ativa participação.

Merece ainda menção a participação do Itamaraty no episódio que culminou com a repatriação de dezenas de espécimes de araras-azuis que haviam sido ilegalmente contrabandeadas para a Argentina. As aves encontram-se agora sob os cuidados do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

DIREITOS HUMANOS

Dando continuidade à prática observada em anos anteriores, o Brasil teve participação ativa, em 1987, em diversos eventos internacionais re-

lativos à proteção dos direitos humanos, evidenciando-se dessa forma o reconhecimento, pelo Governo brasileiro, da importância das atividades desenvolvidas pelos organismos multilaterais afetos ao tema. A atuação do Brasil continuou a nortear-se pelo reconhecimento da legitimidade das atribuições de tais organismos – dentro dos limites estipulados em instrumentos jurídicos internacionais e resoluções de instâncias políticas superiores das Nações Unidas –, bem como pela preocupação em evitar que o tratamento multilateral das questões de direitos humanos, cuja inspiração deve ser essencialmente ética e humanitária, seja prejudicado por confrontações político-ideológicas alheias ao tema.

Na 43ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos (Genebra, fevereiro-março), a Delegação brasileira procurou contribuir substantivamente para os debates e deliberações, realizando intervenções sobre diversos itens da agenda. A sessão foi marcada por intensa politização dos debates, notadamente em função dos ataques recíprocos entre EUA e Cuba. Projetos de resolução sobre a situação de direitos humanos nesses dois países deixaram de ser considerados, em virtude da aprovação de moções processuais, em cuja votação o Brasil se absteve. Na ocasião, a Delegação brasileira fez explicação de voto lamentando a politização dos trabalhos da Comissão e esclarecendo que, sendo a CDH o foro prioritário das Nações Unidas para a proteção dos direitos humanos, o Brasil não poderia apoiar propostas tendentes a impedir *a priori* que a Comissão exerça sua competência nesse domínio.

Em sua 34ª Sessão (março), o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) examinou o oitavo e o nono relatórios periódicos do Brasil (Documento CERD/C/49/Add. 3), apresentados de forma consolidada, em 1986, em conformidade com o Artigo 9º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas da Discriminação Racial. Os relatórios levaram ao conhecimento do CERD informações atualizadas acerca da legislação e medidas governamentais relativas à prevenção da discriminação racial no Brasil, e sua consideração pelos membros do comitê foi completada por esclarecimentos adicionais fornecidos pelos representantes brasileiros presentes à sessão.

Também nos trabalhos da III Comissão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em sua XLII Sessão (setembro-dezembro), foi ativa a participação do Brasil. Em intervenção realizada no contexto dos debates sobre a II Década de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, a Delegação do Brasil reiterou a vigorosa condenação brasileira ao regime do *apartheid* vigente na África do Sul e a solidariedade do Governo do Brasil com os povos sob dominação colonial ou ocupação estrangeira,

particularmente o povo da Namíbia. Por ocasião da consideração do Relatório do ECOSOC, a Delegação assinalou a relevância do trabalho da Organização no campo dos direitos humanos, salientando a importância da cooperação entre os países cujas situações são examinadas e os relatores especiais designados pelas Nações Unidas. Atuando no âmbito do Grupo de Apoio, o Brasil teve papel destacado nas negociações sobre o caso de El Salvador e co-patrocinou o projeto de resolução relativo à situação naquele país, texto que reconhececeu a importância do Acordo da Guatemala e logrou obter consenso entre os países membros, fato notável em se tratando de documento sobre direitos humanos em país específico.

Ao longo do ano, duas comemorações de datas relacionadas à problemática dos direitos humanos deram ocasião a manifestações do Governo brasileiro. Em 05 de outubro, foi divulgada mensagem do Presidente da República alusiva ao centenário de nascimento de René Cassin, jurista francês responsável pela redação do projeto inicial da Declaração Universal dos Direitos Humanos, evento celebrado em Sessão Solene do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Também por ocasião do 39º aniversário da Declaração Universal (Dia dos Direitos Humanos, 10 de dezembro), realizou-se sessão comemorativa do CDDPH, com a divulgação de mensagem presidencial que, recordando as iniciativas recentes de envio ao Congresso de diversas Convenções internacionais sobre direitos humanos, assinalou a importância dos direitos e liberdades fundamentais como componente indispensável ao delineamento do projeto de desenvolvimento nacional.

REFUGIADOS

Como membro do Comitê Executivo do Programa do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o Brasil participou do consenso em torno de dois importantes documentos aprovados por aquele órgão em sua 38ª Sessão (Genebra, outubro). Em primeiro lugar, após tentativas infrutíferas em anos anteriores, o Comitê logrou aprovar Conclusão consensual em que condenou de forma clara a ocorrência de ataques militares ou armados a campos de refugiados, ressaltando, ao mesmo tempo, a importância da preservação do caráter civil e humanitário de tais campos. Ademais, o Comitê adotou a decisão, igualmente consensual, em que definiu seu apoio às iniciativas do Alto Comissário no tratamento da questão de refugiados na América Central, em particular no que se refere à convocação de uma conferência internacional sobre o assunto, prevista para o primeiro semestre de 1988.

Outras iniciativas referentes ao problema dos refugiados centro-americanos mereceram, ao longo do ano, a atenção do Governo brasileiro,

em sua dupla condição de membro do Comitê Executivo do ACNUR e integrante do Grupo de Apoio. Dessa forma, o Brasil co-patrocinou, na XLII Sessão da Assembléia-Geral (setembro-dezembro), projeto de resolução, finalmente aprovado por consenso, que exprime satisfação diante dos compromissos relativos a refugiados constantes do Acordo da Guatemala, e reconhece ser a questão dos refugiados aspecto relevante nos esforços para restaurar a paz na região. Com base nessa mesma ordem de considerações, o Governo brasileiro contribuiu com dez mil dólares para o programa especial de repatriação voluntária de refugiados salvadorenhos, organizado pelo ACNUR, como expressão adicional do apoio do Brasil aos esforços de paz empreendidos pelos países centro-americanos.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS

Na dupla qualidade de país em desenvolvimento e de contribuinte significativo ao orçamento regular das Nações Unidas e diante da persistência da crise financeira que afeta a Organização, o Brasil participou ativamente, durante 1987, das atividades dos órgãos das Nações Unidas ligados a questões administrativas e orçamentárias. A atuação brasileira em tais foros pautou-se pelo apoio à implementação do processo de reforma administrativa das Nações Unidas, objetivando a melhor utilização de recursos e a racionalização de atividades. Tal orientação não implica, entretanto, abandono de posições tradicionais quanto à vinculação da repartição do ônus financeiro de forma proporcional à capacidade econômica dos países-membros, à manutenção dos processos de decisão existentes quanto a questões com implicações financeiras e à preservação da autoridade do Secretário-Geral em questões administrativas.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Em 1987, o Brasil continuou a participar ativamente dos trabalhos dos principais órgãos da ONU que se ocupam de assuntos jurídicos, a saber, a Comissão de Direito Internacional (CDI), a Comissão para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e a VI Comissão da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Na sessão de 1987 da CDI, foi aprovado projeto de artigos sobre Cursos de Águas Internacionais que substituiu o projeto aprovado pela Comissão em 1980. No que se refere à UNCITRAL, concluiu-se a discussão do projeto de Convenção sobre Notas Promissórias e Letras de Câmbio Internacionais, apresentado em 1981 ao Grupo de Trabalho sobre Instrumentos Negociáveis Internacionais da UNCITRAL e encaminhado,

para discussão, à sessão de 1986 da Comissão. O projeto, examinado pela VI Comissão da XLII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, não foi adotado, por haver-se considerado que necessita novo exame, com vistas à melhor conciliação dos interesses das nações de direito comum e de direito romano. Ainda na UNCITRAL, o Brasil acompanhou as atividades das XV e XVI sessões do Grupo de Trabalho sobre Pagamentos Internacionais, realizadas, respectivamente, em fevereiro e novembro de 1987. Finda a discussão do supracitado projeto de Convenção sobre Notas Promissórias e Letras de Câmbio Internacionais, o Grupo de Trabalho dedica-se atualmente ao tema da transferência eletrônica de fundos. O Brasil acompanhou as atividades da IX Sessão do Grupo de Trabalho sobre a Nova Ordem Econômica Internacional, que se reuniu em abril de 1987.

Durante os trabalhos da VI Comissão da XLII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, no debate sobre o Comitê da Carta, confirmou-se a disposição das grandes potências de permitir avanço modesto daquele órgão em 1988, atitude que se consubstanciou na aprovação de um mandato mais objetivo do que em anos anteriores. Continuou-se igualmente a examinar os princípios para a proteção de pessoas detidas ou presas. O relatório do Comitê com o País Sede deu margem a queixas de limitado grupo de países contra o tratamento dispensado a missões e diplomatas em Nova Iorque. Os relatórios do Comitê para a elaboração de uma Convenção contra Mercenários e do Comitê sobre o Não-Uso da Força nas Relações Internacionais permitiram apenas uma reiteração de posições já conhecidas. No que tange ao debate sobre terrorismo, não foi possível, contrariamente aos anos anteriores, adotar, por consenso, projeto de resolução sobre o assunto.

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

O SISTEMA INTERAMERICANO

O Brasil participou ativamente dos trabalhos da OEA e demais organismos do sistema interamericano em 1987, fazendo-se representar nas suas diferentes reuniões com grande empenho, na tarefa de revitalização da Organização.

Atesta esse empenho o fato de que a OEA tem à sua frente um brasileiro, o Embaixador João Clemente Baena Soares; respalda-o o significado do peso específico do Brasil no Continente e no seio da própria OEA, onde é o maior contribuinte da América Latina e do Caribe.

Emprestando seu apoio à necessidade de superação das graves dificuldades financeiras que experimenta a Organização, o Brasil em 1987 praticamente atualizou seus compromissos financeiros para com ela, a despeito das adversidades econômico-financeiras por que passa o país.

A eleição de brasileiros para importantes órgãos da Organização constituiu elemento de reforço e estímulo à atuação brasileira naquele foro.

A relevância que o Brasil atribui à OEA mede-se alhures pelo esforço no sentido de que o Protocolo de Cartagena das Índias, que introduz reformas de substância na Carta da Organização, seja aprovado pelo Congresso Nacional com a brevidade possível para que se possa proceder ao depósito do instrumento brasileiro de ratificação.

Por outro lado, o oferecimento formulado pelo Brasil na IV Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - JIA - do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA -, para que a V Reunião daquele órgão se realize no país, em 1989, projeta para o futuro a confiança na validade e na eficiência dos mecanismos de cooperação vigentes no âmbito do Sistema Interamericano.

A XVII ASSEMBLÉIA-GERAL ORDINÁRIA DA OEA

A OEA vem crescendo progressivamente em importância como foro político por excelência do Continente, nela encontrando, cada vez mais, os Estados-membros canal válido e eficaz para o tratamento e discussão de seus problemas comuns. O Conselho Permanente foi diversas vezes convocado, em 1987, para examinar questões de grande delicadeza e atualidade, sobre as quais adotou resoluções relevantes, tais como: o contencioso entre Bolívia e Chile relativo ao acesso da Bolívia ao Pacífico; o incidente no Golfo da Venezuela entre aquele país e a Colômbia; os episódios de insubordinação militar na Argentina; a situação no Panamá; a crise política no Haiti. Cumpre ressaltar, ainda, o papel da Organização e de seu Secretário-Geral no processo de paz na América Central.

A questão da proteção dos direitos humanos no Continente vem obtendo especial atenção de parte da Organização, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, reflexo do movimento em direção à redemocratização no hemisfério.

Outro destaque é o trabalho que vem sendo desenvolvido pela OEA no campo do combate à produção, ao tráfico e ao uso indevido de drogas

no Continente, cujo passo mais marcante foi a criação da Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas – CIDAD –, que sessionou pela primeira vez em 1987.

A OEA tem voltado igualmente sua atenção para os problemas econômicos e sociais continentais, de que é exemplo a iniciativa sobre a convocação de uma Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social para considerar, no início de 1988, o problema da pobreza absoluta no hemisfério.

A última Assembléia-Geral Ordinária da Organização bem ilustrou o esforço que vem sendo desenvolvido pela OEA nessas áreas e em muitas outras. Nela, ficou demonstrado, pelo número e pelo conteúdo das Resoluções adotadas, que já se faz presente, embora ainda não esteja em vigor o Protocolo de Reformas de Cartagena de 1985, o espírito que inspirou a assinatura daquele documento.

O XVII Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização realizou-se em Washington, de 9 a 14 de novembro de 1987. A delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Foram aprovadas mais de cinqüenta Resoluções durante o evento, das quais cumpre destacar as que dizem respeito: a) ao processo de paz na América Central; b) à situação dos direitos humanos no Continente; c) ao combate ao consumo, à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes; d) à crise financeira da Organização; e) a questões políticas específicas, como a controvérsia sobre as Ilhas Malvinas e o problema do acesso da Bolívia ao mar; f) à promoção dos direitos da mulher; g) a questões sociais como a luta contra a pobreza absoluta; h) à cooperação entre a OEA e as Nações Unidas.

O grande tema da XVII Assembléia-Geral foi sem dúvida o progresso havido no encaminhamento do processo de paz na América Central, com a assinatura, a 7 de agosto, dos Acordos de Esquipulas II e a constituição da Comissão Interamericana de Verificação e Acompanhamento (CIVA), de que participam os Secretários-Gerais da OEA e das Nações Unidas ao lado dos países representantes dos Grupos de Contadora e de Apoio.

O exame de situações de direitos humanos em diversos Estados membros foi outro tema que sobressaiu nas deliberações da Assembléia-

Geral, propiciando amplo debate e testemunhando a seriedade com que a matéria é tratada no foro interamericano.

A crise financeira que atravessa a OEA também mereceu intenso escrutínio, ensejando, além de candente apelo formulado pelo Secretário-Geral, uma série de Resoluções cujas ênfases principais foram a necessidade de racionalização das atividades da Organização, de um lado, e, do outro, a exortação a que os Estados-membros cumpram pontualmente e com assiduidade os seus compromissos financeiros.

Finalmente, cabe mencionar o realce imprimido aos esforços envidados, através da CICAD, para o combate ao uso indevido e ao tráfico de drogas.

Em suma, assistiu-se durante a XVII Assembléia-Geral Ordinária à demonstração prática, pelo número e pela abrangência dos assuntos tratados, e não obstante a grave crise financeira de que padece a OEA, de um revigoramento da Organização cujo balizamento formal é o Protocolo de Cartagena, que no final de 1987 já contava com praticamente 3/4 das ratificações necessárias para sua entrada em vigor.

Cabe notar que foi eleita para novo mandato da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, durante a XVII Assembléia-Geral, a atual Presidente daquele órgão, a Professora Gilda Russomano; e que para presidir aos trabalhos da IV Comissão da Assembléia-Geral – encarregada de Assuntos Administrativos e Orçamentários – foi eleito o Representante Permanente do Brasil junto à OEA, Embaixador Dario de Castro Alves.

ELEIÇÕES

Por ocasião da Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Instituto Indigenista Americano – III –, celebrada em junho de 1987, na Cidade do México, o Embaixador José Guilherme Merquior foi eleito para integrar o Comitê Executivo daquele organismo para um mandato de cinco anos.

Durante o XVIII CIECC, o Doutor Antonio Octavio Cintra foi eleito para integrar o Comitê Interamericano de Educação – CIE – daquele Conselho, para um mandato aproximado de um ano, substituindo o Doutor Getúlio Pereira de Carvalho, que deixou o órgão para desempenhar cargo administrativo na própria OEA.

A Professora Gilda Russomano foi reeleita para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, durante a XVII Assembléia-Geral Ordi-

nária da OEA, para novo mandato de quatro anos. A Professora Russomano é a atual Presidente daquele órgão.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES (CIM)

Em 1987, realizaram-se três Sessões Ordinárias do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres. Várias recomendações emanaram daquelas reuniões, entre as quais se destacam as que dizem respeito à elaboração de programas de alfabetização e de educação permanente para a mulher, e à realização de seminários interamericanos sobre temas relacionados com a mulher.

A CIM, ademais, apoiou financeiramente diversos projetos relacionados com a melhoria da situação da mulher no Continente. A CIM preparou, durante 1987, diversas atividades extraordinárias para comemorar o seu 60º aniversário, que se realizará em 1988.

COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA (CJI)

A Comissão Jurídica Interamericana, em suas duas Sessões realizadas em 1987, concentrou suas atenções sobre os projetos de Convenção Interamericana sobre Assistência Judicial em Matéria Penal e sobre Cumprimento de Sentenças Penais no Estrangeiro; Aspectos Jurídicos do Tráfico de Entorpecentes; e Parecer sobre Medidas Coercitivas de Caráter Econômico. Nenhum dos projetos de Convenção foi ainda submetido à Assembléia-Geral da OEA, dado o intenso trabalho de aprimoramento a que estão sendo submetidos pela CJI.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA (IPGH)

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História caberia ressaltar a realização, de 6 a 9 de abril, em Montevidéu, de Reunião do Conselho Diretor do órgão. Na ocasião, foram acordadas várias Resoluções, entre as quais se destaca a que diz respeito ao apoio e financiamento de diversos projetos nas áreas de cartografia, geografia, história e geofísica. Ressalte-se que as políticas científica, administrativa e financeira do Instituto até 1990 foram decididas quando da realização, no Rio de Janeiro, em 1986, da XIII Assembléia-Geral do IPGH. A Presidência do Instituto está atualmente sendo exercida por um brasileiro, o Professor Speridião Faissol, que deverá permanecer naquele cargo até abril de 1990.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA (IIC)

Dentre as atividades levadas a cabo pelo Instituto Interamericano da Criança no decorrer de 1987, cabe registrar a realização, de 8 a 11 de junho, em Montevidéu, da Reunião do Conselho Diretor do Instituto, órgão que se reúne anualmente visando, entre outros objetivos, a formular a política geral do Instituto na área que lhe compete e velar pelo cumprimento de suas decisões. Dentre as Resoluções emanadas do referido evento, ressaltem-se as que se referem: a) à reforma do Estatuto do Instituto; b) à criação de Centro de Informação Computadorizada e de Unidade de Assuntos Sociais, além da reestruturação da Unidade de Educação; e c) à aprovação de convênios assinados pela Direção Geral do Instituto.

A Reunião Latino-Americana para Dirigentes de Educação Especial, cuja realização estava prevista para outubro de 1987, em Brasília, foi adiada para abril de 1988.

O INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (III)

O Instituto Indigenista Interamericano desenvolveu, durante 1987, atividades das quais se destaca a realização, no Rio de Janeiro, em setembro, do II Festival Latino-Americano de Cinema dos Povos Indígenas, e do Curso-Colóquio sobre Recursos Audiovisuais para a promoção dos Povos e Valores Indígenas.

O III atravessou no ano passado, contudo, um período de escassos recursos, em função da falta de resposta positiva aos pedidos de contribuição ao Fundo Multilateral de Apoio, mecanismo criado para angariar contribuições voluntárias dos países-membros.

Fato relevante a assinalar em 1987, do ponto de vista do Brasil, foi a eleição, em junho, do Embaixador José Guilherme Merquior como membro do Conselho Diretor do órgão.

CONSELHO INTERAMERICANO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (CIECC)

Realizou-se de 21 a 25 de setembro de 1987, em Washington, a XVIII Reunião Ordinária anual do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura – CIECC –, a nível ministerial.

Dentre as Resoluções então aprovadas, cumpre mencionar as referentes ao Decênio Mundial do Desenvolvimento Cultural; às Comemora-

ções do Quinto Centenário do Descobrimento da América; ao Ano da Ciência e Tecnologia; às Prioridades do CIECC a partir de 1990; e à realização da Segunda Reunião de Peritos sobre Educação e Abuso de Drogas.

A coroação dos trabalhos do XVIII CIECC, entretanto, foi a Resolução adotada para avaliar-se a "Resolução de Maracay", que estabeleceu os Programas Regionais daquele Conselho (Programas Regionais de Desenvolvimento Educacional, Cultural, e Científico e Tecnológico). De acordo com a Resolução em apreço, deverão ser criadas, pelos Estados-membros, Comissões Nacionais de Avaliação *ad hoc*, as quais deverão, no primeiro trimestre de 1988, concluir suas atividades e encaminhar suas conclusões à OEA. Será então criada uma Comissão Regional de Avaliação, que elaborará relatório abrangente para os comentários dos Estados-membros. Com base nos resultados desse processo amplo de avaliação dos Programas Regionais, o XIX CIECC, a realizar-se em 1988, estabelecerá as prioridades para a atuação do Conselho.

Durante o XVIII CIECC, o Doutor Antonio Octavio Cintra foi eleito para integrar o Comitê Interamericano de Educação, um dos três Comitês subordinados ao Conselho.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS)

Foi realizada de 21 a 25 de setembro em Washington a Reunião Ordinária anual do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde. Dentre as Resoluções então aprovadas, cabe ressaltar as relativas aos Preparativos para Situações de Emergência e Coordenação de Socorro em Casos de Desastre; à Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS); e à coordenação entre as instituições de Previdência Social e as de Saúde Pública.

CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL (CIES)

Realizou-se, de 5 a 7 de outubro, em Washington, a XXII Reunião Ordinária anual do Conselho Interamericano Econômico e Social – CIES – a nível ministerial.

Na ocasião, foram aprovadas, **inter alia**, Resoluções referentes a: Problemas de Desenvolvimento dos Pequenos Estados do Caribe; Luta contra a Pobreza Absoluta; Relações Comerciais com os Estados Unidos da América; Política Açucareira; e Áreas Prioritárias de Ação no Campo Econômico e Social.

INSTITUTO INTERAMERICANO PARA A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA (IICA)

Em 1987, dois eventos importantes ocorreram no âmbito do Instituto Interamericano para a Cooperação na Agricultura: a IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura (IX CIMA) e a LV Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (IV JIA), ambas realizadas em Ottawa de 30 de agosto a 5 de setembro.

A IX CIMA contou com a presença de 21 Ministros da Agricultura do Hemisfério, inclusive com a do Ministro brasileiro que chefiou a delegação brasileira. Durante o encontro – que teve como tema central a modernização agrícola no contexto da integração regional –, foram discutidas questões referentes à crise econômico-financeira dos países em desenvolvimento, fenômenos endêmicos como a fome e a pobreza absoluta, e a necessidade de se modificar a situação adversa atual. Da Conferência resultaram uma "Declaração de Otawa" e dez Recomendações.

A IV Reunião da Junta Interamericana de Agricultura – órgão máximo do IICA – adotou diversas Resoluções, entre as quais a que agradece o oferecimento brasileiro de sediar a V Reunião Ordinária, a realizar-se no segundo semestre de 1989.

COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS (CICAD)

O ano de 1987 marcou o início dos trabalhos da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), criada pela Resolução AG/Res. 813 (XVI/86) da XVI Assembléia-Geral da OEA. O objetivo precípuo da CICAD é implementar o "Programa Interamericano de Ação contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas", emanado da Conferência Especializada Interamericana sobre Tráfico de Drogas (Rio de Janeiro, abril de 1986). Dentre as medidas enunciadas no referido Plano de Ação, merecem destaque as que dizem respeito a: a) a criação de mecanismos que tenham por objetivo disciplinar equilibradamente tanto a produção quanto a comercialização e o uso de drogas ilícitas; b) a atribuição de prioridades às medidas que visem à redução da demanda e do uso indevido de substâncias psicotrópicas; c) o estabelecimento de mecanismos de cooperação e troca de informações sobre o assunto entre os Estados-membros. Além da adoção dessas medidas, cabe à CICAD servir de órgão de consulta à OEA em matérias relativas ao uso indevido e à produção de entorpe-

centes, fornecer assistência aos Estados-membros e preparar estudos com vistas a aumentar a eficácia da luta contra o problema das drogas.

A CICAD é constituída por 11 membros e é atualmente integrada pelos seguintes países: Brasil, Argentina, Bahamas, Bolívia, Colômbia, EUA, Guatemala, México, Panamá, Peru e Venezuela. Durante 1987, a CICAD realizou duas sessões ordinárias e estabeleceu a seguinte ordem de prioridade para seus primeiros projetos: a) Projeto de Pesquisa Jurídica; b) Plano de ação: Educação na Área contra o Abuso de Drogas; c) Estabelecimento de uma rede interamericana de Centros de Documentação; d) mobilização dos organismos privados para prevenir o uso indevido de drogas; e e) criação de um sistema estatístico uniforme para a região.

A importância atribuída aos trabalhos da CICAD pode ser observada pela adoção de Resolução pela XVII Assembléia-Geral da OEA, que contempla a Comissão com um fundo especial, no total de US$ 250 mil anuais.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

Durante 1987, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – cujos trabalhos vêm assumindo crescente importância em função da relevância de que se tem revestido o tema no âmbito da OEA – ocupou-se da elaboração de dois Relatórios, ambos submetidos à consideração da XVII Assembléia-Geral da OEA. No primeiro, foi considerada, em conjunto, a situação dos direitos humanos nos seguintes países: Cuba, Chile, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua e Suriname. No mesmo documento, foi proposta a adoção de um Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos abolindo a pena de morte, e de uma Convenção Interamericana destinada a prevenir o desaparecimento forçado de pessoas. O segundo Relatório elaborado pela Comissão diz respeito, exclusivamente, à situação dos direitos humanos no Paraguai. Cabe registrar que ambos os Relatórios foram objeto de Resoluções adotadas durante a XVII AGOEA.

Merece registro, por fim, a reeleição, por ocasião da XVII AGOEA, em um quadro eletivo bastante concorrido, da jurista brasileira Gilda Russomano.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS

ORGANISMOS DEDICADOS AOS ASSUNTOS LIGADOS À AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

CONSELHO MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO (CMA)

O CMA realizou sua 13ª Sessão Ministerial em junho, em Pequim, da qual o Brasil participou. Nesse encontro, examinaram-se temas de relevante interesse, entre os quais ressaltam o estado global da fome e subnutrição; o impacto do comércio agrícola internacional na alimentação e no desenvolvimento; a cooperação Sul-Sul e a cooperação regional na agricultura e na alimentação; a assistência multilateral e a diminuição da fome e subnutrição.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)

Em março-abril, visitou oficialmente o Brasil o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO –, Doutor Edouard Saouma, então candidato à reeleição para um terceiro mandato. Na ocasião, o Senhor Presidente da República manifestou oficialmente ao Doutor Saouma que o Governo brasileiro apoiava sua candidatura.

O Doutor Edouard Saouma manteve contatos com os titulares das Pastas da Agricultura, Irrigação, Reforma e Desenvolvimento Agrário e Relações Exteriores, tendo-se avistado, oficialmente, com altas autoridades dos Ministérios da Fazenda, do Interior e da Secretaria do Planejamento.

Durante sua permanência em Brasília, o Diretor-Geral da FAO assinou documentos lançando os projetos "Assistência Técnica ao Programa de Irrigação do Alto e Médio São Francisco", "Assistência para a Intensificação da Agricultura em Rondônia", e "Secagem de Colheitas em Pequena Escala".

O Diretor-Geral da FAO visitou Recife, onde manteve contatos com o Governador do Estado de Pernambuco, com o Superintendente da SUDENE e com os Secretários de Agricultura da maioria dos Estados do Nordeste.

Como conseqüências da visita do Diretor-Geral ao Brasil, em agosto, atendendo a solicitação do Ministério da Reforma e do Desenvolvi-

mento Agrário, a FAO enviou missão técnica ao Brasil para estudar aspectos do programa brasileiro de Reforma Agrária, e, em outubro, nova missão da FAO visitou o Brasil, desta vez missão precursora com vistas à realização no Recife, em outubro de 1988, da XX Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, o que ficara acertado entre o Governo brasileiro e a Organização quando da visita de Saouma a Brasília.

Em novembro, realizou-se a XXIV Sessão da Conferência da FAO, em Roma, na qual o Brasil foi representado por delegação composta de membros dos Ministérios da Agricultura, Relações Exteriores, da Secretaria de Planejamento e do Governo do Distrito Federal. Os trabalhos da Conferência tiveram como tônica as propostas de reavaliação e reestruturação da FAO, apresentadas pelos países desenvolvidos. O Brasil participou ativamente da ação concertada do Grupo dos 77, que conseguiu inserir nas medidas aprovadas importantes salvaguardas dos interesses dos países em desenvolvimento. O Brasil foi eleito para o Comitê de Finanças da Organização e para o Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA)

Além do Acordo Básico Brasil-PMA, firmado em 2 de fevereiro, foram firmados três acordos relativos a projetos, no valor de cerca de 42 milhões de dólares, que deverão beneficiar áreas deprimidas nos Estados de Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe. Foi igualmente acordado projeto de auxílio alimentar de emergência em favor das vítimas da seca no Estado da Bahia.

O Brasil foi reeleito para o Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar (CPPAA), órgão máximo do PMA, no período de 1988-1990.

CODEX ALIMENTARIUS

A participação do Brasil no Codex Alimentarius foi intensificada, graças à dinamização do Comitê Brasileiro de Coordenação, em curso desde meados do ano de 1986. Cabe registrar a presença brasileira em todas as reuniões dos Comitês mais importantes (em geral, com pessoal da Embaixada do Brasil) e o interesse renovado da indústria setorial na matéria. Ressalte-se que o Brasil tomou parte ativa nas sessões do Comitê Coordenador para a América Latina e Caribe, em fevereiro, realizada em Havana, e da Comissão, órgão decisório mais elevado do Codex, em Roma, em julho.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)

O evento mais importante no âmbito da Organização Mundial da Saúde – OMS – em 1987 foi a realização da XL Assembléia Mundial da Saúde em maio.

A XL Assembléia Mundial da Saúde realizou-se em Genebra, Suíça, de 4 a 16 de maio. Durante a referida reunião, o Professor Roberto Figueira Santos, então Ministro de Estado da Saúde, foi eleito por aclamação para o Conselho Executivo da OMS. A Delegação do Brasil, composta de representantes do Ministério da Saúde e do Ministério das Relações Exteriores, participou ativamente dos trabalhos, que se centraram principalmente na Estratégia de Saúde para Todos no Ano 2000 e na Luta contra a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – SIDA – AIDS.

A XL Assembléia Mundial da Saúde reafirmou o propósito da OMS de prosseguir em diversos projetos do interesse direto do Brasil, como os programas de Treinamento e Pesquisa em Doenças Tropicais, Substitutos do Leite Materno e Controle da Hanseníase.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICR)

Durante o ano transcorrido, três eventos marcaram a atuação do Itamaraty em relação à Cruz Vermelha:

No mês de agosto, visitou Brasília o Delegado Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR), o Senhor Christophe Swinarsky, ocasião em que se avistou em audiência com o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, com o Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e com o Secretário-Geral do Ministério da Justiça. Nessas visitas, o Senhor Swinarsky, além de apresentar-se como novo Delegado Regional, efetuou gestões em relação à adesão do Brasil aos Protocolos I e II, de 1977, adicionais às Convenções de Genebra, sobre prisioneiros de guerra. Além disso, foram discutidas formas de difusão do Direito Internacional Humanitário.

No mês de novembro, durante visita ao Brasil, esteve em Brasília, por duas vezes, o Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR), doutor Cornélio Sommaruga. Em 16 de novembro, o Senhor Sommaruga foi recebido pelo Senhor Presidente da República, no Palácio do Planalto. Em uma segunda ocasião, nos dias 24 e 25, o Presidente do CICR foi recebido no Itamaraty, onde se avistou em audiência com o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. O Senhor Sommaruga

foi recebido, ademais, pelo Ministro-Chefe do EMFA, pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente da Câmara dos Deputados. No Ministério das Relações Exteriores, o Presidente do CICR proferiu palestra em que expôs o trabalho daquela entidade e suas expectativas em relação ao Brasil.

O terceiro evento de destaque foi a VI Assembléia-Geral da Liga de Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, realizadas no Rio de Janeiro, de 16 a 28 de novembro. A reunião, que teve como Sociedade anfitriã a Cruz Vermelha Brasileira, contou com a participação de 145 Sociedades Nacionais.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

O Brasil tomou parte ativa nas reuniões promovidas pela OIT em 1987, entre as quais ressalta a 73ª Conferência Mundial do Trabalho (Genebra, julho), com delegação integrada por representantes dos setores governamental, dos empregadores e dos trabalhadores, e chefiada pelo Doutor Almir Pazzianotto, Ministro do Trabalho.

A OIT organizou reunião de alto nível sobre emprego e reajuste estrutural (Genebra, novembro), na qual o Brasil se fez representar por delegação chefiada pelo Ministro do Trabalho. O encontro estabeleceu a competência da OIT para examinar e tomar em consideração políticas e medidas econômicas e financeiras em função de seu impacto sobre as condições sociais e de emprego, e endossou declaração da UNCTAD VII pela qual a comunidade internacional reconhece a necessidade de uma solução eqüitativa duradoura e mutuamente acordada para a questão do endividamento externo dos países em desenvolvimento.

O Brasil igualmente participou das reuniões do Conselho de Administração da OIT. Durante a 237ª Sessão, realizada em junho, em Genebra, o Representante brasileiro, Professor Mozart Victor Russomano, foi eleito Presidente daquele órgão, para mandato de um ano.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM)

No que diz respeito à OMM, o evento merecedor de maior destaque, em 1987, no âmbito da Divisão de Organismos Internacionais Especializados, foi o X Congresso Meteorológico Mundial, realizado em Genebra, de 4 a 29 de maio. Nas eleições para o Conselho Executivo da Organização, realizadas durante aquele Congresso, no dia 21, o Brasil foi eleito no primeiro escrutínio, por aclamação, como primeiro representante da

área III (América do Sul). O Representante permanente do Brasil junto à OMM é o Doutor Antônio Divino Moura, atual Diretor-Geral do Instituto Nacional de Meteorologia (INEMET).

Durante a reunião em apreço, foram tratados importantes temas do interesse de diferentes órgãos governamentais brasileiros, como a aplicação para o controle climático das meteorologias marítima, aeronáutica e agrícola, além da hidrologia e dos recursos hídricos.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT)

Como principal evento do ano dentro da OMT, a VII Reunião da Assembléia-Geral, realizada em Madri, de 22 de setembro a 1 de outubro de 1987, foi foro para o preeenchimento de diversos cargos na Organização. Assim, ao Brasil coube uma das duas Vice-Presidências da Comissão das Américas, bem como assentos no Comitê Técnico de Programa e Coordenação e no Comitê de Estatísticas.

Dentre os assuntos tratados durante a VII Assembléia-Geral, destacam-se, além da aprovação de Resolução sobre a cooperação técnica no âmbito do turismo, as atividades do organismo no campo da proteção do meio ambiente, a convocação de Conferência Diplomática para a preparação de Convenção Internacional sobre facilitação de viagens, e um estudo de programa específico na área de segurança e proteção de viagens e instalações turísticas.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE POLÍCIA CRIMINAL (INTERPOL)

Após sete anos de afastamento da INTERPOL, o Brasil volta a participar de reunião do organismo. Em janeiro de 1980, o Brasil desligou-se da Organização Internacional de Polícia Criminal, da qual fazia parte desde 1956, voltando a filiar-se a ela em outubro de 1986, quando seu pedido de readmissão foi aceito pela Assembléia-Geral da INTERPOL.

No período de 23 a 27 de novembro de 1987, realizou-se em Nice, França, a 56ª Reunião da Assembléia-Geral da INTERPOL, que contou com a participação de delegação brasileira, entre os 116 demais países presentes. Durante a Reunião, destacou-se, como de maior interesse para o Brasil, o tópico relativo ao tráfico internacional de entorpecentes.

TEMAS INTERNACIONAIS ESPECIAIS

MAR

Concluída em 1982, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar representou uma verdadeira reformulação do Direito do Mar tra-

dicional, respondendo aos anseios de uma comunidade de nações mais universal e de uma crescente percepção da importância dos mares como fator de desenvolvimento e objeto da cooperação internacional. Desse ponto de vista, as conquistas consagradas no novo Direito do Mar são consideráveis, principalmente ao conferir aos Estados costeiros uma ampla gama de direitos na Zona Econômica Exclusiva, que se estende das 12 às 200 milhas, e ao estabelecer um regime internacional para a exploração dos recursos dos fundos marinhos situados além das jurisdições nacionais, considerados "patrimônio comum da humanidade".

O Brasil, como um dos signatários originais da Convenção, à qual tem emprestado seu apoio contra tentativas de desacreditá-la, deu em 1987 um passo importante no sentido de reforçá-la: em 9 de novembro o Congresso Nacional adotou o Decreto Legislativo nº 5, em que é aprovado o texto da Convenção, permitindo, assim, ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias com vistas à sua ratificação.

Enquanto a Convenção não entra em vigor, para o que se requer o depósito de sessenta instrumentos de ratificação, reúne-se a cada ano a Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal do Direito do Mar, destinada a garantir que os órgãos previstos na Convenção comecem a funcionar assim que ela entrar em vigor. Em 1987, realizou-se a quinta sessão da Comissão Preparatória, dividida em duas partes, uma em Kingston, Jamaica (março/abril) e outra em Nova York (julho/agosto). Os trabalhos da 5ª sessão reconvocada foram ultimados pela Reunião do Comitê Geral (Nova York – dezembro). O Brasil dela participou de forma atuante, tendo exercido a presidência do grupo dos 77. Desde que iniciou suas sessões em 1983, a Comissão Preparatória teve, em 1987, a sua sessão mais produtiva, na medida em que foram registrados como "investidores pioneiros" a Índia, a União Soviética, a França e o Japão, num esquema contemplado para proteger os investimentos em prospecção dos fundos marinhos realizados antes da entrada em vigor da Convenção.

O Brasil esteve igualmente representado no Grupo de 15 Peritos das Nações Unidas que analisou as petições revistas da Índia, França, Japão e URSS. As duas reuniões do Grupo de Peritos em Nova York (julho e novembro/dezembro) antecederam as sessões do Comitê Geral, que examinou e aprovou os respectivos pareceres.

Internamente foram adiantados os trabalhos no âmbito da Subcomissão, presidida pelo Itamaraty, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, com vistas a examinar a possibilidade de vir o Brasil a

tornar-se "investidor pioneiro" em futuro próximo. Foi aprovada recomendação à CIRM no sentido de proceder-se às pesquisas preliminares com vistas à eventual delimitação da área.

Também têm avançado consideravelmente os trabalhos da Subcomissão da CIRM, que, sob a coordenação do Itamaraty, vem supervisionando a tarefa de delimitação da plataforma continental brasileira, em função da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Ainda no plano multilateral, o Brasil participou da Assembléia da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), realizada na sede da UNESCO em Paris, bem como da primeira reunião do Comitê da COI para o Atlântico Centro-Oriental, realizada em janeiro em Cabo Verde, ocasião em que a delegação brasileira manifestou firme posição no sentido de que os objetivos da reunião tinham de amoldar-se às reais necessidades dos países ribeirinhos do Atlântico Sul, ao invés de constituírem uma reprodução regionalizada dos programas globais da COI, de interesse prioritário dos países desenvolvidos.

A participação brasileira na reunião anual da Comissão Internacional da Baleia, realizada em Bournemouth, Reino Unido, deu-se de conformidade com a adesão do Brasil à moratória da caça da baleia, objeto de decreto presidencial de 1985.

ANTÁRTIDA

A política brasileira para o Continente Antártico teve marco significativo na XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, realizada em outubro no Rio de Janeiro e cuja sessão inaugural foi presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Da reunião participaram as Partes do Tratado da Antártida – 20 consultivas e 17 não-consultivas –, que durante duas semanas, sob a presidência do Brasil, fizeram progressos importantes com vistas ao fortalecimento da cooperação internacional em relação à Antártida. A reunião do Rio de Janeiro foi das mais bem-sucedidas até hoje realizadas, tendo constituído demonstração global e definitiva do compromisso do Brasil com o sistema do Tratado da Antártida.

Redigida no âmbito da Comissão Nacional Para Assuntos Antárticos (CONANTAR), presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) foi aprovada pelo Presidente da República em 4 de janeiro de 1987. Atualizada e em consonância com a realidade nacional e o crescente papel desempenhado pelo Brasil no sistema antártico, a POLANTAR fornece o balizamento político indispensável às futuras atividades do país no Continente Austral.

O Brasil participou da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR), realizada em Hobart, Tasmânia, e da décima rodada de negociações, em Montevidéu, para o estabelecimento de um regime jurídico que possibilite a exploração e o aproveitamento dos recursos minerais antárticos.

No plano interno, o Itamaraty participou ativamente das reuniões do Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CNPA) e coordenou as relações mantidas entre esse órgão e o Comitê Científico de Pesquisas Antárticas (SCAR). O Itamaraty também prestou contribuição importante à Subcomissão do Programa Antártico Brasileiro, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

ESPAÇO EXTERIOR

O Itamaraty, na qualidade de membro da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), coordenou entendimentos para a realização de projetos conjuntos com a "National Aeronautics and Space Administration (NASA)", dos Estados Unidos da América, com o "Centre National d'Etudes Spatiales (CNES)", da França, e com o Comitê do Sistema COSPAS-SARSAT de busca e salvamento por meio de satélites.

Em decorrência desses entendimentos, foi assinado Memorando de Entendimento entre a COBAE e a NASA, que prorroga a participação brasileira no Sistema LANDSAT de coleta e processamento de dados de satélites. Concluiu-se, também, troca de notas diplomáticas que põe em vigor Memorando de Entendimento entre a COBAE e o CENS para participação do Brasil no Sistema SPOT de recepção e tratamento de dados de satélites. Finalmente, assinou-se Acordo entre a COBAE e o Comitê do Sistema COSPAS-SARSAT, que permite ao Brasil participar no refe- rido sistema de busca e salvamento por meio de satélites.

Ainda em 1987, o Itamaraty participou de contatos entre autoridades do Brasil e da República Popular da China, que visaram a estimular uma aproximação crescente entre os dois países na área espacial. Os referidos contatos culminaram, em dezembro de 1987, com a visita ao Brasil do Vice-Ministro da Astronáutica da RPC, Bao Keming, que realizou contatos com o Itamaraty, com o Estado-Maior das Forças Armadas e com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

No âmbito multilateral, o Brasil participou ativamente das reuniões do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus dois Subcomitês.

ASSUNTOS CULTURAIS

Com o permanente objetivo de aperfeiçoar os moldes da cooperação cultural e intelectual do Brasil com os demais países, o Itamaraty estreitou os seus contatos com diferentes órgãos da administração direta (os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, principalmente), bem como com suas agências (o Instituto Nacional do Livro, o Conselho Nacional do Cinema e o Conselho Nacional de Direito Autoral, por exemplo), procurando ampliar a cooperação interministerial neste setor.

A DIFUSÃO CULTURAL

No campo da difusão cultural, cumpre destacar a assinatura em 18 de julho de 1987 do Ajuste Tripartite MRE/MEC/MinC, que estabelece os parâmetros da "política cultural brasileira no exterior" e dispõe sobre a reestruturação dos Centros de Estudos Brasileiros em funcionamento na América Latina, não-Latina, Europa e África. Em 1987, o Itamaraty procedeu à instalação de CEBs em Manágua, El Salvador, Bissau e Maputo, havendo sido acordada a abertura de Centros em Lagos e Luanda.

Com a colaboração da Embrafilme, do Banco do Brasil, das Organizações Globo e da RADIOBRÁS, foi possível ao Ministério das Relações Exteriores promover mostras de cinema brasileiro na América Latina, iniciar a distribuição à rede de Centros de Estudos Brasileiros no exterior dos programas "Globo Ciência" e "Globo Rural", bem como acertar com as emissoras radiofônicas de quinze países africanos, incluídas as cinco nações lusófonas, emissões regulares de programas dedicados à música do Brasil.

No âmbito das comemorações do centenário de nascimento do compositor Heitor Villa-Lobos, o Ministério das Relações Exteriores apoiou diferentes atividades para a difusão da vida e obra do músico brasileiro no exterior, tendo sido incluído um programa radiofônico inteiramente dedicado a Villa-Lobos na série "The Brazilian Hour", com versões em quatro idiomas, distribuído a Missões Diplomáticas e Repartições Consulares situadas em 35 países, e produzido pelo Consulado do Brasil em Los Angeles.

No que diz respeito às artes plásticas, mereceriam registro, dentre outras iniciativas, a mostra " Futebol Arte do Brasil", que, em 1987, percorreu vários países da América Latina, a exposição do acervo da Fundação Roberto Marinho em Buenos Aires e a exposição "Modernidade",

inaugurada em 1987 em Paris no quadro das atividades do Projeto Brasil-França.

UNESCO

Em coordenação com os Ministérios da Cultura, da Educação e da Ciência e Tecnologia, o Itamaraty coordenou a participação brasileira na 24ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, de 20 de outubro a 21 de novembro de 1987, que elegeu o cientista espanhol Federico Mayor novo Diretor-Geral da Organização. A reunião da Conferência Geral foi seguida pela 128ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, durante a qual o físico brasileiro José Israel Vargas foi escolhido titular do Conselho por um período de dois anos (1987-1989).

Ainda durante a 24ª sessão da Conferência Geral, o Brasil foi reeleito para o Comitê do Patrimônio Mundial, com um mandato de mais seis anos, e para o Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional, com um mandato de 4 anos.

Em dezembro de 1987, durante a XI Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em Paris, Brasília foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, constituindo o sétimo bem cultural e natural brasileiro a receber tal distinção, para o que concorreu decisivamente a atuação do Itamaraty em coordenação com o Ministério da Cultura e o Governo do Distrito Federal.

Ainda no âmbito da UNESCO, realizou-se em Brasília, em outubro de 1987, a 22ª Assembléia-Geral do Conselho Internacional da Música da Organização, presidido até então pelo compositor brasileiro Marlos Nobre.

ACORDOS E COMISSÕES MISTAS CULTURAIS

O Brasil e a União Soviética firmaram acordo sobre Cooperação Cultural por ocasião da visita ao Brasil de 28 a 30 de setembro de 1987 do Ministro das Relações Exteriores, Eduard A. Shevardnadze.

O Ministério das Relações Exteriores coordenou a participação brasileira nos trabalhos das seguintes Comissões Mistas Culturais:

– IX Reunião da Comissão Mista Permanente encarregada da Execução do Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica, em Brasília, de 9 a 12 de março de 1987; e

– Reunião da Comissão Mista de Cooperação Cultural Brasil-Venezuela, em Caracas, de 21 a 23 de setembro de 1987.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

PROMOÇÃO COMERCIAL

INFORMAÇÃO COMERCIAL

No que tange à informação comercial em 1987, o Itamaraty cumpriu sua atividade básica de transmitir a exportadores brasileiros oportunidades para a exportação de bens e serviços. Foram repassadas 41.675 informações padronizadas aos usuários cadastrados no Registro de Exportadores Brasileiros. A tarefa de difusão de informações foi complementada pelo atendimento de consultas de empresas referentes a estudos de mercado, legislação aduaneira no exterior, informações cadastrais sobre empresas estrangeiras e outras de utilidade para o exportador.

Em 1987, encetou-se um programa destinado a incentivar a exportação de produtos não-tradicionais para mercados tradicionais, tendo o mercado dos Estados Unidos como objetivo inicial. A partir de um levantamento da pauta de importações norte-americanas foram selecionados produtos adquiridos em volume significativo por aquele país, mas com reduzida participação de fornecimentos originários do Brasil. As empresas brasileiras exportadoras desses produtos foram solicitadas a encaminhar ao Itamaraty catálogos e, quando possível, amostras, de forma a permitir que os SECOMs situados nos Estados Unidos pudessem empreender campanha de promoção direta desses produtos de exportação não-tradicional naquele mercado. Até o fim do ano, 150 exportadores haviam sido beneficiados pelo programa.

No âmbito do Programa de Operações Comerciais de Longo Envolvimento – POLEN –, foi apresentado ao governo do Uruguai um plano de remodelação do sistema ferroviário daquele país. Diversos outros projetos tiveram andamento no ano passado com perspectivas favoráveis de que venham a ser aprovados no corrente ano. Dentre estes merece particular menção o projeto para o aproveitamento hidrelétrico e hidrológico

do Rio Zambezi, na África Austral, a ser elaborado pela firma CNEC, em conjunto com empresas canadense e portuguesa.

Em prosseguimento à série de seminários "Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento", que visam a transmitir a meios empresariais e oficiais estrangeiros imagem da potencialidade brasileira na exportação de serviços e bens de capital, foram tomadas, no ano passado, providências iniciais para a realização de certame na África francófona, particularmente na República dos Camarões, Costa do Marfim e possivelmente também no Zaire. A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – manifestou-se disposta a co-patrocinar os eventos cuja realização dependerá de avaliação do interesse das empresas integrantes da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Bens – ABDIB – em particular de seminário nos países mencionados.

FEIRAS E TURISMO

Em 1987, o Itamaraty executou 62 eventos em seu Programa de Feiras e Exposições, 19 Mostras Gerais e 43 Mostras Setoriais Especializadas. Segundo objetivos e premissas fixados no Documento de Planejamento do Departamento de Promoção Comercial, foram selecionados prioritariamente os certames que, do ponto de vista de promoção da oferta exportável brasileira, proporcionaram incremento nos contatos diretos entre a demanda potencial no exterior, previamente identificada pelos SECOMs, e a oferta brasileira. Assim, os eventos geraram comercialização efetiva, atendendo à maximização dos limitados recursos orçamentários disponíveis.

Foram reorientadas a divulgação e a arregimentação de expositores, de modo a que a renovação de interlocutores, e conseqüentemente de empresas interessadas na promoção direta de exportações mediante participação em feiras internacionais de comercialização, permitisse definição de um perfil prévio em cada promoção oficial brasileira. Dessa forma, foi definido o potencial exportador do Brasil, atendendo ao critério de viabilidade econômico-financeira dos eventos e identificada uma base viável para o encaminhamento das diversas etapas operacionais decorrentes da execução do Programa.

Em 1987, foi mantida a média de participantes dos últimos anos, cerca de 550 empresas nos 62 eventos. Para isso, contribuiu a inclusão de algumas Mostras Gerais nas quais o Brasil participou pela primeira vez, como a Exposição Latino-Americana na Europa-Eurolatina, em Rotterdam, a Feira Internacional de Havana e a Exposição de Intercâmbio Bilateral Brasil-Argentina – ABRA, em Buenos Aires.

Cabe registrar que a queda do dólar no mercado internacional afetou negativamente a competitividade do produto brasileiro. Ainda assim, a política cambial adotada em 1987 e o incremento dos excedentes exportáveis se refletiram nas atividades do Itamaraty, mediante acréscimo de consultas sobre eventos e inscrições de expositores. Esse fato permitiu a execução do Programa de Feiras e Exposições de 1987 a um custo efetivamente minimizado para o Ministério das Relações Exteriores, assim como a manutenção dos patamares qualitativos de exercício anteriores.

PROGRAMAS DE PROMOÇÃO COMERCIAL

A exemplo dos últimos anos, a escassez de recursos orçamentários persistiu em 1987. Procurou-se, assim, manter a formação de seus recursos humanos básicos e uma imagem positiva e moderna no cumprimento do mandato de apoio à promoção das exportações no exterior. O Itamaraty manteve sob permanente reciclagem e aperfeiçoamento a estrutura e métodos operacionais de seu sistema de Promoção Comercial no exterior. Para tanto, acentuou-se a necessidade de máximo aproveitamento dos recursos.

Uma das atividades que mereceram registro foi a atuação do Sistema de Informação Comercial, através do Programa Conjunto "Comércio, Desenvolvimento e Cooperação Internacional - CDCI" -, entre o Itamaraty e o Banco do Brasil.

Outro exemplo de cooperação foi a ação conjunta entre o Itamaraty e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, mediante a qual o Programa financiou cursos e seminários em Promoção Comercial, bem como a colocação de técnicos especialistas da área no ITC. Dessa forma, em 1987, os seguintes seminários foram patrocinados pelo Itamaraty, em colaboração com o PNUD:

1. II Jornada de Engenharia dos Países de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, 18 a 30 de abril de 1987;

2. VI Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Operações Financeiras em Comércio Exterior, Belo Horizonte, de 28 a 30 de outubro de 1987;

3. I Seminário sobre Exportação de Frutas, Hortaliças e Tubérculos, Petrolina, de 9 a 12 de novembro de 1987;

4. Seminário sobre Exportação de Serviços de Engenharia e Consultoria, São Paulo e Rio de Janeiro, de 16 a 22 de novembro de 1987.

Ainda no âmbito de cooperação com outros órgãos, espera-se que com a renovação, em 1987, do "Acordo de Manutenção do CICOM" (Centro Interamericano de Comercialização), válido até 1993, entre Brasil e OEA, possam ser intensificados, a partir do corrente ano, o treinamento e a especialização de funcionários do Itamaraty, no Brasil e no exterior, diretamente envolvidos com as atividades de Promoção Comercial, em cursos e seminários promovidos por aquela entidade.

OPERAÇÕES DE PROMOÇÃO COMERCIAL

Em 1987, o Itamaraty continuou a concentrar o melhor de seus esforços em favor da expansão das exportações de serviços de consultoria, engenharia e construção civil, campo em que o apoio e acompanhamento do Ministério das Relações Exteriores constituem elemento indispensável para a concretização de operações comerciais. Isso porque, sem o apoio oficial, mercado natural de tais exportações, as empresas brasileiras interessadas teriam reduzidas possibilidades de êxito.

Dentro deste contexto, o Ministério das Relações Exteriores participou das reuniões do Comitê de Exportações de Serviços, órgão colegiado destinado a conceder financiamento às exportações de serviços; organizou a participação comercial brasileira em Comissões Mistas; dedicou-se à elaboração e ao acompanhamento de visitas de missões comerciais brasileiras ao exterior; buscou incentivar novas modalidades de dinamização das correntes de comércio internacional (contracomércio e *joint-ventures*); e procurou maior aproximação comercial com vários parceiros, através de acordos e protocolos comerciais, bem como de ajustes complementares a acordos já existentes.

POLÍTICA COMERCIAL

Como nos anos anteriores, em 1987, a política comercial brasileira recebeu forte influência da instável conjuntura econômica internacional, pois as iniciativas dos principais países desenvolvidos em 1987, nos planos interno, bilateral e regional, parecem confirmar as expectativas prevalecentes de uma disputa cada vez maior pelo comércio internacional nos próximos anos. Dentre estas iniciativas, merecem registro a tramitação no Congresso norte-americano de projeto de lei comercial abrangente, com características marcadamente protecionistas; a assinatura do acordo de livre comércio EUA-Canadá, cujos dispositivos se estendem, de modo pioneiro, às chamadas novas áreas do comércio internacional (serviços, investimentos, e propriedade intelectual); a freqüência com que, durante o

ano, alguns principais países desenvolvidos recorreram a práticas unilaterais de retaliação comercial e os crescentes esforços de consolidação do mercado comunitário, o qual procura ganhar peso específico no mercado internacional, mediante a atuação em bloco coeso e disciplinado, a nível intra-regional.

Em meio a essas tendências da economia internacional, realizou-se em 1987 a primeira fase da Rodada Uruguai de negociações comerciais. O seu temário abrangente, a rapidez com que se vem desenvolvendo, ao contrário de refletir um autêntico ímpeto liberalizante por parte dos países envolvidos nas negociações, parece contrapor-se, e mesmo frear as pressões para adoção de novos dispositivos legais e/ou práticas protecionistas em nível nacional, bilateral e regional.

REUNIÃO DE CÚPULA DOS SETE GRANDES

Realizou-se em Veneza, em junho de 1987, reunião anual dos Chefes de Estado das sete principais nações industrializadas (EUA, Japão, RFA, França, Reino Unido, Itália e Canadá). Em meio a previsões modestas sobre o comportamento das economias centrais em 87 e 88 (EUA e CEE, em particular), bem como indícios concretos da insustentabilidade dos desequilíbrios que vêm caracterizando a conjuntura econômica internacional, o encontro procurou imprimir reforço político e maior sofisticação técnica ao processo de coordenação de políticas macroeconômicas entre os Sete Grandes, sobretudo com vistas a deter uma queda ainda mais acentuada do dólar norte-americano.

RODADA URUGUAI

1987 correspondeu ao primeiro ano da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, lançada em setembro de 1986 pela Declaração Ministerial de Punta del Este. Cada um dos 14 grupos que integram o Grupo Negociador sobre Bens, bem como o Grupo Negociador sobre Serviços, reuniu-se uma média de cinco vezes durante o ano. O ritmo acelerado de seus trabalhos, o grande número de propostas introduzidas em praticamente todas as áreas temáticas, a alta freqüência das reuniões em Genebra respondem pelo sentimento generalizado entre países participantes de que no primeiro ano da Rodada lograram-se avanços bem mais significativos que em período equivalente de negociações anteriores. A intensidade dos trabalhos, aliada ao grande volume de documentos já em circulação, também suscitou dificuldades de natureza operacional à

participação e acompanhamento das negociações em Genebra, e vem exigindo um esforço desproporcionalmente maior por parte dos países em desenvolvimento.

GATT

No âmbito do GATT, cabe especial menção à realização de consulta pelo Brasil no Comitê de Balanço de Pagamentos do Acordo Geral, em novembro, em atendimento a solicitação aprovada pelas partes contratantes.

Com relação ao contencioso Brasil-EUA sobre informática, o Brasil solicitou consultas com os EUA nos termos de dispositivo pertinente do GATT, em novembro. O motivo foram os prejuízos já causados às exportações pela anunciada intenção do governo norte-americano de aumentar as tarifas sobre exportações brasileiras àquele mercado de determinados produtos brasileiros do setor de informática. Ante a ausência de resposta a esse pedido, o Brasil solicitou, em dezembro, os bons ofícios do Diretor Geral do GATT para solucionar o diferendo.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Na esfera da OMPI, prosseguiram as consultas sobre a revisão da Convenção de Paris, sem que se tenha logrado avanço significativo, a ponto de se reconvocar a conferência diplomática negociadora.

Paralelamente, acentuou-se tendência por parte de alguns países desenvolvidos no sentido de obter padrões internacionais mais rígidos de proteção da propriedade intetectual, em particular no campo das tecnologias avançadas.

DIÁLOGO NORTE-SUL

Negociações extremamente difíceis com os países desenvolvidos foram a tônica do Diálogo Norte-Sul em 1987.

A despeito de previsões pessimistas sobre o seu desfecho, a VII UNCTAD, em julho, propiciou algumas perspectivas positivas para avanço no Diálogo Norte-Sul. Os resultados da reunião foram consubstanciados em uma "Ata Final", subdividida em quatro capítulos: comércio internacional, produtos de base, finanças e questões monetárias e situação dos países de menor desenvolvimento relativo (PMRs).

A assinatura pela URSS do Acordo Constitutivo do Fundo Comum para Produtos de Base nos primeiros dias da reunião representou um passo fundamental para materialização do Fundo e, por extensão, para impulsionar a implementação do Programa Integrado do Produto de Base.

A medida soviética, além disso, deu novo alento aos países em desenvolvimento em sua luta contra a tese dos países desenvolvidos de que acordos de produtos de base já estariam superados e que o comércio destes deveria ser deixado ao livre jogo das forças do mercado.

Realizou-se intenso trabalho preparatório durante o ano com vistas à II Conferência Geral da UNIDO em Bangkok, em novembro. O relativo sucesso da Conferência, do ponto de vista dos países em desenvolvimento, se refletiu na aprovação consensual de decisões e resoluções que cristalizam naquele foro enfoques muito próximos de suas teses sobre as questões da dívida externa, mobilização de recursos financeiros, formação e treinamento de recursos humanos e transferência e capacitação tecnológica. Os avanços logrados nesses temas frustraram a tentativa dos países desenvolvidos de limitar a atuação da UNIDO à mera prestação de cooperação técnica internacional, sob enfoque tendente ao assistencialismo, e de reduzir o escopo das Conferências-Gerais apenas à discussão de matéria administrativa.

COOPERAÇÃO SUL-SUL

Com vistas à operacionalização de mecanismos alternativos de cooperação regional e multilateral, o Brasil intensificou seus contatos no âmbito da cooperação entre países em desenvolvimento, a chamada cooperação Sul-Sul.

Sob a liderança do ex-presidente da Tanzânia, Senhor Julius Nyerere, foi criada, em 1987, a Comissão Independente para o Sul, que visa reforçar o trabalho conjunto dos países em desenvolvimento, tanto em termos de cooperação Sul-Sul como no seu relacionamento com o Norte. A título pessoal, integram a Comissão, pelo Brasil, o Ministro Celso Furtado e o Cardeal Paulo Evaristo Arns.

No plano econômico, releva assinalar a implementação da primeira rodada negociadora para o estabelecimento do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) entre países em desenvolvimento, nos termos da Declaração Ministerial de Brasília, que a lançou, em maio de 1986. Uma série de reuniões de consultas foi realizada em Genebra com vistas à troca de informações bem como para o intercâmbio de listas de pedidos

de concessões comerciais, necessário à negociação dos esquemas de preferências do SGPC.

TÊXTEIS

Brasil-EUA

Foram realizadas, em 27 e 28 de maio, e em 15 e 16 de dezembro de 1987, em Washington, consultas com os EUA sobre os eventuais prejuízos quantitativos para o acesso ao mercado norte-americano de têxteis brasileiros, decorrentes da aplicação do Sistema Harmonizado para produtos têxteis e confecções pelos EUA.

Como resultado dessas consultas, ficou acordado que a adoção pelos EUA, a partir de 01.01.88, de novo sistema de categorias, transitório para o Sistema Harmonizado, não poderia significar qualquer modificação às condições do Acordo Bilateral sobre Têxteis durante a sua vigência, isto é, até 31.03.88.

Brasil-Canadá

De 18 a 20 de março, realizaram-se consultas bilaterais, das quais resultou a assinatura de um "Memorandum de Entendimento", que estabeleceu limites quantitativos para as exportações brasileiras para o Canadá, de certos produtos têxteis, para o período de 1º de dezembro de 1986 a 31 de dezembro de 1987.

Com vistas a negociar com o Governo canadense as condições do comércio bilateral que vigorariam a partir de 1º de janeiro de 1988, foram fixadas as datas de 26 e 27 de novembro de 1987 para a realização de novas consultas bilaterais, as quais, no entanto, a pedido do Governo canadense, foram adiadas para época posterior.

SUCO DE LARANJA CONCENTRADO

Brasil-EUA

A Divisão "Antitrust" do Departamento de Justiça norte-americano iniciou, em julho de 1987, investigação sobre a fixação de preços de suco de laranja concentrado brasileiro exportado para os EUA. A investigação, de caráter sigiloso, ainda está em fase preliminar, porquanto o Departamento de Justiça está estudando a questão com vistas a instituir ou não uma investigação formal.

Brasil-CEE

Em junho de 1987, a ANIC e a ABRASSUCOS mantiveram conversações com representantes de Associações de produtores italianos, visando a encontrar alternativas satisfatórias aos interesses de ambos os países. As negociações prosseguiram quando de visita de delegação italiana ao Brasil, em agosto de 1987, e por ocasião da II Comissão Mista Brasil-CCE, realizada em Brasília em novembro de 1987, na qual o tema foi igualmente abordado, desta feita a nível governamental. Conseguiu-se, destarte, pelo menos postergar a introdução pela CEE de medidas mais drásticas contra o suco de laranja concentrado oriundo do Brasil, como a abertura de processo *antidumping* que estava sendo cogitado pela Itália.

CALÇADOS

Brasil-EUA

O Governo brasileiro apresentou declaração perante o Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias do GATT, em outubro de 1987, descrevendo os fatos relevantes do contencioso Brasil-EUA no que diz respeito à decisão do Departamento de Comércio dos EUA de aplicar direitos compensatórios retroativos às exportações brasileiras de calçados para o mercado norte-americano. Ademais, a Delegação brasileira anunciou a intenção de fazer valer os direitos do Brasil como parte contratante do GATT e como signatário do Código de Subsídios, caso as circunstâncias assim o aconselhem.

INFORMÁTICA

Brasil-EUA

Como decorrência da decisão, de 6 de outubro de 1987, da Secretaria Especial de Informática (SEI) de não conceder registro ao programa de computador norte-americano MS-DOS da Microsoft, o Governo dos EUA anunciou, em 13 de novembro, a sua intenção de adotar medidas unilaterais de restrição contra as exportações brasileiras de produtos selecionados, mediante aplicação de sobretaxa de 100% *ad valorem* em montante correspondente a um total de US$ 105 milhões.

QUÍMICA FINA E PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Brasil-EUA

Realizou-se em Washington, em junho de 1987, a terceira rodada de consultas com os Estados Unidos da América sobre química fina e produ-

tos farmacêuticos, tendo a ela precedido encontro em novembro de 1986 e outro em fevereiro de 1987.

Durante a terceira reunião, a parte brasileira indicou à parte norte-americana que a política patentária brasileira no setor farmacêutico é ajustada à Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial.

Dada a não conclusão dos resultados dessa reunião, o Governo norte-americano decidiu iniciar, a partir de junho de 1987, investigação sob a seção 301 da Lei de Comércio norte-americana contra a política brasileira de patentes no setor farmacêutico, em atendimento à solicitação da Pharmaceutical Manufactures Association (PMA) dos EUA.

SIDERURGIA

Brasil-EUA

Brasil-CECA

Na área de siderurgia, cabe ressaltar que o comércio setorial brasileiro com os Estados Unidos da América e com a Comunidade Européia de Carvão e do Aço esteve regulamentado pelos arranjos de limitação de exportações brasileiras para aqueles mercados.

No que respeita aos Estados Unidos da América, com os quais o Brasil mantém um acordo de restrição voluntária desde 1985, cabe mencionar as três reuniões de consulta bilaterais com o Departamento de Comércio daquele país, para a administração do instrumento. Essas reuniões realizaram-se, alternadamente, em Brasília, em Washington e em Brasília, respectivamente, em março, em junho e novembro de 1987.

A exemplo dos anos anteriores, foram negociados e subscritos, em abril, em Bruxelas, os Arranjos sobre ferro-gusa e aços com a CECA, para 1987, havendo-se realizado, já em outubro, em Brasília, reunião de consulta regular sobre a gestão daqueles Arranjos.

REALIZAÇÃO DA II COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO

Brasil-CEE

Realizou-se em Brasília, de 3 a 5 de novembro passado, a II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Comunidade Econômica Européia, cujo temário abrangeu negociações referentes a programas de co-

operação bilateral nas áreas comercial, econômica, industrial, energética, científica e tecnológica.

POLÍTICA FINANCEIRA

DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

Em razão de suas graves repercussões, a questão do endividamento externo continuou a merecer atenção prioritária.

NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA OFICIAL

No âmbito do Clube de Paris, dando prosseguimento às negociações iniciadas em dezembro de 1986, o Governo brasileiro logrou firmar, em 21 de janeiro de 1987, acordo com os credores oficiais.

Por esse instrumento, o governo brasileiro se comprometeu a pagar, em 6 anos, com 3 de carência, os débitos vencidos em 1985 e 1986, correspondentes a US$ 2,49 bilhões de amortizações do principal, mais US$ 782 milhões de juros, num total de US$ 3,27 bilhões de atrasados, bem como acertou o refinanciamento de US$ 500 milhões do principal a vencer no primeiro semestre de 1987, e o pagamento, em três parcelas semestrais a partir de 30 de junho de 1988, de US$ 348 milhões, correspondentes aos juros de mora sobre os atrasados de 1985 e 1986.

Na implementação da ata negociada com o Clube de Paris, o Brasil assinou, ao longo de 1987, contratos bilaterais com a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a Espanha, a França, a Grã-Bretanha, a Itália, a Noruega, a República Federal da Alemanha e a Suécia, havendo iniciado negociações com os Estados Unidos, Países Baixos, Japão e Suíça.

NEGOCIAÇÃO COM OS BANCOS COMERCIAIS

A queda na receita de exportações, aliada à escassez de créditos externos, agravou substancialmente as contas externas do país, levando o Governo brasileiro a suspender unilateralmente o pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazo com os bancos comerciais, em 20 de fevereiro de 1987, no intuito de preservar as reservas internacionais.

Com a finalidade de normalizar as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, foram retomados os entendimentos com os credores privados, tendo-se firmado, em novembro de 1987, um acordo para a regularização dos juros atrasados devidos aos bancos. O acordo

estabelece, também, as condições necessárias para as futuras negociações sobre o reescalonamento de médio prazo.

PARTICIPAÇÃO NOS FOROS MUTILATERAIS

No âmbito multilateral, o Itamaraty participou ativamente das discussões sobre a questão do endividamento externo realizadas nas duas reuniões técnicas do Consenso de Cartagena, assim como na VII Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (VII UNCTAD), tendo ademais participado das duas reuniões anuais do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Comitê de Desenvolvimento do FMI/Banco Mundial, bem como da Assembléia Anual Conjunta dos Governadores daquelas instituições, e da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

No que se refere à regularização de créditos no exterior, o Brasil participou, em 1987, das atas negociadas pela Polônia, Gabão, Moçambique e Mauritânia, no Clube de Paris, relativas à reestruturação das respectivas dívidas oficiais ou oficialmente garantidas. Em conseqüência de atas negociadas no ano anterior, foram firmados contratos bilaterais de reescalonamento da dívida com a Bolívia e a Tanzânia. No contexto bilateral, foram reestruturadas as dívidas do Peru e do Equador.

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA (FONPLATA)

Houve, no contexto da Bacia do Prata, participação ativa nas quatro reuniões da Diretoria Executiva do FONPLATA, bem como na Assembléia Anual de Governadores.

PRODUTOS DE BASE

Embora certa recuperação de preços se tenha verificado no mercado internacional de alguns produtos, o ano de 1987 continuou a caracterizar-se por níveis acentuadamente deprimidos para a maioria das cotações dos produtos de base. Diante desse quadro, o Brasil empenhou-se em diferentes foros internacionais no sentido de lograr medidas capazes de oferecer sustentação e estímulo aos preços praticados no mercado.

UNCTAD

No plano de princípios gerais, que devem nortear a ação da comunidade internacional na área de produtos de base, mereceram especial

atenção por parte do Brasil as discussões travadas durante a VII UNCTAD (Genebra, julho/agosto de 1987). Naquela ocasião, foi possível, graças aos esforços realizados pelo Brasil juntamente com outros países em desenvolvimento, preservar a Resolução 93, aprovada em 1976 por ocasião da IV UNCTAD. Foi, assim, reafirmada a plena validade dos instrumentos multilaterais negociados entre produtores e consumidores.

GATT

Igualmente de forma abrangente, porém no contexto das Negociações Comerciais Multilaterais - Rodada Uruguai - do GATT, os produtos agrícolas foram objeto de detida atenção no Grupo Negociador de Agricultura, que recebeu diversas propostas para a gradual liberalização do comércio internacional daqueles produtos. O avanço dos trabalhos do Grupo Negociador de Agricultura no GATT reflete o sentimento generalizado de necessidade de reformar o sistema internacional de comercialização dos produtos agrícolas, atualmente distorcido pela política de subsídios adotada em países desenvolvidos.

CAFÉ

Os países-membros da Organização Internacional do Café lograram obter, em outubro, consenso acerca de fórmula que permitiu a reintrodução do sistema de quotas de exportação, mantida a tradicional parcela ocupada pelo Brasil. Graças ao disciplinamento da oferta mundial, as cotações internacionais do produto, que haviam atingido seu valor mais deprimido dos últimos seis anos, iniciaram movimento de recuperação.

CACAU

O Acordo Internacional do Cacau, concluído em julho de 1986, passou a vigorar a partir de 20 de janeiro de 1987. Entre maio e junho, o Estoque Regulador, primeira instância de ação sobre o mercado prevista no Acordo, foi acionado em defesa dos preços.

AÇÚCAR

Foi negociado em 1987 um novo Acordo Internacional do Açúcar, em que se estabelecem mecanismos administrativos para funcionamento da Organização Internacional do Açúcar. O Brasil aceitou a versão final do Acordo, formulando porém reserva quanto ao sistema para distribuição de votos.

Ainda com relação ao açúcar, o País esteve representado na XXIII Assembléia do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), ocasião em que ficaram assegurados recursos para implementação de um programa a ser desenvolvido pelo Brasil para a divulgação das técnicas de diversificação da utilização da cana-de-açúcar.

BORRACHA

Os preços da borracha natural tenderam a elevar-se no correr do ano, fato que obrigou o Estoque Regulador da Organização Internacional da Borracha Natural a vender no mercado parte de suas disponibilidades para conter a elevação dos preços. Estando o Acordo Internacional da Borracha Natural prestes a expirar, realizou-se, no âmbito da UNCTAD, a conferência negociadora do novo Acordo, que concluiu seus trabalhos com a celebração de um novo texto a entrar em vigor em 1988.

TRIGO

Brasil e Argentina decidiram estender a validade do Protocolo do Trigo, assinado no âmbito do Acordo de Cooperação e Integração Econômica entre os dois países. O novo compromisso contempla no biênio 1992-93 a aquisição pelo Brasil de até 2 milhões de toneladas anuais do cereal argentino.

CARNE

Em 1987, o Brasil obteve junto às CEE a prorrogação do prazo de validade do contingente de 5.000 toneladas para exportação de cortes de alta qualidade de carne bovina (quota Hilton) para aquele mercado. Além dessa quota, concedida em 1986, que não pudera, porém, ser preenchida naquele ano, o Brasil utilizou integralmente outro contingente de 2.200 toneladas, aberto também para esse tipo de exportação.

Ademais das atividades desenvolvidas pelo Brasil nessas organizações e foros especializados, esteve igualmente o Governo brasileiro presente em outras iniciativas voltadas para a valorização dos produtos primários no comércio internacional, seja no âmbito de associações de países produtores, seja em organizações mais amplas, às quais está também afeto o tratamento desse tema. Inserem-se no primeiro caso as atividades de coordenação de políticas de comercialização e de intercâmbio técnico na Aliança dos Produtores de Cacau e da Comunidade Internacional da Pimenta, por exemplo. Já em plano mais amplo, com a presença de interes-

ses tanto de países produtores quanto de consumidores, vale destacar os esforços realizados no contexto da FAO, com vistas à melhor compreensão e previsão do comportamento de mercado de vários produtos, entre os quais as oleaginosas, o sisal e produtos pesqueiros.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRANSPORTES AÉREOS

No transcurso de 1987, cabe destacar, no âmbito bilateral, que foram retomadas as conversações com os Estados Unidos da América, com vistas à celebração do novo Acordo Aéreo Brasil-EUA. Neste sentido foram realizadas duas rodadas técnicas de negociações, que deverão prosseguir em 1988.

No contexto bilateral foram, ainda, realizadas Reuniões de Consulta aeronáuticas com a Argentina, Uruguai, França, Espanha, Portugal, Suíça, Barbados, Países Baixos, Aruba, Países Escandinavos, Japão, República Federal da Alemanha e Venezuela.

Na área multilateral o Brasil participou do 26º Período de Sessões do Comitê Jurídico da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal. Na oportunidade, foi elaborado um projeto de Protocolo Adicional – Convenção para a Repressão aos Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil (Convenção de Montreal de 1971).

TRANSPORTES MARÍTIMOS

No decorrer de 1987, foram realizadas Reuniões de Consulta marítima, no âmbito dos Acordos bilaterais vigentes com a França, União Soviética, Chile e México. Foram, igualmente, iniciados os estudos técnicos, com vistas à negociação de instrumentos bilaterais com Angola e Nigéria.

Na esfera multilateral, o Brasil participou, ativamente, das deliberações da II Reunião da Comissão Latino-Americana de Transporte Marítimo (COLTRAM). No foro da UNCTAD, representantes brasileiros compareceram à II e III Sessões de Peritos em Hipotecas, Privilégios Marítimos e Assuntos Correlatos.

TRANSPORTES TERRESTRES

Em 1987, foram realizadas Reuniões bilaterais sobre transporte internacional terrestre com autoridades chilenas, uruguaias e bolivianas,

convocadas sob o amparo do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 1977. Tais encontros tiveram por objetivo examinar as condições em que se processam os serviços autorizados de transporte de cargas e de passageiros, à luz do crescimento da demanda verificada e do desenvolvimento do tráfego.

Cabe ressaltar, ainda, a assinatura, em 21 de julho, pelos Chanceleres do Brasil e do Paraguai, do Convênio para o Estabelecimento de um Depósito Franco no porto de Rio Grande. Tal instrumento permitirá uma nova vertente para a exportação e a importação de produtos paraguaios e ampliará as facilidades concedidas, há algumas décadas, àquele país, através dos depósitos francos de Santos e do Paranaguá.

COMUNICAÇÕES

Na área de comunicações, o Governo brasileiro esteve presente em todas as atividades desenvolvidas pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), pela Conferência Interamericana de Telecomunicações (CITEL), pela União Postal Universal (UPU), pela União Postal das Américas e Espanha (UPAE), pela Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e pela Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT).

No ano de 1987, caberia destacar a realização das seguintes Conferências Internacionais, nas quais o Brasil teve atuação destacada:

a) 2ª Sessão da Conferência Administrativa Mundial da UIT para o Planejamento da Radiodifusão por Onda Curta;
b) Conferência Administrativa Mundial da UIT de Radiocomunicações para os Serviços Móveis; e
c) V Conferência Interamericana de Telecomunicações (V CITEL).

ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL - IMO

Ao longo de 1987, o Grupo de Trabalho Interministerial para Assuntos da IMO (GTI/IMO), coordenado pelo Itamaraty, realizou dezoito Sessões com o objetivo de elaborar a posição brasileira nas trinta e uma reuniões promovidas pela Organização Marítima Internacional.

O Conselho da IMO, do qual o Brasil é membro na categoria B (países com grande interesse no transporte marítimo), realizou uma Sessão Extraordinária (14ª) e duas Sessões Ordinárias (58ª e 59ª). Por seu turno, a Assembléia da Organização realizou sua 15ª Sessão Ordinária

havendo sido eleitos os membros do Conselho para o biênio 88-89. O Brasil reelegeu-se, na categoria B, juntamente com a França, Canadá, RFA, China, Índia, Suécia e Argentina.

RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

O Itamaraty manteve o objetivo de conceder tratamento unificado ao conjunto das relações econômicas do Brasil com os países latino-americanos, quer no plano bilateral quer no multilateral (ALADI, CEPAL, SELA).

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO - ALADI

Realizou-se a III Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores dos Países-Membros (Montevidéu, 11 e 12 de março), oportunidade em que se decidiu designar o Senhor Norberto Bertaina como novo Secretário-Geral da ALADI, adotar o Plano de Ação em favor dos Países-Membros de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (Bolívia, Equador e Paraguai) e lançar o Programa Regional de Recuperação e Expansão do Comércio, entre outros. A ALADI aprovou, ainda, a nova Preferência Tarifária Regional e as novas Listas de Abertura de Mercado para Bolívia, Equador e Paraguai.

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL

Foi aceito o convite do Brasil para sediar (Rio de Janeiro, 20 a 27 de abril de 1988) o seu XXII Período de Sessões, e designado o novo Secretário-Executivo da Comissão, Senhor Gert Rosenthal. O Brasil continuou a participar ativamente das atividades da Comissão, dedicadas à análise dos temas econômicos e comerciais mais relevantes para o desenvolvimento da Região.

SISTEMA ECONÔMICO LATINO-AMERICANO - SELA

Além de diversas reuniões setoriais, realizou-se o XIII Conselho Latino-Americano (Caracas, 17 e 19 de setembro), oportunidade em que os Ministros das Relações Exteriores dos países-membros decidiram designar o novo Secretário-Permanente do SELA, e adotar o Plano de Ação sobre Produtos Básicos para enfrentar a situação crítica do comércio internacional desses produtos.

Destacaram-se as relações do Brasil com a Argentina, Bolívia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Cuba.

ARGENTINA

Deu-se continuidade à implementação do Programa de Integração, destacando-se a visita do Presidente da República àquele país, de 17 a 19 de julho, oportunidade em que se incorporaram três novas áreas prioritárias ao Programa (cultura, administração pública e a moeda comum, o "gaucho") e aprofundaram-se ou ampliaram-se ações relativas a outros setores da integração: bens de capital, trigo, comércio em geral, fundo de investimentos binacional, energia, biotecnologia, transporte terrestre, transporte marítimo, e comunicações. A execução do Programa de Integração tem merecido a mais alta prioridade dos Governos do Brasil e da Argentina, e obedece aos princípios do realismo, do gradualismo, da flexibilidade, do equilíbrio e da não-especialização produtiva ou comercial, e tem merecido crescente e entusiasta participação do empresariado dos dois países.

BOLÍVIA

Destaca-se a assinatura da Lista de Abertura de Mercado, no âmbito da ALADI, pela qual o Brasil concede amplo acesso ao seu mercado para produtos já exportados ou de exportação potencial – bolivianos.

CHILE

Realizou-se reunião de alto nível sobre as relações econômicas bilaterais, oportunidade em que se trataram temas como a participação de empresas brasileiras nas licitações internacionais no Chile e aprofundamento das preferências comerciais.

EQUADOR

Destaca-se igualmente a assinatura da Lista de Abertura de Mercado, também com o objetivo de propiciar a diminuição do pronunciado desequilíbrio comercial, em favor do Brasil. Realizou-se, também, reunião da Comissão Mista em que se analisaram assuntos, tais como petróleo, financiamentos à exportação, transportes e comunicações.

MÉXICO

Merece destaque a visita do Presidente da República (16 a 20 de agosto), quando foi assinado o programa de Ação Brasil-México, documento que estabelece o conceito do equilíbrio dinâmico para a expansão do comércio bilateral e fixa os parâmetros para a negociação de acordos comerciais no âmbito da ALADI.

PARAGUAI

Destaca-se a assinatura da Lista de Abertura de Mercado, e a assinatura, pelo Paraguai, de Convênio de Créditos Recíprocos com o Brasil.

PERU

Destaca-se o encontro dos Presidentes da República dos dois países (Rio Branco e Puerto Maldonado, 2 e 3 de julho), oportunidade em que foi assinado o Programa de Ação de Puerto Maldonado, documento que estabelece incentivos ao intercâmbio comercial bilateral e à colocação de seus respectivos produtos em terceiros mercados.

URUGUAI

Deu-se continuidade ao esforço de ampliação das relações econômicas bilaterais, pelo aumento do número de produtos e das preferências comerciais negociadas no Protocolo de Expansão Comercial, que constitui o principal instrumento promotor do intercâmbio.

VENEZUELA

Destaca-se a visita do Presidente da República (15 a 17 de outubro), quando foi assinado um Programa de Ação que prevê: análise de medidas para incentivar e dinamizar o comércio bilateral; exame de mecanismo de apoio ao intercâmbio, em especial financiamento à exportação de bens e serviços.

CUBA

No contexto da normalização das relações diplomáticas bilaterais, iniciou-se a negociação de um acordo comercial no âmbito da ALADI.

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ENERGIA NUCLEAR

Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)

Os trabalhos da AIEA, em 1987, foram caracterizados pela preocupação em estabelecer mecanismos eficientes de prevenção de acidentes nucleares e de proteção radiológica. A Convenção sobre Assistência em caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, firmada em 1986 em Viena, por 60 países, inclusive o Brasil, entrou em vigor em janeiro de 1987 e seus objetivos básicos são facilitar a pronta assistência entre os Estados-partes no caso de acidente nuclear, minimizar suas conseqüências e proteger o meio ambiente do efeito da radioatividade.

O Brasil participou das reuniões periódicas da Junta de Governadores da AIEA, em fevereiro, junho e setembro, durante as quais foi discutido, entre outros, o problema da responsabilidade internacional por danos provenientes de acidente nuclear e foram apresentadas propostas relativas à cooperação internacional no campo da segurança nuclear.

UNPICPUNE

O Brasil participou em Genebra, de 23 de março a 10 de abril, da Conferência das Nações Unidas sobre a Promoção da Cooperação Internacional dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (UNPICPUNE), que visava a estabelecer critérios e princípios da cooperação nuclear multilateral.

Cooperação Brasil-Argentina

Em abril, no Rio de Janeiro, realizou-se a 4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Política Nuclear Brasil-Argentina. Na oportunidade, analisaram-se aspectos jurídicos e técnicos da cooperação bilateral, bem como as possibilidades de coordenação das respectivas políticas em foros internacionais. Durante encontro de trabalho realizado entre os dias 15 e 17 de julho, os Presidentes Sarney e Alfonsín firmaram em Viedma, na Argentina, declaração conjunta sobre política nuclear.

EMERGÊNCIA RADIOLÓGICA EM GOIÂNIA

No âmbito da Convenção sobre Assistência em caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica e do Programa de Cooperação Téc-

nica da AIEA, o Brasil solicitou e obteve a pronta assistência da Agência para o tratamento das vítimas da contaminação pelo césio 137, ocorrida em Goiânia, em setembro, bem como para os trabalhos de descontaminação da capital goiana. Paralelamente à ação da AIEA, os Governos de diversos países enviaram técnicos e equipamentos para prestarem assistência às autoridades brasileiras.

O Itamaraty coordenou junto com a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN - a assistência internacional recebida pelo Brasil.

ENERGIA ELÉTRICA E PETRÓLEO

Brasil-Argentina

Dois setores são considerados prioritários para a cooperação energética Brasil-Argentina: energia elétrica e petróleo.

A integração no setor elétrico compreende três áreas: o aproveitamento hidrelétrico comum do rio Uruguai (Projeto Garabi), a construção de três usinas hidrelétricas no rio Lamay (Projeto Pichi-Picún-Leufu), na Argentina, e a integração do sistema elétrico dos dois países.

Dentro da política de integração prevista, merece destaque a conclusão de um convênio de cooperação firmado entre a Petrobrás e a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) e Gás del Estado para cooperação em terceiros mercados.

GÁS

Brasil-Bolívia

Visitou o Brasil, em junho, o Sr. Carlos Morales, Ministro de Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia, ocasião em que foi discutida com técnicos da Petrobrás a eventual importação de gás natural boliviano pelo Brasil.

Em outubro e em novembro foram realizadas reuniões entre as partes brasileira e boliviana, com vistas a se estudar a eventual importação de gás natural boliviano pelo Brasil e a viabilidade da instalação de um pólo siderúrgico em Mato Grosso do Sul.

Brasil-Argélia

Teve lugar em Argel, no mês de setembro, a 1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia, ocasião em que houve conversações sobre a pos-

sibilidade de venda, pela Argélia, de gás natural liquefeito. O Governo argelino entende que a compra do produto pelo Brasil traria um novo marco às relações entre os dois países.

OLADE

A 1ª Reunião do Comitê de Controle e Seguimento da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) foi realizada em fevereiro, em Quito. O referido Comitê – integrado atualmente pela Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Guiana, México e Venezuela – foi criado para dar maior operacionalidade à instituição.

MINÉRIOS

Estanho

Em 1987, o Brasil participou, como observador, das 14ª, 15ª, 16ª e 17ª Sessões do Comitê Executivo da Associação de Países Produtores de Estanho – ATPC, bem como da 5ª Reunião do Conselho de Ministros da Organização.

As reuniões, todas em Kuala Lumpur, permitiram aos participantes acompanhar a implementação do programa de racionalização de oferta do produto (através da redução de seus estoques excedentes).

Cobre

Realizou-se em novembro, em Genebra, a reunião preparatória sobre cobre (no âmbito do Comitê de Produtos de Base da UNCTAD). A reunião teve por objetivo discutir proposta norte-americana de criação de um Grupo Internacional de Estudos sobre Cobre, que serviria como foro de debate entre os Governos e permitiria aumentar a transparência do mercado. A reunião terminou sem que se alcançasse o consenso sobre a proposta e, assim, decidiu-se convocar nova reunião para abril de 1988 para a retomada das discussões.

Carvão

Esteve em visita ao Brasil, em maio/junho, o Presidente da Empresa Estatal Carbones de Colombia (CARBOCOL). O objetivo da visita foi o de incrementar o comércio bilateral, bem como o de estudar formas para reduzir o desequilíbrio na balança comercial entre os dois países. Como resultado da visita, missão brasileira visitou a Colômbia, em junho, com o objetivo de conhecer melhor a realidade do setor carbonífero daquele país.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

No âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), o Itamaraty participou de reunião com instituições brasileiras especializadas em botânica, em São Luís (20 a 22 de maio), com vistas à elaboração de projeto que fundamentaria os trabalhos desenvolvidos na Reunião Técnica (06 a 08 de outubro), em Brasília, com todos os países membros do TCA, para a formulação do Projeto Regional de Botânica.

BIOTECNOLOGIA

Na área de biotecnologia, o Itamaraty participou da I Reunião do Conselho Diretivo Regional (CDR) do Programa Regional de Biotecnologia (PNUD/UNESCO/UNIDO) para a América Latina e Caribe (México, 31 de março a 03 de abril). Participou, também, da Reunião de Peritos Governamentais sobre Germoplasma Vegetal, promovida e coordenada pela Secretaria Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano (México, 08 a 10 de abril), que objetivava discutir propostas do SELA no sentido de desenvolver um Programa Regional de Cooperação e Coordenação em Matéria de Germoplasma Vegetal e implantar uma Rede Latino-Americana de Centros de Germoplasma Vegetal.

Merecem destaque as Reuniões do Conselho Binacional do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia com vistas à implementação do Protocolo nº 9, celebrado no contexto do processo de integração bilateral, e do Conselho Nacional de Informática e Automação (CONIN). Em relação a este último organismo, o Itamaraty esteve presente em suas duas reuniões ordinárias, realizadas em 10.06.87 e em 25.11.87. Participou, também, de três Comissões Especiais criadas pela SEI tendo em vista regulamentações específicas da Lei 7.232/84, a saber: 024-Fluxo de Dados

Transfronteiras; 025-Serviços Técnicos de Informática; e 026-Integração de Sistemas de Tratamento Digital de Informação.

ARGENTINA

O Secretário de Ciência e Técnica da Argentina, Dr. Manuel Sadosky, veio ao Brasil (06 a 07 de abril) para, juntamente com o Ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, inaugurar o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, criado no âmbito do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre o Brasil e a Argentina.

CEE

De 3 a 5 de novembro de 1987, realizou-se em Brasília a II Reunião da Comissão Mista de Cooperação entre o Brasil e a CEE. Durante a Reunião decidiu-se estabelecer uma Subcomissão de Ciência e Tecnologia para agilizar discussões sobre pontos de interesse mútuo e definir programas de cooperação. As áreas prioritárias acordadas para a cooperação são: agricultura, medicina, irrigação, biotecnologia, geologia e recursos naturais, novos materiais, meio ambiente e recursos marinhos.

FRANÇA

Em janeiro, realizou-se em Brasília a VI Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-França de Cooperação Técnica e Científica. No mês de novembro, realizou-se, também em Brasília, a VII Reunião desse mesmo Grupo de Trabalho.

No que se refere ao Projeto Brasil-França (PBF), cabe mencionar a inclusão do tema cooperação em C e T no escopo da grande exposição "Brasil Contemporâneo", a ser realizada no Museu de La Villette, em Paris, em 1989.

RFA

Em setembro de 1987, visitou o Brasil o Dr. Albert Probst, Secretário de Estado Parlamentar do Ministério da Pesquisa e Tecnologia, da RFA, com interesse em biotecnologia, genética e assuntos relativos a fontes alternativas de energia (principalmente as de origem vegetal). O tópico energia foi o ponto central da visita.

Em outubro, foi realizada em Brasília a XVI Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de C&T. A reunião foi precedida de encontro en-

tre o Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado da Pesquisa e Tecnologia da RFA, Dr. Gebhard Ziller, que chefiou a delegação alemã. Nesse encontro foram discutidos tópicos como a cooperação no setor de energia nuclear, ecologia, informática e biotecnologia.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

No que tange à cooperação técnica, o ano de 1987 teve início com uma mudança de substancial importância na estrutura do sistema de cooperação técnica brasileira, qual seja a extinção da SUBIN/SEPLAN, em março de 87, e a subseqüente transferência de suas atividades para a esfera do Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, a Agência Brasileira de Cooperação foi inaugurada pelo Presidente Sarney em dezembro de 87.

A Divisão de Cooperação Técnica do MRE e a recém-criada Agência Brasileira de Cooperação (ABC) iniciaram, então, o trabalho de planejamento e reformulação da política de cooperação técnica seguida pelo país no curso dos últimos anos, com ênfase na elaboração de programas de CT com cada país, buscando-se evitar a dispersão de esforços no atendimento de pedidos esparsos conforme ocorrera predominantemente até então.

Nesse sentido, o ano foi marcado por intenso trabalho de análise e seleção das contínuas solicitações recebidas no exterior, com vistas a adequá-las à disponibilidade de recursos para a prestação de cooperação e, igualmente, no caso de cooperação recebida, para o seu direcionamento àqueles setores considerados prioritários pelo Governo brasileiro.

No tocante às atividades de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), procurou-se dar maior ênfase à cooperação com os países africanos de língua comum e com os países latino-americanos, notadamente com os vizinhos sul-americanos, em conseqüência com as linhas mestras da política externa do Governo Sarney.

Resultados concretos dessa política foram obtidos, no primeiro caso, com Moçambique, Angola e Cabo Verde, países com os quais se logrou estabelecer programas de cooperação técnica voltados para setores específicos, indicados conjuntamente pelas partes, adotando-se prazos mais longos e sempre que possível esquemas tripartites, com o concurso das agências especializadas das Nações Unidas e/ou de outros países. O critério acima passou a orientar a análise de todos os pedidos encaminha-

dos à DCOPT, e, no curso das negociações levadas a cabo ao longo do ano, foi transmitido aos governos dos países citados.

Da mesma forma estes novos princípios da cooperação técnica brasileira orientaram iniciativas com os países da América Latina, área à qual se atribuiu especial prioridade.

Sobressaem a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica com o Paraguai bem como as negociações com vistas ao estabelecimento de programas de cooperação técnica com Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, sempre em estreita colaboração com os organismos internacionais, tais como o PNUD, a UNIDO, a OIT, dentre outros.

Quanto à América Central, destaca-se missão de alto nível do CEBRAE/MIC, realizada com vistas a diagnosticar e sugerir ações voltadas ao fortalecimento da pequena e média empresa na região, o que provocou grande interesse dos governos locais.

Quanto às atividades de CTR (Cooperação Técnica Recebida) buscou-se, à semelhança dos anos anteriores, transmitir aos países tradicionalmente prestadores de CT ao Brasil as necessidades brasileiras contidas nos planos nacionais de desenvolvimento.

FORMAÇÃO E TREINAMENTO

Em 1987, a cooperação educacional prestada e recebida pelo Governo brasileiro apresentou sensível progressão, fato consubstanciado pelo considerável aumento de estudantes brasileiros e estrangeiros beneficiários de programas especiais de formação e treinamento. Assim, para melhor efeito de sistematização, poder-se-iam individualizar os seguintes segmentos principais dos programas de formação intelectual mantidos pelo Itamaraty no ano passado:

A) Cooperação prestada a países em desenvolvimento:

Programa de Estudantes-Convênio (PEC): trata-se de um dos mais importantes instrumentos de promoção da imagem brasileira oferecida a países da América Latina, África e também do Oriente.

Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG): programa que complementa o PEC, expandindo-lhe o escopo e confirmando o papel de centro de formação acadêmica de alto nível. Em 1987 cerca de 80 vagas foram atribuídas no âmbito do PEC-PG a países em desenvolvimento.

Programa de Estudantes-Convênio de Nível Técnico (PEC-TEC): diz respeito sobretudo a estágios de curta e média duração (de 3 a 6 meses), oferecidos por entidades brasileiras especializadas, como SENAI, SENAC e Instituições de Ensino Profissionalizante. Trata-se de um projeto particularmente apreciado por países africanos, em especial os lusófonos, aos quais se destinaram cerca de 70% dos 250 cursos oferecidos em 1987.

Cooperação para formação de pessoal de Marinha Mercante: refere-se a importante Programa mantido pela Marinha brasileira, que seleciona anualmente cerca de 50 estagiários originários da América Latina e África, para um curso com 3 anos de duração, destinado à formação de oficiais de Marinha Mercante. O treinamento é feito nos Centros de Instrução "Almirante Brás de Aguiar" (CIANA/Belém) e "Almirante Graça Aranha" (CIAGA/Rio de Janeiro).

B) Cooperação recebida e prestada através de Organismos Internacionais: o Governo brasileiro procura, paralelamente à política que visa a aumentar o número de nossos bolsistas em grandes centros de formação, aproveitar as oportunidades oferecidas por Organismos Internacionais, tais como OEA, PNUD, OIT, OMS, PNUMA e UNIDO.

C) Prestação de assistência social a estudantes estrangeiros: cumpre assinalar a assinatura, em agosto de 1987, de Convênio entre o Itamaraty e o Ministério da Previdência e Assistência Social, estendendo a todos os estudantes estrangeiros que são beneficiários de acordos de cooperação e assistência celebrados pelo Governo brasileiro os benefícios integrais da Previdência Social, nos mesmos moldes dos oferecidos a cidadãos brasileiros.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC

Cooperação Técnica Recebida; descrevem-se, a seguir, as principais atividades desenvolvidas com cada fonte de CTI:

FRANÇA

Na VI Reunião do Grupo de Trabalho Franco-Brasileiro de Cooperação Técnica e Científica, cogitou-se de negociar programas globais e multissetoriais.

Em outubro, delegação brasileira visitou a França, com vistas à preparação da VII Reunião do Grupo de Trabalho Franco-Brasileiro. Nessa

ocasião chegou-se à compatibilização de prioridades brasileiras e francesas para a cooperação técnica e foi elaborado um "Marco Referencial" para o programa de 1988.

RFA

O governo alemão enviou, em março de 1987, técnico para prestar consultoria à então SUBIN/SEPLAN, na elaboração do PRORENDA (Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda).

JAPÃO

Em 1987 foi realizado um trabalho de aproximação com a contraparte japonesa da ABC (a JICA) com o objetivo de conciliar os *modus operandi* dos dois países em matéria de cooperação técnica.

Para o Programa de 1989/90 foram selecionadas as seguintes áreas: desenvolvimento de recursos humanos, saúde pública e medicina; agricultura, florestas e piscicultura; desenvolvimento industrial.

ITÁLIA

A partir da visita ao Brasil da missão oficial italiana de março de 1987, passou-se a articular programação plurianual estabelecendo áreas geográficas e os setores de atividades a serem prioritariamente contemplados pelo Programa de Cooperação Técnica.

CANADÁ

O último instrumento negociado com o Canadá, por ocasião das mais recentes conversações intergovernamentais brasileiro-canadenses de Cooperação Técnica, data de 14.07.83. Devido às mudanças ocorridas no panorama brasileiro da Cooperação Técnica Internacional, foi mantida com o Canadá durante o ano de 1987 uma postura de acompanhamento das atividades bilateralmente programadas nos anos anteriores.

GRÃ-BRETANHA

Em dezembro de 1987 a ABC tomou a iniciativa de examinar, com a representação do Conselho Britânico em Brasília, a possibilidade de se implantar um Programa de Cooperação Técnica entre os dois países, nos moldes dos programas bilaterais já existentes com outras fontes.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD

A ABC e o PNUD dedicaram-se durante o ano de 1987 à análise dos projetos selecionados para o IV Ciclo e deram assistência a instituições nacionais na elaboração de documentos de projeto. Para tais fins, realizaram-se cinco reuniões tripartites de avaliação.

COORDENADORIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

No contexto do planejamento estratégico da ABC, buscou-se, em 1987, uma ampliação do escopo da cooperação técnica a ser prestada pelo Brasil com base nos seguintes objetivos:

a) apoiar a política externa brasileira na busca do estreitamento de nossas relações com países da América Latina, Ásia e África;
b) contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento.

Para a consecução dos objetivos acima descritos, algumas linhas de ação foram definidas:

a) delineamento de uma estratégia de cooperação técnica para orientar as relações do Brasil com outros países em desenvolvimento, baseada no princípio da complementaridade de esforços e competências, buscando a solução conjunta de problemas comuns;
b) definição de ações prioritárias a partir da sistematização das demandas recebidas, tendo em vista as áreas de competência brasileira a serem mobilizadas;
c) busca de novos parceiros financeiros e técnicos, com vistas à implementação dos programas de cooperação técnica.

Neste sentido, foi deflagrado, em 1987, o processo de planejamento, montagem e execução de programas bilaterais de cooperação, com vistas à integração da cooperação técnica e a elaboração de estudos, propostas, execução e financiamento de projetos. Merecem registro as atividades encetadas com Angola, Peru e Venezuela.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Em 1987, procedeu-se a negociações com organismos internacionais com vistas à ampliação da participação brasileira em ações de Cooperação Técnica, através das seguintes iniciativas:

a) alocação, pelo Brasil, de recursos humanos em projetos desenvolvidos por organismos internacionais;

b) execução, pelo Brasil, de atividades que sejam convergentes e complementares àquelas já desenvolvidas por organismos internacionais; e

c) alocação, pelos organismos internacionais, de recursos financeiros em atividades desenvolvidas pelo Brasil.

Cabe destacar a negociação do acordo com o Banco Mundial para a criação do Consultant Trust Fund, assim como a participação de consultores brasileiros nos projetos financiados pela Africa Project Development Facility, também do Banco Mundial.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Em 1987 deu-se prosseguimento às atividades do Sistema de Informações Econômicas (SIE) do Departamento Econômico, dentro do objetivo de estabelecer um fluxo regular de informações que sirvam de subsídios à formulação da política econômica externa do Brasil. No décimo ano consecutivo de trabalho, as principais atividades foram as seguintes:

1) Elaboração de formulários de informação:

Foram encaminhados pelos postos e recebidos nas Divisões do Departamento Econômico, entre 2 de janeiro e 31 de dezembro de 1987, 1094 documentos de informação conjuntural, recebidos de 68 postos, referentes à situação interna e externa da economia; produtos agropecuários; produtos minerais e siderúrgicos; transportes, energia nuclear e personalidades.

2) Processamento, organização e redistribuição das informações:

Dos 1094 formulários recebidos dos postos, 1074 foram objeto de redistribuição entre os usuários do SIE no Brasil e no Exterior, resultando num total de 4528 informações retransmitidas.

Quanto à temática, os formulários redistribuídos versaram sobre personalidades (38%), conjuntura econômica interna (13%) e externa (13%) de países, transportes (12%), produtos agropecuários (11%), produtos minerais e energia nuclear (11%) e produtos siderúrgicos (2%).

3) Edição e encaminhamento de Resenhas Econômicas:

Como maneira de alimentar os postos com informações sobre as atividades do Brasil no campo econômico da política externa e sobre a situação brasileira em setores compreendidos na área de atuação do DEC, continuou-se em 1987 a elaborar a Resenha Econômica. Editaram-se 11

Resenhas, que foram encaminhadas a 197 destinatários em postos no Exterior; a 175 funcionários na Secretaria de Estado; e a 259 usuários de órgãos governamentais e de entidades públicas e privadas brasileiras, num total de 631 destinatários.

4) Revisão, ordenamento e divulgação de informações sobre personalidades estrangeiras:

A fim de manter atualizadas as biografias de personalidades para uso de funcionários diplomáticos brasileiros, foram ingressadas no banco de dados do SIE informações sobre aproximadamente 422 autoridades/personalidades estrangeiras.

5) Implementação do Sistema Computadorizado de Recuperação de Informações:

Em 1987, deu-se prosseguimento à implementação dos três programas de computador que visam:

agilizar a recuperação das informações remetidas pelos Postos e elaboradas pelas Divisões do DEC (Programa INDEX);

dinamizar a utilização de informações sobre personalidades estrangeiras (Programas FIPS);

quantificar a implementação das atividades do PSIE (Programa ESTAT).

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

No plano administrativo, o ano de 1987 foi marcado pela execução dos programas de trabalho decorrentes da reestruturação do Serviço Exterior e pelo prosseguimento da modernização dos métodos de trabalho e renovação e melhoria dos recursos materiais.

PESSOAL

Cumpridas as duas últimas etapas da reestruturação do Serviço Exterior, com a definição da nova estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores (Decreto nº 94.327, de 13/05/87), e o novo Regimento Interno da Secretaria de Estado (Portaria 580, de 13/05/87), procedeu-se à transformação e reclassificação de funções de confiança (Decreto nº 94.370, de 25/05/87), que assim passaram a corresponder efetivamente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado.

Retomou-se o programa de regularização da situação previdenciária dos Auxiliares Locais e empregados brasileiros a serviço das Repartições no exterior, que deverá estar concluído em 1988 e beneficiará mais de 700 pessoas.

Iniciaram-se entendimentos com o Ministério da Previdência e Assistência Social relativos à celebração de convênio mediante o qual o Itamaraty passará a administrar e pagar, por delegação, os benefícios previdenciários a que têm direito seus servidores e respectivos dependentes.

Deu-se continuidade ao processo de remoção de funcionários diplomáticos e não diplomáticos, em cumprimento às disposições sobre prazos de permanência no exterior contidas na Lei 7.501/86 e no Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325/86. As remoções realizaram-se nos sentidos Exterior/SERE, SERE/Exterior e Exterior/Exterior, num esforço de regularizar a situação de funcionários com tempo de exterior esgotado e, simultaneamente, promover o rodízio

entre postos. A portaria nº 577, de 26/02/1987, que fixa a lotação numérica dos postos, constituiu a base dessa atividade. Valeria notar que, com o objetivo de conciliar os interesses da Administração e dos funcionários não diplomáticos a serem removidos, o processo de remoções envolveu missões precursoras a postos onde o problema de servidores com tempo excessivo de exterior apresentava-se particularmente contundente. Foi projetado um sistema computadorizado de planejamento orçamentário e execução financeira para controle das rubricas de pessoal em moeda estrangeira, que deverá estar em plena operação no segundo semestre de 1988.

Na área de aperfeiçoamento de Recursos Humanos, foram realizados: o "V Estágio Profissionalizante de Diplomatas" (V EPD), do qual participaram os Terceiros Secretários recém-formados pelo Instituto Rio Branco; o "Terceiro Curso de Treinamento para o Serviço no Exterior" (III CTSE), pré-requisito para a remoção de funcionários não diplomáticos que ainda não tenham exercido missão permanente no exterior; o "III Curso de Línguas Estrangeiras" (inglês e francês) para funcionários administrativos, aberto aos cônjuges de alunos do IRBr; o "I Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria" - I CAOC (em coordenação com o Instituto Rio Branco), criado pela Lei nº 7.501/86 e requisito para a progressão funcional dos integrantes dessa categoria, por merecimento, à classe "C"; e bem assim os estágios e treinamentos de 57 servidores (diplomáticos e não diplomáticos) removidos da SERE para o exterior ou entre postos no exterior.

Procedeu-se à reclassificação, como Arquivistas e Técnicos de Arquivo, de 151 servidores e funcionários beneficiados pela Lei nº 7.446/85, e ao encaminhamento de 85 pedidos de reclassificação nas carreiras de Orçamento, Finanças e Controle.

Através da instituição de processos seletivos, foram admitidos, movimentados ou redistribuídos 41 servidores para o Itamaraty, e realizou-se a progressão funcional de 1.412 funcionários e servidores do Quadro e da Tabela Permanentes.

Organizou-se missão médica aos países da Calha Norte, incluindo as cidades de Caiena, Paramaribo e Georgetown, onde procedeu-se a um levantamento minucioso das condições de atendimento médico locais. A partir do resultado do referido levantamento, elaborou-se projeto de convênio com o Ministério do Exército, a ser assinado em 1988, para a utilização dos Hospitais Militares sediados em Belém e Manaus, pelos servidores brasileiros lotados nas missões visitadas.

ADMINISTRAÇÃO

Prosseguiu-se no programa de modernização e sistematização dos trabalhos das unidades do Departamento de Administração.

Concluíram-se as obras do Anexo II, e deu-se início à recomposição do Anexo I. Começaram, também, as obras de restauração do complexo do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro.

Na área de gestão financeira, foram criadas, em 1987, duas novas dotações, a fim de promover-se o acompanhamento mais rigoroso dos gastos no exterior e de agilizar as autorizações de crédito e as prestações de contas. Deu-se continuidade, dentro das disponibilidades orçamentárias, ao programa de reaparelhamento dos postos no exterior. Realizaram-se obras de adaptação e manutenção em 47 Chancelarias e Residências, sendo de especial relevância a recuperação de próprios nacionais onde diversas delas se acham instaladas.

O Programa Sistemático de Construção e Aquisição de Imóveis no Exterior teve continuidade, merecendo referência o término das obras das novas Residências em Bissau e Cabo Verde, assim como a continuação das obras de Chancelaria e da nova Residência em Nova Delhi; a retomada dos estudos do projeto da nova Chancelaria em Buenos Aires; a aquisição das novas Chancelarias no México e em Lisboa, e da Residência em Viena, assim como as iniciativas preliminares referentes ao projeto de complexo arquitetural em Luanda e ao Programa de Melhoramento dos Postos de Fronteira.

Na administração de material na Secretaria de Estado, setores considerados prioritários, como Almoxarifado, Seção de Compras, Seção de Controle Financeiro e Garagem, tiveram atenção especial. O Almoxarifado sofreu reformulação da equipe e aperfeiçoamento de métodos de trabalho e recursos materiais, sendo de mencionar a implantação do sistema de Controle Interno de Estoque.

Estabeleceu-se controle de empenhos, possibilitando o acompanhamento das compras e serviços desde sua realização ou contratação até a entrada no Almoxarifado ou a conclusão do serviço contratado. Foi implantado o Setor de Contratos, possibilitando melhor controle, de acordo com a legislação vigente, sendo, portanto, introduzidas novas normas e procedimentos administrativos. O Setor de Cadastro de Fornecedores foi reativado de acordo com as normas fixadas pela Secretaria de Administração da Presidência da República. Em 1987, foram emitidos 1.334 em-

penhos e 1.327 ordens bancárias, tendo sido assinados 16 novos contratos e renovados 6.

Na área de administração financeira, verificou-se implantação definitiva do Sistema de Administração Financeira do Tesouro Nacional (SIAFI), introduzindo-se o sistema de formação de processo com numeração seqüencial para cada nota fiscal empenhada, assim como Protocolo de movimentação de documentos. No que se refere à Seção de Execução Financeira, deu-se continuidade à implantação do Sistema de Despesas no Exterior, que em 1988 entrará definitivamente em funcionamento, substituindo o controle financeiro, feito manualmente, do saldo semanal.

COMUNICAÇÕES

Telecomunicações

No decorrer de 1987 foram processadas na Secretaria de Estado aproximadamente 373.500 mensagens telegráficas, assim distribuídas em comparação com o ano anterior:

	1987	1986
– telegramas oficiais expedidos	82.200	78.100
– telegramas oficiais recebidos	86.800	88.100
– circulares telegráficas expedidas	68.300	52.000
– cartas-telegrama recebidas	12.700	10.000
– telegramas diversos expedidos	28.513	30.000
– telegramas diversos recebidos	40.694	42.500
– retransmissões de/para Adidos	36.000	34.200
– boletins noticiosos expedidos	18.300	33.900
Total Geral	373.507	368.800

Pode-se observar, desses dados, que ocorreu um acréscimo de cerca de 4.707 de 1986 para 1987.

Em 1987 intensificou-se o uso, pela maioria dos postos, da "carta-telegrama", modalidade de comunicação econômica e bastante ágil. Assim, o volume de CT's passou de aproximadamente 10.000 unidades em 1986 a 12.700 unidades em 1987, com um aumento de, aproximadamente, 27%.

Em contrapartida, o número de telegramas oficiais recebidos dos postos apresentou pequena queda, de cerca de 1,4%, tendo baixado de 88.000 para 86.600 no ano seguinte. Tal fato vem demonstrar ser a CT

uma alternativa válida para a rede de postos do Itamaraty e perfeitamente adequada à atual conjuntura de contenção de despesas.

Durante 1987 foi dado grande impulso aos trabalhos de implantação do uso de redes públicas de comunicações de dados, a uma velocidade de até 1.200 bps, cerca de 20 vezes superior àquela das redes convencionais de telex, e a um custo substancialmente mais baixo. Tal implantação exigiu a realização, pelas equipes técnicas do Itamaraty, de importantes desenvolvimentos nas áreas de **hardware** e **software**, tais como o projeto e a execução de uma interface de comunicações entre os computadores que operam o SATCOM (Sistema Automático de Tratamento e Comutação de Mensagens) e as redes externas de dados, e a elaboração de complexo programa a ser utilizado nos postos, rodando em computadores padrão IBM-PC. Além disso, foi necessário projetar e construir equipamento adequado ao processamento, por aquelas redes, de mensagens sigilosas. Ainda no primeiro semestre, o novo sistema foi implantado, em escala piloto, em postos de elevada densidade de tráfego (Embaixada em Washington, Missões junto à ONU e à OEA e Escritório Financeiro em Nova York), com excelentes resultados tanto operacionais quanto financeiros, pois em nove meses de operação foram economizados cerca de US$ 52,000. A etapa de testes já foi concluída, e no primeiro semestre de 1988 o sistema deverá ser implantado nos principais postos do Itamaraty.

Paralelamente, foram intensificados os trabalhos de desenvolvimento do SATCOM II, que utilizará computadores de maior porte e velocidade e de mais alto nível de confiabilidade.

Em 1987 o Itamaraty deu importante salto tecnológico em matéria de telecomunicações, com a aquisição de seis estações transportáveis de comunicações via satélite (TCS), as quais proporcionam aos postos situados em países críticos total independência das redes locais.

MALAS DIPLOMÁTICAS (SMCD)

Em 1987, foram expedidas cerca de 10.311 malas, ou 99.873 kg; em 1986, o número de malas somou 10.286 e o peso alcançou 98.073 kg. Conseqüentemente, houve um aumento percentual de 1,83%. Receberam assistência em Brasília e no Rio de Janeiro 56 funcionários em missão de Correio Diplomático, bem como foi emitido igual número de **Laissez-passer.**

ARQUIVO

O processo de informatização dos arquivos do Itamaraty vem sendo desenvolvido e aperfeiçoado desde 1985, quando se instalou, pela primeira

vez, um banco de dados das séries telegráficas com os postos (sistema SET).

Nesse contexto, em 1987, cabe salientar a conferência de documentos, ou seja, a verificação diária da correspondência telegráfica no que diz respeito a dados de identificação do documento, tais como sigla do posto, se recebido ou transmitido, nº de série, partes, distribuição, data e classificação. Ocorre, ainda, o exame do texto com a finalidade de detetar a existência de textos truncados ou incompletos. E verifica-se, por fim, a assinatura telegráfica.

Em 1987, foi conferido um total de 172.353 documentos:

– telegramas transmitidos	76.969
– telegramas recebidos	83.098
– cartas-telegrama	11.389
– circulares telegráficas	897
Total	172.353

Utilizou-se muito a edição de textos para efetivar as correções necessárias, bem como para digitar, na íntegra, textos da correspondência telegráfica que não foram recebidos de forma "on line" ou através da leitura da fita-jornal. A edição de textos tem sido usada também para o controle e a digitação de correspondência postal como ofícios, despachos e notas diplomáticas com dados de identificação e índice.

Consolidou-se em 1987 o novo sistema de classificação de documentos iniciado em 1986.

Em cooperação com as divisões geográficas, foram criados e mantidos outros dois programas. O primeiro é o de espelho dos dados básicos dos países; e o segundo é o de maços básicos dos países, preparados pelos postos, que já conta, atualmente, com 46 maços, dos quais 26 foram digitados no ano passado e nove dos antigos foram atualizados e corrigidos.

Foram credenciados 175 funcionários diplomáticos e administrativos como usuários dos sistemas e lhes foi fornecida orientação quanto às formas de recuperação de documentos armazenados no sistema SET, bem como no que se refere às trocas de senha e às diversas aplicações do sistema ÚTEIS.

A partir de junho, foram introduzidas modificações na rotina de recebimento, protocolo, classificação, distribuição e registro de documentos

postais. Esses registros de entrada passaram a ser feitos em microcomputador. Foram realizados plantões diários para classificar e distribuir os documentos, além de acelerar a entrega dos mesmos.

Em outubro, com a criação do Sistema de Malas Oficiais da SEDAP, parte da correspondência postal começou a dar entrada diretamente através de dois malotes diários. Deu-se prosseguimento à classificação e distribuição dos documentos, mas eliminaram-se o número do protocolo e o registro de entrada.

Foram processados 3.880 despachos para os postos, 49.990 ofícios recebidos e 13.409 memorandos. Foram arquivadas, também, 20.100 notas verbais recebidas e 1.700 expedidas, além de 6.000 ofícios recebidos e 4.850 expedidos para ministérios, bem como 4.500 ofícios recebidos e 2.400 expedidos para empresas.

Em 1987, terminou-se a reorganização da classe 007 (consular).

Foi o seguinte o índice médio de consultas diárias: a) os maços de assunto tiveram uma média de duas consultas por dia, o que representa cerca de dez maços; b) os maços pessoais apresentaram média diária de 16 consultas, representando 48 maços pessoais, já que cada funcionário diplomático tem cerca de três tomos.

Foram datilografados 14.642 expedientes em 1987, destacando-se, entre eles, cerca de 3.000 ofícios, 2.800 notas e 2.500 cartas.

Foi produzido um total de 256 rolos de filme, perfazendo total de 512.000 documentos microfilmados, com média de 2.000 documentos por rolo.

DOCUMENTAÇÃO

PUBLICAÇÕES

Foram impressos e distribuídos os exemplares 47 a 52 da Resenha de Política Exterior, correspondentes, respectivamente, ao quarto trimestre de 1985, quatro trimestres de 1986 e ao primeiro trimestre de 1987, além de Resenha suplementar sobre a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul. Foram igualmente impressos e distribuídos o Relatório de 1985 do Ministério das Relações Exteriores e publicação sobre a visita do Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, ao Brasil, em dezembro de 1986. Em colaboração com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e com a Editora José Olympio, foi editado volume comemorativo

de centenário do nascimento de Gilberto Amado, reunindo, entre outras, palestras do Presidente José Sarney, do Senador Roberto Campos e do Embaixador José Sette Câmara. Foi publicada edição especial dos Discursos e Palestras de 1986 do Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré. Encontram-se em fase de impressão os números 53 e 54 da Resenha de Política Exterior, relativos aos segundo e terceiro trimestres de 1987, respectivamente, e estão em preparação o número 55 da Resenha e o Relatório de 1986 do Ministério das Relações Exteriores. O CDO também publicou, mensalmente, o Boletim Informativo da Biblioteca do MRE, o InfoBIB.

GRÁFICA

Foram executados, em 1987, 926 serviços gráficos (Circulares Postais, Notas Circulares, Boletins de Serviço, Textos de Serviço, Instruções de Serviço, Referências de Periódicos, InfoBIB), além da impressão do Boletim Diário da SEI e da Resenha Econômica e da realização de outros trabalhos, como encadernações.

VIDEOTECA

A Videoteca passou por um processo de remanejamento tanto de pessoal quanto de equipamentos, inclusive a uniformização dos métodos de recepção e de edição de informações, visando a facilitar o desenvolvimento de suas atividades.

A principal atividade da Videoteca consistiu na distribuição de fitas para postos no exterior, cujo número pôde ser aumentado graças à reestruturação acima mencionada. Os postos atualmente atendidos são Maputo, Luanda, Lomé, Cabo Verde, Bissau, Beirute, Moscou, Belgrado, Budapeste, Bucareste, Sófia e Pequim. Cada posto da relação acima recebe duas fitas por semana, contendo duas horas de notícias e duas horas de programas de diversão (shows musicais e humorísticos, documentários, etc.). Foram, assim, distribuídas, em 1987, aproximadamente 620 fitas gravadas.

Além dessa atividade, a Videoteca também prestou serviços de gravação ao Instituto Rio Branco e ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

Em caráter experimental, foi realizada a cobertura da visita a Brasília do Ministro do Exterior da URSS, Senhor Eduard Chevardnadze, assim como da Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio de Janeiro.

BIBLIOTECA (BRASÍLIA)

A Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores em Brasília foi transferida do Anexo I para novas e muito mais amplas instalações do Anexo II, inaugurado em 1987. Essas instalações compreendem, além de salas de consultas e de leitura, e das salas destinadas aos funcionários da Biblioteca, três andares ligados por elevador onde ficam o acervo e o depósito de livros. Foi adquirido este ano um total de 1.229 obras, entre compras e doações, entre as quais importante coleção de obras sobre o Oriente Médio, doada pelo Embaixador Amaury Banhos Porto de Oliveira. No setor de periódicos, a Biblioteca contava em 1987 com 933 títulos, entre periódicos nacionais, estrangeiros e publicações da ONU. O total de consultas foi de 11.885 nos diversos setores (livros, periódicos, legislação e ONU) correspondendo a 6.381 leitores. O total de empréstimos foi de 3.575, para 2.209 leitores. A média diária de consultas foi de 61. Inscreveram-se, em 1987, 96 novos leitores, elevando o total de leitores inscritos a 2.865. A Biblioteca publica mensalmente a "Referência de Periódicos", contendo os índices dos periódicos recebidos no mês. Efetuou, também, outros serviços como os de referência legislativa, a reprodução de documentos a pedido dos usuários, e o encaminhamento de publicações para a Biblioteca do Rio de Janeiro e para as missões brasileiras no exterior.

BIBLIOTECA DO RIO DE JANEIRO

A Biblioteca do Rio de Janeiro deu início a um projeto de elaboração de catálogo comentado de obras raras existentes em seu acervo, começando pelas obras dos séculos XV e XVI. A Biblioteca do Rio de Janeiro tem colaborado com outras entidades oficiais, como a Biblioteca Nacional, Faculdades Federais e o Serviço de Documentação Geral da Marinha, que outorgou-lhe a medalha e respectivo diploma de "Colaborador Emérito", cuja entrega foi feita à Chefe da Biblioteca, em cerimônia oficial no Rio de Janeiro, no dia 14 de dezembro de 1987. A pedido do Arquivo Nacional, a Biblioteca do Rio de Janeiro fez um levantamento de dados para o "Guia Brasileiro de Fontes sobre a História da Escravidão e do Negro na Sociedade Atual", resultando dessa pesquisa uma lista de 110 títulos de periódicos que contêm artigos sobre o assunto.

Foram adquiridas e catalogadas 230 obras. Foram encadernados 700 volumes. O número de consultas foi de 3.829 e o de empréstimo de 289, para 1.149 leitores.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO

No Arquivo Histórico do Rio de Janeiro foram atendidos 94 pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de terem sido efetuadas diversas pesquisas a pedido dos diferentes setores do Ministério das Relações Exteriores. Foram, assim, consultados 2.027 volumes e 1.434 maços. O Arquivo Histórico prosseguiu na sua tarefa de identificar, descrever, arranjar, inventariar e catalogar os documentos do acervo, tendo recebido tratamento arquivístico aproximadamente 506 documentos, 351 volumes e 531 maços. Foram reencadernados 500 volumes.

PROCESSAMENTO DE DADOS

Na área de processamento de dados, destacou-se o recebimento, em dezembro, dos novos computadores de grande porte da família VAX, modelo 8700, encomendados pelo MRE à empresa norte-americana "Digital Equipment Corporation". Esses equipamentos foram comprados com o fim de possibilitar a ampliação do sistema central de processamento de dados do Itamaraty como forma de permitir a execução do Plano Diretor de Informática do MRE, adotado para o triênio de 1987-1989. A partir de sua plena operação, prevista para os primeiros meses de 1988, será possível criar um ambiente de administração de dados de teleprocessamento capaz de assegurar a implantação de novos sistemas de informação, inclusive a nível gerencial, num plano crescente de integração SERE/postos, que é indispensável à implementação da própria estratégia de atuação do MRE.

Cabe apontar ainda a nova estruturação dada à área de processamento de dados, com a criação do Centro de Processamento de Dados – subordinado ao Departamento de Comunicações e Documentação da Subsecretaria-Geral de Administração e de Comunicações –, que ficou composto de cinco Seções (Desenvolvimento, Operação, Manutenção de Equipamentos, Suporte Técnico e Microcomputação), coordenadas por uma Gerência Técnica.

A criação formal do CPD foi seguida de extenso levantamento dos sistemas sob a a responsabilidade do Departamento de Comunicações e Documentação na área de processamento de dados, com a indicação de suas funções, usuários, equipamentos hospedeiros, modalidades de processamento, periodicidade, tempo médio de uso, espaço em disco, linguagem/quantidade de programas e documentação disponível. Esse levantamento indicou a existência de 95 sistemas, sendo 49 em produção, 11 em implantação, 6 em desenvolvimento, 26 em estudo e 3 desativados.

Em 1987, o setor de manutenção e desenvolvimento de sistemas de computação de grande porte desenvolveu várias atividades com o objetivo de melhorar a qualidade das aplicações em operação e de pôr à disposição dos usuários da SERE novas aplicações exigidas pelas necessidades de serviço.

Na área de manutenção, foram mantidos, tanto a nível de manutenção preventiva quanto corretiva, o sistema de Banco de Dados Consular e Jurídico (tabelas, postos estrangeiros no Brasil, postos brasileiros no exterior, controle de funcionários estrangeiros, controle de vistos, etc.); o sistema de Malas Diplomáticas; os sistemas Lista de Antigüidade de Funcionários Diplomáticos e Gratificações e Funções - DAI/DAS - inseridos num sistema maior que trata do cadastro de pessoal do MRE; e o sistema de Acompanhamento e Controle de Gastos com Telefones, que foi objeto de reavaliação e alteração. Merece atenção especial o tratamento dispensado ao sistema de Controle de Emolumentos Consulares, que visa a permitir o controle e o acompanhamento das prestações de contas das repartições consulares e do movimento de estampilhas, e que estava desativado. O sistema foi reavaliado, amplamente modificado e reimplantado.

Quanto às atividades de desenvolvimento de novos sistemas, merecem registros as seguintes:

- sistema de recuperação de documentos da Secretaria de Imprensa (módulos I e II);
- sistema de controle orçamentário e financeiro dos postos no exterior, em benefício do Departamento de Administração;
- sistema de controle de despesa no exterior, em benefício das unidades da SERE ordenadoras de despesas;
- sistema de controle de candidaturas a funções na ONU;
- reimplantação do sistema de concessão de vistos com o fim de efetuar o acompanhamento e controle de vistos solicitados e concedidos;
- sistema de acompanhamento e controle de importação de veículos por funcionários estrangeiros no Brasil.

Cabe mencionar, ainda, as atividades de apoio aos sistemas que operam no supermicrocomputador Digirede 8.000, que beneficiam o Departamento de Administração.

Essas atividades foram incrementadas, tendo-se alocado a elas uma equipe técnica dedicada, que desenvolveu e implantou em 1987 vários novos sistemas, com tecnologia de banco de dados, nas áreas de cadastra-

mento e lotação ideal de postos, controle de verbas MC e MR, cadastro de funcionários do DA, etc.

No setor de suporte de **software**, cabe destacar:

- apoio ao sistema operacional RSX-11-M-Plus nos computadores PDP-11;
- consultoria e apoio aos analistas, programadores e operadores nas dificuldades surgidas durante o desenvolvimento e a manutenção de sistemas que operam nos computadores PDP-11 e Digirede 8000;
- esquematização da forma de funcionamento dos computadores VAX-750, da Divisão de Comunicações, visando a receber o sistema "Série Telegráfica - SET";
- participação na implantação do SET no VAX-750 através da sintonização do sistema operacional e do desenvolvimento de forma alternativa de interface;
- geração de rotina no RSX-11-M-Plus para a detecção de problemas de configuração;
- acompanhamento da entrada em funcionamento dos novos computadores VAX-8700.

No setor de manutenção de equipamentos, as atividades se concentraram na manutenção dos computadores PDP-11 e seus periféricos e terminais, ao equipamento seletor de portas MICOM M-600, dos microcomputadores e das linhas de comunicação internas. Além disso, desenvolveram-se as seguintes atividades:

- apoio ao sistema Digirede 8000;
- conexão do VAX-750 ao MICOM;
- expansão da rede de micros e terminais;
- atualização do MICOM M-6OO, com processador de 8 bits, para o INSTANET 6600, com processador de 16 bits, e expansão de 248 para 496 canais;
- ligação à rede pública RENPAC via MICOM;
- troca do formatador de fita do computador PDP-11 de TMO2 para TMO3;
- adaptação de instalações físicas na Sala de Computadores para o recebimento dos VAX-8700;
- acompanhamento da instalação dos computadores VAX-8700.

No setor de operações, continuou-se a assegurar a operação, durante 24 horas, dos computadores PDP-11 e do Digirede 8000. As atividades do setor incluíram ainda a operação do Sistema "Série Telegráfica - SET",

com a recepção de telegramas, leitura de fitas, inclusão de documentos e emissão de relatórios de consulta; a operação da linha de teleprocessamento, que dispõe de mais de 120 terminais/micros ligados ao equipamento seletor de portas MICOM M-600 e a geração e impressão de relatórios e documentos para as áreas do Cerimonial e da Promoção Comercial. O setor desenvolveu também atividades de digitação e atualização de vários sistemas nas áreas de Pessoal, Cerimonial, Administração e Consular, entre outras. Coube ainda ao setor dar atendimento aos usuários de terminais/micros, esclarecendo dúvidas de operação e de acesso e encaminhando ao setor de manutenção de equipamentos os pedidos de consertos.

A área de microcomputação teve grande avanço em 1987, tendo-se dado continuidade ao crescimento iniciado em 1986.

A Seção de Microcomputação do CPD foi estruturada, passando a contar com subsetores específicos para desenvolvimento, manutenção, pesquisa, treinamento, banco de micros e apoio ao usuário. A par da manutenção de vários sistemas em operação em áreas como Cerimonial, Pessoal, Biblioteca e Orçamento, houve um sensível incremento no número de unidades da SERE atendidas mediante o desenvolvimento de aplicações específicas e de atividades, como o Gabinete, Subsecretarias-Gerais, DA, DPC, DIEC, DNU, DEPe, DCn, etc. Quanto ao treinamento, foram dados três cursos de processador de textos, beneficiando um total de 30 funcionários, além de atividades avulsas de treinamento no uso de programas-produto.

Cabe destacar especialmente o desenvolvimento do "Sistema de Acompanhamento Consular - SIAC" e sua implantação, em caráter piloto, em duas repartições consulares no exterior.

Visando a automatizar por completo as tarefas de controle e acompanhamento consular dos postos no exterior, o SIAC representou o primeiro passo no sentido de dotarem-se as unidades do MRE no exterior de um ambiente de processamento de dados.

MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Sob a coordenação da Secretaria de Modernização e Informática (SEMOR) do MRE, realizou-se ampla reforma da organização básica do Ministério, dando-se continuidade ao processo de modernização administrativa do Itamaraty iniciado no ano anterior com aprovação da Lei nº 7.501/86 e seus Decretos regulamentadores, que instituíram novo regime jurídico para os funcionários do Serviço Exterior.

A reformulação da organização do Ministério das Relações Exteriores compreendeu o delineamento de nova estrutura básica e a concomitante aprovação do novo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE). A reforma, fundada na criação de algumas novas funções e sobretudo na redistribuição de competências pela redução do número de Departamentos e Divisões, resultou em maior eficiência operacional e significativa racionalização das despesas de administração.

Por outra parte,, dadas as responsabilidades acrescidas decorrentes da mudança efetuada na estrutura, foram revalorizadas as posições de direção e assessoramento superiores, mediante a aprovação de novo plano de DAS's. Elevou-se desse modo o nível das funções de confiança do Ministério, bem como adequou-se melhor o sistema DAS à hierarquia da Carreira de Diplomata.

Outrossim, para corrigir a situação salarial, que não era compatível com o grau de responsabilidade exigido dos agentes executores da política externa do país, foi modificado o regime de remuneração no Brasil dos funcionários da Carreira, por meio de instrumento legal específico que reconheceu as peculiaridades da função diplomática. Atualizou-se também, pelo mesmo ato, a equiparação para efeitos internos das funções exercidas no exterior.

Essa reforma abrangente do Ministério das Relações Exteriores consubstanciou-se, em 1987, pela aprovação dos seguintes diplomas legais:

(1)Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987
Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências (D.O. de 26/05/87);

(2)Portaria nº 580, de 13 de maio de 1987
Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores - RISE (D.O. de 28/05/87);

(3)Decreto nº 94.370, de 25 de maio de 1987
Dispõe sobre a transformação e reclassificação de funções de confiança do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências (D.O. de 26/05/87);

(4)Decreto-lei nº 2.405, de 29 de dezembro de 1987
Dispõe sobre a remuneração, no Brasil, dos funcionários da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior, e dá outras providências (D.O. de 30/12/87).

Para facilitar a consulta dos funcionários e dos demais interessados na organização do Itamaraty, editou-se publicação intitulada MRE SERVIÇO EXTERIOR E ORGANIZAÇÃO BÁSICA, reunindo os textos legais fundamentais sobre o Serviço Exterior Brasileiro, estrutura básica e Regimento Interno da Secretaria de Estado (RISE), bem como índices remissivos, relação de siglas e organogramas do Ministério.

Dentro do programa de modernização do Ministério, instituiu-se oficialmente o CALENDÁRIO DE EVENTOS, publicação mensal editada pela Secretaria de Modernização e Informática que tem por finalidade apresentar as informações principais sobre as reuniões e outros eventos previstos, tanto no Brasil como no exterior, de interesse das unidades do Ministério das Relações Exteriores. O Calendário de Eventos, além de propiciar a indispensável "cross information" entre áreas da Secretaria de Estado, criou condições para uma melhor programação dos dispêndios com a participação brasileira em reuniões internacionais.

As atividades de modernização administrativa desenvolvidas na Chancelaria brasileira ensejaram solicitações de cooperação de outros países. Assim, após vinda de missão guatemalteca ao Brasil para estudo da organização do Itamaraty, foi enviada à Guatemala, a pedido do seu Governo, delegação brasileira para prestar colaboração aos processos de institucionalização do Serviço Exterior guatemalteco e de reestruturação do Ministério das Relações Exteriores daquele país. Neste mesmo sentido, em atendimento a solicitação do Governo de El Salvador, enviou-se a San Salvador missão brasileira para dar assistência ao plano de reorganização administrativa do Ministério das Relações Exteriores local. Dentro de escopo do mesmo gênero, acolheu-se, no Brasil, delegação da Chancelaria costarricense.

No campo da informática, saliente-se a aprovação, por meio de Portaria s/nº de 31 de agosto de 1987 (publicada no Diário Oficial de 02/09/87), do Plano Diretor de Informática (PDI) do Ministério das Relações Exteriores para o triênio 1987/89, dentro do objetivo geral de agilização e aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais e decisórios do Itamaraty. Mais especificamente, a concepção do PDI obdeceu à necessidade de se instituírem diretrizes para o desenvolvimento das atividades de informática no Ministério, com a fixação de metas e a tentativa de correto dimensionamento dos recursos a serem empregados. Como etapa prévia à elaboração do Plano, foram entrevistados os Chefes da Casa e realizados levantamentos diretos junto a todas as unidades em nível de Divisão, identificando-se desse modo as rotinas que configuravam a demanda sistêmica

do Ministério. Com base nessa metodologia, o PDI definiu os projetos a serem desenvolvidos e seus cronogramas tentativos de implantação.

ORÇAMENTO E FINANÇAS

No exercício de 1987, o Ministério das Relações Exteriores recebeu dotação orçamentária inicial de Cz$ 3.357.416.000,00, à qual se acrescentaram créditos suplementares no montante de Cz$ 8.573.722.551,00, perfazendo o total de Cz$ 11.931.138.551,00.

Como unidade gestora da participação em organismos internacionais, essa Secretaria encerrou o período em apreço com o seguinte perfil de compromissos:

débito inicial - US$ 80.9 milhões
amortização - US$ 49.6 milhões
débito final - US$ 31.3 milhões.

Cabe ressaltar as dificuldades orçamentárias e financeiras do mencionado exercício, que limitaram os recursos disponíveis e evidenciaram a necessidade de permanente esforço de redução dos gastos, modernização estrutural e coordenação com a SEPLAN e o Ministério da Fazenda.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

No âmbito da Secretaria de Controle Interno, o ano de 1987 foi marcado pela efetiva implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI -, vinculado à recém-criada Secretaria do Tesouro Nacional. A adoção do referido sistema, totalmente informatizado, possibilita aos Ordenadores de Despesa a utilização mais racional dos recursos orçamentários e financeiros à disposição de cada área, permitindo ao Ordenador consultas instantâneas a respeito das posições financeiras da sua Unidade gestora.

Paralelamente, foi criado plano de carreira para os funcionários de Controle Interno, com vistas à especialização, profissionalização e valorização dos servidores, de todos os ministérios, afetos ao controle e acompanhamento da execução orçamentário-financeira da administração direta. Com isso, os técnicos e assistentes de controle interno foram transpostos para o Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional -, com o qual passaram a ter vinculo empregatício. No Itamaraty, entretanto, os cargos da chefia da Secretaria de Controle Interno, à diferença do que ocorreu nos outros ministérios civis, foram mantidos em mãos de diplo-

matas, o que bem atesta o conceito de especificidade administrativa do Itamaraty junto às autoridades financeiras da União.

Com vistas, por outro lado, ao aprimoramento da fiscalização da execução orçamentário-financeira no exterior, as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares receberam circulares e instruções nas quais foram consubstanciadas novas diretrizes e aperfeiçoadas as normas vigentes. Assim, por iniciativa da Administração, e com a concorrência da Secretaria de Controle Interno, foram criadas duas novas dotações, "Imóveis" e "Despesas Não-Recorrentes", que muito vêm contribuindo, ao isolar dispêndios incomprimíveis dos extraordinários e imprevisíveis, para a transparência da contabilidade dos postos no exterior. Os mecanismos de controle das prestações de contas desses postos foram igualmente apurados com a introdução de métodos de avaliação dos funcionários designados para o setor de administração dos postos.

O volume de recursos orçamentários movimentados sob o controle da CISET elevou-se, em 1987, a CZ$ 11.613.205.700,00, o que dá uma noção bem clara da magnitude da responsabilidade da CISET no acompanhamento da gestão do dinheiro público.

Igualmente expressiva foi a tarefa do setor de contratos e convênios, o qual não só fiscaliza a execução e contabilização dos instrumentos que geram obrigações financeiras ao Ministério mas assiste aos Ordenadores de Despesa na fase de elaboração daqueles documentos.

A CISET gestionou a transferência do Tesouro Nacional para o MRE dos recursos arrecadados com a cobrança de emolumentos consulares. Tais recursos, que integram a Fonte 50, vêm sendo utilizados na construção e aquisição de próprios nacionais no exterior, dando impulso ao plano de ampliação e modernização das instalações consulares e diplomáticas brasileiras.

Por força do Decreto 92.452, de 10 de março de 1986, a CISET procedeu ao levantamento e à auditoria das tomadas de contas de todos os Ordenadores de Despesa do Ministério para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

É importante registrar que o balanço do Itamaraty relativo ao exercício, com os demonstrativos correspondentes, assim como todos os balancetes mensais no decorrer do ano, foram preparados e remetidos à Secretaria do Tesouro Nacional – órgão central do sistema – dentro do prazo legal estabelecido.

Por último, a CISET, na qualidade de órgão setorial dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, participou de todas as reuniões patrocinadas tanto pela Comissão de Coordenação do Controle Interno – INTERCON – quanto pela Secretaria do Tesouro Nacional.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Durante o ano de 1987 a Consultoria Jurídica do MRE, integrante do Gabinete do Ministro de Estado, funcionou normalmente de acordo com a reestruturação que lhe foi dada em meados de 1985 (cf. MRE, Relatório - 1985, pp. 133-134). Pelo procedimento vigente para consultas, as solicitações de Pareceres ao Consultor Jurídico passaram a requerer a aprovação do Ministro de Estado e a versar, em especial, sobre: a) interpretação e aplicação de atos internacionais bilaterais; b) divergências de ordem jurídica entre o Brasil e outros Estados; c) interpretação e aplicação de cartas constitutivas de organismos internacionais de que o Brasil é parte e de outros atos internacionais multilaterais; d) questões jurídicas relacionadas com mecanismos internacionais de solução pacífica de controvérsias; e) relação entre o ordenamento jurídico interno brasileiro e o ordenamento jurídico internacional; e outras matérias a critério do Ministro de Estado.

Até o final de 1987, o Consultor Jurídico do MRE, Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, emitiu Pareceres sobre os seguintes temas:

- "Cláusulas de Solução de Controvérsias e de Denúncia em Projeto de Acordo de Fundo de Fideicomisso entre o Brasil e a FAO";
- "O Equilíbrio e a Coordenação entre os Poderes Executivo e Legislativo na Processualística dos Atos Internacionais";
- "Bases de Extinção e Suspensão da Execução de Acordos e a Questão da Vigência dos Acordos Brasil/Cuba";
- "Coexistência e Coordenação dos Regimes de Responsabilidade Civil na Área da Energia Nuclear das Convenções de Paris de 1960 e de Viena de 1963 e a Questão do Aprimoramento da Proteção das Vítimas de Incidentes Nucleares";
- "A Questão da Adesão ao Protocolo ao Tratado Referente à Neutralidade Permanente e Funcionamento do Canal do Panamá de 1977";

– "Natureza Jurídica de Projeto Revisto de Declaração Governamental Concernente à Importação de um Supercomputador para a Petrobrás";

– "O Projeto de Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Elementos para a Tomada de Posição do Brasil";

– "Proposta do Banco Mundial de Projeto de Acordo de Sede com o Brasil";

– "O Anteprojeto da Nova Constituição do Brasil e a Questão do Princípio da Solução Pacífica das Controvérsias Internacionais";

– "Proposta à Assembléia Nacional Constituinte de Estabelecimento da Neutralidade do Brasil nos Conflitos Internacionais";

– "A Questão do Artigo 28 (Atos Internacionais) do Anteprojeto de Constituição da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher da Assembléia Nacional Constituinte";

– "A Questão do Artigo 12 (Atos Internacionais) do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte";

– "Propostas de Alteração Redacional do Projeto de Convenção Interamericana para Facilitar a Assistência em Casos de Desastre";

– "Incompatibilidade entre as Funções de Parlamentar e de Chefe de Missão Diplomática Permanente (A Propósito do Artigo 111 (I) do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte)";

– "Natureza Jurídica de Convênio entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e a CEPAL (de 1987) e a Questão do Poder de "Treaty-Making";

– "Análise Crítica do Projeto de Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano";

– "Exame da "Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem Eles Transcendência Internacional (Washington, 1971)";

– "Nova Proposta do Banco Mundial de Projeto de Acordo de Sede com o Brasil";

– "Exame do Projeto Revisto de Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano";

– "Aspecto Jurídico do Processo de Negociação do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano ";

– "Novos Elementos para a Tomada de Posição do Brasil em Relação ao Projeto de Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais";

– "Cláusula sobre Solução de Controvérsias da Convenção da IMO sobre Segurança de Contêineres (1977)";

– "Apreciação do Projeto de Artigos sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e de sua Propriedade da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas: Posições do Brasil";

– "Projeto de Instruções à Delegação do Brasil à Reunião de Plenipotenciários sobre o Projeto de Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano (Lima, 16-17 de novembro de 1987)";

– "Exame de Minuta de Convênio entre o Governo Brasileiro e a CEPAL sobre a Celebração da Próxima Conferência da CEPAL no Brasil (Artigos IX, X e XI)";

– "Denúncia e Nova Adesão do Governo Brasileiro à Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho Concernente à Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio (1947)";

– "Exame de Projeto de Acordo Básico de Cooperação entre o Governo Brasileiro e o Fundo das Nações Unidas para Assuntos de População";

– "Exame de Minuta Revista de Convênio entre o Governo Brasileiro e a CEPAL acerca da Celebração da Próxima Conferência da CEPAL no Brasil (Artigos IX, X e XI)";

– "Posições do Brasil em Matéria de Reconhecimento de Governo".

Até o final de 1987, o Consultor Jurídico emitiu, ademais, Informações sobre os seguintes temas:

– "Mala Diplomática: Desenvolvimentos Recentes";

– "Palestra Seguida de Debates na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da Assembléia Nacional Constituinte";

– "A Convenção Regional sobre Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe (1974)";

– "Breves Apontamentos Críticos sobre o Anteprojeto de Constituição da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Assembléia Nacional Constituinte";

– "Reconsideração de Partes do Anteprojeto de Constituição da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Assembléia Nacional Constituinte";

– "Emendas ao Anteprojeto de Constituição da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Assembléia Nacional Constituinte";

– "Proposta Espanhola de Projeto de Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas a Penas Privativas de Liberdade";

– "Emendas ao Projeto de Convenção Interamericana sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados";

– "Novas Diretrizes do Governo Australiano sobre Pessoal Diplomático e Consular: Indicações para a Posição do Brasil";

– "Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte – Sistematização das Propostas de Emendas de Interesse do Ministério das Relações Exteriores";

– "Temas Jurídicos Constantes do Relatório Anual da Comissão Jurídica Interamericana à Assembléia-Geral (de 1987) da Organização dos Estados Americanos";

– "Curso Ministrado pelo Consultor Jurídico do Itamaraty na Academia de Direito Internacional da Haia (Sessão de 1987)";

– "Breves Apontamentos sobre o Projeto de Constituição/Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte";

– "Apontamentos Adicionais sobre o Projeto de Constituição/ Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte";

– "Nova Versão de Acordo Brasil/Venezuela para Estabelecimento de Faixa "Non-Aedificandi" ao Longo da Fronteira: Necessidade de Aprovação pelo Congresso Nacional";

– "Adoção e Assinatura do Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano: A Reunião de Plenipotenciários de Lima (Novembro de 1987)";

– "Exame de Modelo de Projeto de Acordo Geral entre a Secretaria-Geral da OEA e o Governo do Brasil sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da OEA e o Reconhecimento de Seus Privilégios e Imunidades", e

– "Projeto de Acordo por Troca de Notas Brasil/Paraguai (Estatuto da Itaipu)".

O Consultor Jurídico respondeu, ademais, por Despachos, a várias outras consultas encaminhadas pelo Ministro de Estado. Enfim, o Consultor Jurídico representou o MRE na sessão comemorativa do Centenário de Gilberto Amado, ex-Consultor Jurídico do MRE (em 1934-35), promovida pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, e realizada na Sede da Organização das Nações Unidas em Genebra, onde proferiu conferência, aos 16 de junho de 1987, sobre "A Contribuição de Gilberto Amado aos Trabalhos da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas". Ministrou, ainda, curso de Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional da Haia, em agosto de 1987.

INSTITUTO RIO BRANCO

SOLENIDADE DA FORMATURA

No ano de 1987 foi retomada a tradição dos formandos de escolherem um patrono e um paraninfo de turma e de elegerem um orador. A cerimônia de formatura foi no dia 13 de maio, na presença do Presidente da República, que discursou na ocasião. Formaram-se 43 brasileiros e 9 alunos estrangeiros dos seguintes países: Cabo Verde, Costa do Marfim, Guatemala, Gabão, Quênia, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Suriname e Zâmbia.

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS

Como é praxe anualmente, o Instituto Rio Branco realizou Concurso Público de Provas (Exame Vestibular) para admissão no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), em 1988.

Foram abertas 20 vagas. O processo de seleção, compreendendo provas escritas e orais, eliminatórias e classificatórias, estendeu-se de abril a julho. As provas da 1ª fase, escritas e eliminatórias, de Português, Francês e Inglês, foram realizadas em onze Centros Regionais. As demais provas tiveram lugar em Brasília, responsabilizando-se o Instituto pelo custeio do transporte aéreo dos candidatos e seu alojamento na Capital Federal.

Com a cooperação das Embaixadas brasileiras no exterior, procedeu o IRBr à seleção dos candidatos indicados por governos de países em desenvolvimento para ingresso no CPCD em 1988. Foram selecionados oito bolsistas dos seguintes países: Angola, Cabo Verde(2), Guiné-Bissau, Moçambique, Paraguai e São Tomé e Príncipe.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O ano letivo teve início oficialmente no dia 09 de março, com Aula Inaugural proferida pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte,

Deputado Ulysses Guimarães. Foram alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1987, no primeiro ano, 15 brasileiros e 4 estrangeiros, sendo dois de Cabo Verde, um do Equador e uma de São Tomé e Príncipe; e no segundo ano 21 brasileiros e 9 estrangeiros, sendo um da Bolívia, uma da Costa Rica, um do Gabão, um de Guiné-Bissau, dois do Haiti e três do Suriname.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD) E CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

Instituídos pelo Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, como partes integrantes do sistema de promoção durante a carreira, o CAD e o CAE são requisitos essenciais para a progressão funcional ao nível de Primeiro Secretário e Ministro de Segunda Classe, respectivamente.

Em 1987, o Instituto Rio Branco organizou a aplicação do XIV e XV CAD e o julgamento, por Banca Examinadora nomeada pelo Ministro de Estado, do XIV e do XV CAE.

Foram aprovados no CAD 13 Segundos Secretários, elevando-se para 228 o número total de aprovados desde 1977. Já a Banca Examinadora considerou aptos os trabalhos e a apresentação oral de sete Conselheiros, o que elevou a 138 o número de aprovados desde o primeiro CAE, em 1979.

SEMINÁRIO IPRI-IRBR

No âmbito do Projeto PNUD/CEPAL/RIAL de Apoio aos Serviços Exteriores da América Latina e do Caribe e em cooperação com o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, o Instituto Rio Branco organizou no Itamaraty, no período de 2 a 4 de dezembro, um Seminário Regional sobre Formulação e Análise de Política Exterior.

Participaram do Seminário diplomatas do Brasil e de mais 12 países latino-americanos e professores universitários brasileiros e estrangeiros.

VISITAS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

O Instituto Rio Branco recebeu em março a visita do Doutor Johannes Binnendijk, do "Centre for the Study of Foreign Affairs" do Instituto do Serviço Exterior dos Estados Unidos da América, órgão encarregado da formação e treinamento dos funcionários do Departamento de Estado. Em maio esteve no IRBr o Diretor do Instituto Artigas, a acade-

mia diplomática do Uruguai, Embaixador Felipe Paolillo. No mesmo mês, o Diretor de Estágios da Escola Nacional de Administração da França (ENA), Senhor Christian Frémont, visitou a Diretora do IRBr, para tratar de possíveis formas de cooperação entre as duas Escolas. Já em outubro, a convite do Governo Brasileiro, veio a Brasília o Embaixador João Julião Cuambe, Diretor do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique, também para tratar de temas ligados à cooperação na formação de diplomatas.

A Diretora do IRBr visitou em Paris, no mês de setembro, a Escola Nacional de Administração, atendendo a convite daquela instituição, e esteve em Caracas, em novembro, para examinar com autoridades da Chancelaria venezuelana as possibilidades de estabelecimento de um programa recíproco de cooperação e intercâmbio, conforme previsto no § 36 da Declaração Conjunta Brasil-Venezuela de 16/10/87, assinada por ocasião da visita do Presidente da República a Caracas. Na capital venezuelana, a Diretora do IRBr pronunciou palestra na Academia Pedro Gual e na Escola de Estudos Internacionais da Universidade Central da Venezuela e visitou o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional.

De 21 a 25 de setembro, a Diretora do Instituto Rio Branco participou em Viena da XV Reunião Anual de Diretores de Escolas Diplomáticas.

MUDANÇA DE INSTALAÇÃO

Durante o ano de 1987, o Instituto Rio Branco transferiu-se para suas novas instalações no Anexo II do Palácio Itamaraty, dotadas de uma estrutura física moderna, um auditório para 80 pessoas e salas para projeção de vídeos, negociações simuladas e ensino de idiomas.

CERIMONIAL

Relatório dos Eventos Organizados pelo Cerimonial do Itamaraty em 1987

As atividades do Cerimonial, em 1987, estiveram ligadas aos seguintes eventos:

I – Viagens Oficiais do Senhor Presidente da República ao Exterior:

O Cerimonial participou, em colaboração com o Cerimonial da Presidência da República, na preparação de 7 viagens internacionais do Presidente da República:

01. URUGUAI – Maio – Encontro dos Presidentes da Argentina, Brasil e Uruguai
02. PERU – Julho – Encontro com o Presidente do Peru em Rio Branco e Puerto Maldonado
03. ARGENTINA – Julho – Visita oficial
04. MÉXICO – Agosto – Visita oficial
05. VENEZUELA – Outubro – Visita oficial
06. COLÔMBIA – Novembro – Visita oficial
07. MÉXICO – Novembro – Reunião Presidencial do Grupo dos Oito

Obs.: O Cerimonial colaborou também na organização da viagem do Presidente da República a FOZ DO IGUAÇU, em janeiro, para Encontro de Fronteira com o Presidente do Paraguai.

II – Visitas oficiais e/ou de trabalho de autoridades estrangeiras ao Brasil:

01. **Chefes e Vice-Chefes de Estado e/ou de Governo:**

FEVEREIRO

01. ZAIRE

O Presidente Fundador do Movimento Popular da Revolução, Presidente da República do Zaire, e a Senhora Mobutu e Seko Kuku Ngbendu Wa Za Banga

MARÇO

01. PORTUGAL

O Presidente da República Portuguesa e a Senhora Mário Soares

02. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O Presidente da República Federal da Alemanha e a Senhora Richard von Weizsecker

ABRIL

01. CABO VERDE

O Presidente da República de Cabo Verde e a Senhora Aristides Maria Pereira

JUNHO

01. ESPANHA

O Presidente do Governo Espanhol e a Senhora Felipe Gonzalez

SETEMBRO

01. SURINAME

O Senhor Desiré Delano Bouterse, Líder do Governo do Suriname

NOVEMBRO

01. HUNGRIA

O Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria e a Senhora Károly Németh

02. **Ministros de Relações Exteriores:**

JANEIRO

01. FRANÇA

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa e a Senhora Jean-Bernard Raymond

ABRIL

01. ESPANHA

O Senhor Francisco Fernández Ordoñez, Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha

MAIO

01. CÔTE D'IVOIRE

O Senhor Simeon Aké, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Côte d'Ivoire

02. BENIN

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Benin e a Senhora Guy Landry Hazoume

JUNHO

01. VENEZUELA

O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela e a Senhora Simon Alberto Consalvi

JULHO

01. PARAGUAI

O Senhor Carlos Augusto Saldívar, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

AGOSTO

Reunião Ministerial do Grupo dos Oito em Campos do Jordão

SETEMBRO

01. URSS

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS e Senhora Eduard Chevardnadze

OUTUBRO

01. LÍBIA

O Senhor Jadalah Azzouz Talhi, Ministro das Relações Exteriores da Líbia

DEZEMBRO

01. ISRAEL

O Senhor Shimon Peres, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado de Israel

03. **Outras Autoridades:**

JANEIRO

01. URSS

O Senhor Victor Komplektov, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS

FEVEREIRO

01. CUBA

O Embaixador Ricardo Alarcón, Vice-Ministro das Relações Exteriores de Cuba

02. ESPANHA

Príncipe Felipe de Borbón y Grecia, Príncipe das Astúrias

MARÇO

01. ITÁLIA

O Embaixador Renato Ruggiero, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália

02. NAMÍBIA

O Senhor Sam Nujoma, Presidente da SWAPO

03. TCHECOSLOVÁQUIA

O Senhor Frantisek Langer, Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia

04. TANZÂNIA

O Senhor Julius Nyerere, ex-Presidente da Tanzânia

05. VENEZUELA

O Senhor Carlos Andrés Perez, ex-Presidente da Venezuela

06. REINO UNIDO

Lady Young, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido

07. FAO

O Senhor Edouard Saouma, Diretor-Geral da FAO

08. EUA

O Senador Gary Hart

ABRIL

01. IRAQUE

O Senhor Hassan Ali, Ministro do Comércio Exterior do Iraque

02. CHINA

O Senhor Mu Qing, Diretor-Geral da Agência de Notícias Nova China

03. ARGENTINA

O Embaixador Jorge Sabbato, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argentina

04. RDA

O Senhor Neugebauer, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA

05. CEPAL

O Senhor Norberto Gonzalez, Secretário-Executivo da CEPAL

06. GUATEMALA

O Senhor Julio Martini Herrera, Primeiro-Vice-Ministro das Relações Exteriores da Guatemala

07. FRANÇA

O Senhor Raymond Barre, ex-Primeiro-Ministro da França

MAIO

01. URUGUAI

A Senhora Marta Canessa de Sanguinetti, esposa do Presidente do Uruguai

02. FRANÇA

A Senhora Danielle Mitterand, esposa do Presidente da França

03. FRANÇA

Senhor Maurice Druon, Secretário Perpétuo da Academia Francesa

04. VENEZUELA

O Senhor José Rafael Cardoso Grimaldi, Ministro da Defesa da Venezuela

05. ÁFRICA DO SUL

O Arcebispo Desmond Tutu

JUNHO

01. BOLÍVIA

O Senhor Carlos Morales Sandivar, Ministro de Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia

02. IRÃ

O Senhor Seyed Hassan Tabatabai, Vice-Ministro da Agricultura do Irã

JULHO

01. TAILÂNDIA

O Senhor Prapas Limpabandhu, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia

02. MALÁSIA

O Senhor Datuk Lim Deng Yaik, Ministro das Indústrias Primárias da Malásia

03. COVEITE

O Embaixador Suleiman AL-Shaheen, Subsecretário-Geral dos Negócios Estrangeiros do Coveite

04. ANGOLA

O Senhor Pedro de Castro dos Santos van-Dunem, Ministro da Energia e do Petróleo de Angola

AGOSTO

01. CONFERÊNCIA ISLÂMICA

O Senhor Seyed Sharifuddin Pizarda, Secretário-Geral da Conferência Islâmica

02. COLÔMBIA

O Senhor Guillermo Perry, Ministro das Minas e Energia da Colômbia

03. ARGENTINA

O Embaixador Raul Medina Muñoz, Diretor-Geral de Organismos Internacionais do MRE e Culto da Argentina

SETEMBRO

01. UNIDO

O Embaixador Domingo I - Saizon Junior, Diretor-Geral da UNIDO

02. EUA

O Senhor Embaixador Hebert S. Okum, Representante Alterno dos EUA na ONU

03. INGLATERRA

A Princesa Anne

OUTUBRO

01. FRANÇA

O Senhor André Fontaine, Diretor do Jornal "Le Monde"

02. CHINA

O Embaixador Zhu Gizhen, Vice-Chanceler da China

03. MOÇAMBIQUE

O Embaixador Cuambe, Diretor do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique

NOVEMBRO

01. ONU

O Senhor Giuseppe di Genaro, Diretor-Executivo do Fundo das Nações Unidas para Controle do Abuso de Drogas

02. SUÉCIA

O Senhor Thage G. Petersen, Ministro da Indústria da Suécia

O3. SUÍÇA

O Embaixador David de Pury, Delegado do Conselho Federal da Confederação Suíça

04. GATT

O Senhor Aert e Zeeuw, Presidente do Grupo Negociador de Agricultura do GATT

05. CRUZ VERMELHA

O Senhor Cornélio Sommaruga, Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha

DEZEMBRO

01. IRAQUE

O Senhor Mohammed Mehdi Saleh Al-Rawi, Ministro do Comércio do Iraque

02. RDA

O Senhor Klaus Haertig, Diretor-Geral do Ministério do Comércio Exterior da RDA

03. URSS

O Senhor Victor Komplektov, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS

IMPRENSA

Em suas relações com a imprensa ao longo do ano de 1987, o Itamaraty procurou, a exemplo dos anos anteriores, proporcionar aos órgãos de comunicação, nacionais e estrangeiros, informações referentes à política exterior, de uma forma constante e sistemática, além de ter empreendido um esforço no sentido de oferecer aos jornalistas credenciados junto ao Ministério das Relações Exteriores os meios adequados para o desempenho de suas tarefas, no Brasil e no exterior.

Nesse sentido, foram realizados, com grande freqüência, "**briefings**" e entrevistas, para os quais foram convocados os jornalistas credenciados, com a participação do Secretário de Imprensa. Em algumas ocasiões, foram convidados a participar desses eventos os Subsecretários-Gerais, os Chefes de Departamentos e de Divisões e, não raro, houve entrevistas com o próprio Ministro das Relações Exteriores e o Secretário-Geral.

O objetivo de tais entrevistas decorre da necessidade de se estabelecerem contatos permanentes e diretos com os profissionais de imprensa, no intuito de manter e ampliar o fluxo de informações relacionadas com as atividades do Itamaraty e com a política externa por ele executada.

Além dos contatos diretos com a imprensa, o Itamaraty emitiu, ao longo do ano de 1987, cerca de 270 notas e comunicados à imprensa, na forma de expedientes denominados "informações aos credenciados" (INFOCRED), que constituem subsídios importantes na divulgação da política exterior do Brasil.

Outro subsídio particularmente útil para a divulgação da política externa brasileira é representado pelo "Repertório das Posições Brasileiras em Política Externa", que é distribuído pelas diversas unidades do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, de forma que possa servir de fonte para as informações destinadas ao público, sobre o assunto.

Em princípios de 1987 foi elaborado o Repertório referente ao 2º semestre de 1986. No final do ano, concluiu-se o Repertório relativo a todo o período de 1987. Constituem fontes para o elaboração de tais repertórios discursos pronunciados pelo Presidente da República, pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, acerca de assuntos afetos à política externa, bem como comunicados de imprensa do Itamaraty e comunicados conjuntos assinados com Governos estrangeiros.

Atendendo a solicitações da imprensa estrangeira, no sentido de obter informações e entrevistas de autoridades brasileiras a respeito de temas diversos relativos à política externa, o Itamaraty atuou, nesse particular, proporcionando subsídios para a preparação e elaboração de respostas a questionários dirigidos ao Presidente da República, ao Ministro das Relações Exteriores e a outros Ministros de Estado.

Dentre as atividades de acompanhamento e coleta de informações veiculadas na imprensa nacional e estrangeira merece registro o trabalho desenvolvido com a operação dos sistemas de Coleta de Notícias no Exterior (CONEX) e Coleta de Notícias Nacionais (CONIN).

O sistema de Coleta de Notícias no Exterior, implantado em 1985, continuou em plena operação em 1987, quando foram coletados mais de 40 mil artigos sobre assuntos relativos ao Brasil, publicados em jornais e revistas estrangeiras, encaminhados pelos diversos postos no exterior. Desse total, mais de 15 mil artigos, após análise e classificação, foram processados e arquivados, utilizando-se de recursos de computadores. Cópias de tais artigos foram distribuídas para as unidades administrativas do Itamaraty no Brasil, e para os demais Ministérios, conforme a área de interesse de cada um. O CONEX constitui, igualmente, excelente fonte de consulta acerca do que é veiculado no exterior a respeito do Brasil.

Por outro lado, implantou-se, em 1987, ainda em caráter experimental e provisório, o Sistema de Coleta de Notícias Nacionais, que, servindo-se do trabalho de seleção e coleta de artigos e informações na imprensa nacional, de interesse do Ministério das Relações Exteriores, emprestou a tal iniciativa a mesma sistemática de classificação e análise utilizada pelo CONEX. Espera-se que, uma vez em operação permanente, o CONIN venha a constituir-se em fonte de rápida e útil consulta acerca de noticiário da imprensa brasileira.

Em 1987 foram credenciados junto ao Ministério da Relações Exteriores 73 profissionais de imprensa, sendo 21 brasileiros e 52 estrangeiros,

entre jornalistas, correspondentes e repórteres, de órgãos diversos como jornais, revistas, televisões, rádios e agências noticiosas.

Obtiveram visto temporário (VITEM-II), em 1987, 55 jornalistas estrangeiros, que o requereram com a finalidade de realizar reportagens sobre o Brasil, além de entrevistar autoridades brasileiras. Nesse sentido, o Itamaraty estabeleceu os contatos e auxiliou os interessados a fim de propiciar os meios para a realização de 20 entrevistas de jornalistas estrangeiros com autoridades brasileiras.

Merece registro, igualmente, a atuação do Itamaraty, juntamente com os demais órgãos de comunicação social da Presidência da República, no sentido de prestar assistência à cobertura de imprensa das viagens do Presidente da República ao exterior.

Não menos freqüente foi a assistência proporcionada pelo Itamaraty à cobertura de imprensa das viagens do Ministro das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior.

Cabe notar, igualmente, a atuação, em 1987, do Ministério das Relações Exteriores, no sentido de oferecer condições para o trabalho de jornalistas brasileiros e estrangeiros na cobertura de visitas de autoridades estrangeiras ao Brasil, particularmente no que se refere a visitas de Chefes de Estado e de Chefes de Governo, bem como de Ministros das Relações Exteriores.

Dentre as visitas realizadas ao Brasil, por expoentes da área de imprensa internacional, caberia registrar a vinda, a convite do Ministro das Relações Exteriores, do Senhor Mu Qing, Diretor-Geral da Agência XINHUA e Ministro de Estado da República Popular da China, em abril de 1987.

Entre os dias 21 de setembro e 9 de outubro de 1987 estiveram em visita oficial ao Brasil, também a convite do Ministro das Relações Exteriores, o Diretor-Geral do jornal francês "Le Monde" e Sra. André Fontaine.

Ambas as visitas, que incluíram encontros e entrevistas dos visitantes com o Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores, demais Ministros de Estado, Governadores, parlamentares, além de representantes do meio empresarial e de órgãos da imprensa nacional, tiveram como um de seus objetivos proporcionar aos dirigentes da imprensa estrangeira um contato mais direto com a realidade e as potencialidades nacionais.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

O Ministério das Relações Exteriores, em 1987, acompanhou atentamente os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, desde o estágio das subcomissões, em particular no tocante a questões de política externa e da inserção do Brasil na comunidade das Nações. Na etapa inicial dos trabalhos, o Ministro das Relações Exteriores e o Secretário-Geral fizeram exposição sobre a atuação da diplomacia brasileira, perante a Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais.

As relações entre o Itamaraty e o Poder Legislativo foram caracterizadas por intensa colaboração, tendo sido prestado apoio a missões de parlamentares brasileiros ao exterior e a visitas de parlamentares estrangeiros ao Brasil, além de inúmeros contatos entre autoridades estrangeiras com representantes das duas Casas do Congresso.

O quadro de cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Legislativo se evidencia, ainda, pela aprovação de acordos e convenções internacionais, assinados pelo Brasil, nas mais distintas áreas. A título exemplificativo, podem ser mencionados o Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos de Energia Nuclear, celebrado com a RPC; Acordo Internacional relativo ao Serviço de Radiodifusão em Ondas Médias; Convenção Internacional para Prevenção da Poluição causada por navios; Acordo de Previdência Social com a República Helênica, bem como diversos Acordos bilaterais de Comércio e Cooperação Técnica e Científica.

Em 1987, foram aprovadas as indicações de trinta e três embaixadores.

O Ministério das Relações Exteriores prestou, ainda, assessoramento político e jurídico ao Legislativo durante as negociações para a institucionalização do Parlamento Latino-Americano, consubstanciada em tratado assinado, em Lima,em 16 de novembro de 1987.

APÊNDICE I
ATOS
INTERNACIONAIS

Em 1987 a República Federativa do Brasil celebrou os seguintes atos bilaterais:

ALEMANHA (R.D.)

01 – Protocolo ao Acordo de Comércio e Pagamentos com vistas ao Desenvolvimento do Intercâmbio Comercial entre os dois Países no período de janeiro/1987 a dezembro de 1990.
Celebrado em Brasília a 26 de setembro de 1987.

ALEMANHA (R.F.)

01 – Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30/11/1963, sobre o projeto "Impacto Ambiental provocado por Grandes Barragens" (PN 83.21 02.8).
Celebrado em Brasília a 24 de fevereiro de 1987, por troca de notas.

02 – Protocolo Sobre Cooperação Financeira para o projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICO" (PN 85.6576.4).
Celebrado em Brasília a 11 de maio de 1987.

03 – Protocolo Sobre Cooperação Financeira, para o projeto "Saneamento Básico no Ceará".
Celebrado em Brasília a 11 de junho de 1987.

04 – Protocolo Sobre Cooperação Financeira para o projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo" (PN 85.6542.1).
Celebrado em Brasília a 11 de maio de 1987.

05 – Protocolo Sobre Cooperação Financeira, para o projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região São Francisco/Bahia Ocidental".
Celebrado em Brasília a 11 de junho de 1987.

06 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/ 1963, sobre o projeto "Desenvolvimento de Componentes e Sistemas Mecânicos de Veículos Ferroviários e Vias Permanentes".
Celebrado em Brasília a 06 de julho de 1987.

07 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/ 1963 sobre o projeto "Controle Ambiental no Estado do Rio de Janeiro/FEEMA".
Celebrado em Brasília a 06 de julho de 1987.

08 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/ 1963, sobre o projeto "Implementação do Cadastro Territorial Rural no Paraná."
Celebrado em Brasília a 23 de julho de 1987.

09 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/ 1963, sobre o projeto "Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS".
Celebrado em Brasília a 23 de julho de 1987.

10 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica de 30/11/ 1963, sobre o Projeto "Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica".
Celebrado em Brasília a 20 de agosto de 1987.

11 - Acordo Relativo ao Procedimento para a Certificação de Produtos Aeronáuticos.
Celebrado em Brasília a 26 de setembro de 1987.

12 - Ajuste Complementar de Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento no campo de Pesquisa e Tecnologia Ambiental.
Celebrado em Brasília a 14 de outubro de 1987.

ARGÉLIA

01 - Acordo de Cooperação Econômica.
Celebrado em Argel a 20 de setembro de 1987.

ARGENTINA

01 - Acordo para o Serviço Público de Telefonia Rural, na faixa de 164, 600 a 173,355 MHz.
Celebrado em Brasília a 23 de fevereiro de 1987.

02 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 17/05/1980, sobre Informática.
Celebrado em Brasília a 22 de fevereiro de 1987.

03 - Declaração Conjunta sobre Política Nuclear.
Celebrado em Viedma a 17 de julho de 1987.

04 - Programa de Integração e Cooperação Econômica e seus Protocolos.
Celebrado em Viedma a 17 de julho de 1987.

BÉLGICA

01 - Acordo Marítimo.
Celebrado em Bruxelas a 28 de setembro de 1987.

BENIN

01 - Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica de 07/11/1972.
Celebrado em Brasília a 26 de maio de 1987.

CABO VERDE

01 - Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação.
Celebrado em Brasília a 19 de março de 1987.

02 - Comunicado Conjunto.
Celebrado em Brasília a 24 de abril de 1987.

03 - Protocolo de Intenções.
Celebrado em Brasília a 24 de abril de 1987.

04 - Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Programa Trianual de Cooperação no Campo da Administração Pública.
Celebrado em Brasília a 12 de maio de 1987.

CANADÁ

01 - Acordo, por troca de notas, relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular.
Celebrado em Brasília a 08 de julho de 1987.

CÔTE D'IVOIRE

01 - Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica.
Celebrado em Brasília a 12 de maio de 1987.

CUBA

01 - Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, ambos representados por seus Ministérios das Comunicações.
Celebrado em Havana a 23 de janeiro de 1987.

02 - Memorando para a Criação de uma Comissão "Ad hoc" para Revisão dos Instrumentos Legais Vigentes entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.
Celebrado em Havana a 18 de março de 1987.

03 - Acordo, por Troca de Notas, para celebrar encontros periódicos entre funcionários diplomáticos para Consideração de Temas de Conjuntura Internacional.
Celebrado em Havana a 18 de março de 1987.

04 - Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.
Celebrado em Havana a 18 de março de 1987.

ESPANHA

01 - Convênio de Cooperação para Realização do Estudo de Revitalização da cidade de João Pessoa, Paraíba.
Celebrado em Brasília a 09 de abril de 1987.

02 - Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Realização de Programa de Especialização em Engenharia de Irrigação.
Celebrado em Brasília a 09 de abril de 1987.

03 - Comunicado Conjunto.
Celebrado em Brasília a 16 de junho de 1987.

EUA

01 - Acordo, por troca de notas, relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular.
Celebrado em Brasília a 08 de julho de 1987.

FRANÇA

01 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Cooperação Oceanológica.
Celebrado em Brasília a 09 de janeiro de 1987.

GRÃ-BRETANHA

01 - Acordo, por troca de notas, relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular.
Celebrado em Brasília a 08 de julho de 1987.

HUNGRIA

01 - Protocolo de Intenções.
Celebrado em Brasília a 17 de novembro de 1987.

02 - Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.
Celebrado em Brasília a 17 de novembro de 1987.

IRAQUE

01 - Protocolo sobre Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iraque.
Celebrado em Brasília a 07 de dezembro de 1987.

ITÁLIA

01 - Protocolo Financeiro.
Celebrado em Brasília a 20 de março de 1987.

JAPÃO

01 - Convênio ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 22/09/1970, sobre a Cooperação em Pesquisa Agrícola no Brasil.
Celebrado em Tóquio a 03 de agosto de 1987.

MÉXICO

01 - Declaração Conjunta e Programa de Ação.
Celebrado na Cidade do México a 20 de agosto de 1987.

02 – Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia.
Celebrado em Acapulco a 20 de novembro de 1987.

MOÇAMBIQUE

01 – Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/ 09/ 1981, no campo das Comunicações.
Celebrado em Maputo a 15 de maio de 1987.

NICARÁGUA

01 – Acordo Básico de Cooperação Técnica.
Celebrado em Manágua a 01 de abril de 1987.

PARAGUAI

01 – Convênio para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Rio Grande.
Celebrado em Brasília a 21 de julho de 1987.

02 – Acordo de Cooperação Técnica.
Celebrado em Assunção a 27 de outubro de 1987.

PERU

01 – Declaração de Rio Branco.
Celebrada em Rio Branco a 02 de julho de 1987.

02 – Programa de Ação de Puerto Maldonado.
Celebrado em Puerto Maldonado a 03 de julho de 1987.

03 – Entendimento Relativo à Declaração de Rio Branco e o Programa de Ação de Puerto Maldonado.
Celebrado em Brasília a 20 de agosto de 1987.

PORTUGAL

01 – Declaração Conjunta – Ata que acordam para criar uma Comissão Binacional, encarregada de programar, preparar e dar execução às comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.
Celebrado em Brasília a 26 de março de 1987.

02 - Acordo de Intercâmbio Cultural através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional de Lisboa.
Celebrado no Rio de Janeiro a 03 de abril de 1987.

UNIÃO SOVIÉTICA

01 - Ajuste, por troca de notas, sobre o Envio e Recepção de Malas Diplomáticas.
Celebrado em Brasília a 20 de fevereiro de 1987.

02 - Acordo sobre Cooperação Cultural.
Celebrado em Brasília a 30 de setembro de 1987.

03 - Comunicado Conjunto Brasileiro-Soviético sobre a visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS ao Brasil.
Celebrado em Brasília a 30 de setembro de 1987.

04 - Acordo sobre Programa a Longo Prazo de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica.
Celebrado em Brasília a 30 de setembro de 1987.

URUGUAI

01 - Acordo para o Serviço Público de Telefonia Rural, na faixa de 164,600 a 173,355 MHz.
Celebrado em Brasília a 23 de fevereiro de 1987.

02 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica de 12/06/1975, sobre Cooperação nos Campos do Abastecimento de Água, Esgoto e Disposição de Águas.
Celebrado em Montevidéu a 08 de abril de 1987.

03 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo da Propriedade Industrial, Informação Tecnológica e Registro de Transferência de Tecnologia.
Celebrado em Montevidéu a 29 de julho de 1987.

VENEZUELA

01 - Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.
Celebrado em Brasília a 03 de junho de 1987.

02 - Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20/02/1973, na área das Comunicações.
Celebrado em Brasília a 03 de junho de 1987.

03 - Comunicado Conjunto.
Celebrado em Brasília a 03 de junho de 1987.

04 - Declaração Conjunta.
Celebrado em Caracas a 16 de outubro de 1987.

ZAIRE

01 - Ajuste Complementar à Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Cultural, de 09/11/1972, no setor dos Transportes.
Celebrado em Brasília a 17 de fevereiro de 1987.

02 - Comunicado Conjunto.
Celebrado em Brasília a 17 de fevereiro de 1987.

03 - Protocolo Complementar à Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Cultural, de 09/11/1972, pertinente à abertura e exploração da mina de ouro D 7 Kanga, do "Office des Mines D'or de Kilo-Moto".
Celebrado em Brasília a 17 de fevereiro de 1987.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

FAO

01- Acordo de Fundo de Fideicomisso "Assistência Técnica para o Projeto de Irrigação do Alto e Médio São Francisco".
Celebrado em Brasília a 31 de março de 1987.

OEA

01 - Acordo Prorrogando o Acordo para a Manutenção do Centro Interamericano de Comercialização.
Celebrado em Washington a 17 de fevereiro de 1987.

OIT

01 - Acordo para Cooperação Técnica com outros Países da América Latina e Países da África.
Celebrado em Genebra a 29 de julho de 1987.

ONU

01 - Ajuste relativo à Reinstalação do Centro de Informação das Nações Unidas no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro.
Celebrado no Rio de Janeiro a 03 de abril de 1987.

PMA/FAO

01 - Acordo Relativo à Assistência para o Desenvolvimento Rural e Comunitário do Vale do Jequitinhonha.
Celebrado em Brasília a 13 de janeiro de 1987.

02 - Acordo Básico referente à Ajuda do Programa Mundial de Alimentos.
Celebrado em Brasília a 02 de fevereiro de 1987.

03 - Acordo relativo à Assistência para Reabilitação da Agricultura e da Infra-estrutura Rural e Comunitária em Áreas Atingidas pelas Secas e Enchentes nos Estados do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte.
Celebrado em Brasília a 02 de fevereiro de 1987.

PNUMA/ONU

01 - Convênio para a Cooperação em Formação e Treinamento de Recursos Humanos na Área de Meio Ambiente.
Celebrado em Nairobi a 15 de abril de 1987.

UNFDAC/ONU

01 - Memorando de Entendimento no Campo do Controle ao Abuso e ao Tráfico de Drogas.
Celebrado em Brasília a 09 de março de 1987.

02 - Acordo para Controle do Abuso de Drogas.
Celebrado em Brasília a 05 de novembro de 1987.

UNIDO/ONU

01 - Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento Industrial.
Celebrado em Brasília a 01 de setembro de 1987.

Foram os seguintes os Atos multilaterais firmados ou ratificados pela República Federativa no Brasil no ano de 1987:

01 – Protocolo Relativo à Emenda ao Artigo 3 bis da Convenção Sobre Aviação Civil Internacional de 1944.
Concluído em Montreal a 10 de maio de 1984.
Firmado pelo Brasil a 10 de maio de 1984.
Ratificado pelo Brasil a 21 de janeiro de 1987.

02 – Convênio de Cooperação Técnica para o Controle e a Erradicação da Febre Aftosa na Bacia do Rio da Prata.
Concluído no Rio de Janeiro a 24 de junho de 1987.
Firmada pelo Brasil a 24 de junho de 1987.

03 – Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano.
Concluído em Lima a 16 de novembro de 1987.
Firmado pelo Brasil a 16 de novembro de 1987.

APÊNDICE II
REGISTRO
DE VISITAS

JANEIRO/FEVEREIRO

AMÉRICA DO SUL

PARAGUAI

Nome : General-de-Exército Alfredo Stroessner
Cargo : Presidente da República
Local : Itaipu
Período : 16/01
Objetivo : Inauguração de 2 turbinas de Itaipu

AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL

CANADÁ

Nome : Senador Jacques Herbert
Cargo : Presidente e Fundador da "Canadian World Youth"
Período : 06 a 17/01
Objetivo : implementar programa de convênio entre a CWY e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

Nome : Colégio de Defesa Nacional
Período : 19 a 24/01
Contatos realizados: ESG, II Comando Aéreo Regional, I Exército, Itamaraty (palestras proferidas pelos Chefes do DAA e da DCS), Comando Militar da Amazônia

CUBA

Nome : Antonio Nuñez Jimenez
Cargo : Vice-Ministro da Cultura
Período : 26 a 28/01
Objetivo : entre outros, tratar do projeto "Em Canoa do Amazonas ao Caribe"

Contatos realizados: Presidente da República, Ministro da Marinha, Ministro da Cultura, Reitor da UnB

Nome : Ricardo Alarcón
Cargo : Vice-Ministro das Relações Exteriores
Período : 20/02
Objetivo : visita de cortesia
Contatos realizados: Secretário-Geral das Relações Exteriores

FRONTEIRAS

VENEZUELA
Nome : Almirante Carlos Pulido Salvatierra
Cargo : Diretor Geral da Direção de Fronteiras da Chancelaria venezuelana
Período : 22 a 25/01
Objetivo : 52ª Conferência da COMISTA Demarcadora de Limites

ÁSIA E OCEANIA

CHINA
Nome : Zhao Zhengfu
Cargo : Vice-Governador da Província de Henan
Período : fevereiro
Objetivo : chefiar missão comercial

Nome : Delegação do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil
Chefia : Dr. Marcos Antonio Raupp (do Instituto de Pesquisas Aeronáuticas)
Local : China
Período : fevereiro
Objetivo : convite do Ministério da Aeronáutica da RPC. Assinatura de Memorandum de Entendimento sobre Cooperação em Tecnologia Espacial

Nome : Sr. Wellington Moreira Franco
Cargo : Governador do Estado do Rio de Janeiro
Local : Hong Kong

JAPÃO
Nome : Michio Watanabe
Cargo : Deputado da Dieta
Objetivo : convite da SEPLAN

Contatos realizados: Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro das Relações Exteriores, da Agricultura, da Fazenda, da SEPLAN, da Ciência e Tecnologia, do Programa Nacional de Irrigação, Governador Franco Montoro, Governador-eleito Orestes Quércia

ÁFRICA

NIGÉRIA

Nome : Tanko Ayuba
Cargo : Ministro das Comunicações
Período : 10 a 18/01
Objetivo : conhecer empresas de produção de equipamentos de telecomunicações, inclusive a EMBRATEL, EMBRAER e HIDROSERVICE
Contatos realizados: Ministro das Comunicações e diretorias das empresas supracitadas

ZAIRE

Nome : Bossekota W'Atsia
Cargo : Vice-Ministro do Orçamento
Período : 25 a 30/01
Objetivo : chefiar missão precursora da visita do Presidente Mobutu
Contatos realizados: Ministro dos Transportes, Secretário-Geral das Relações Exteriores, Chefes do DEAF, DPF e Cerimonial

Nome : Mobutu Sese Seko
Cargo : Presidente da República
Período : 16 a 18/02
Objetivo : visita oficial. Cooperação Sul-sul (sobretudo setores agrícola, mineiro e de indústria de ponta)
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Ministro dos Transportes e outros

EUROPA OCIDENTAL

FRANÇA

Nome : Jean Bernard Raymond
Cargo : Chanceler
Período : 08 e 09/01

Objetivo : reunião de consultas políticas
Contatos realizados: Presidente da República, Presidente do Senado, Ministro das Relações Exteriores e Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos Bilaterais. Manteve duas reuniões de trabalho presididas pelo Sr. Ministro de Estado

CHIPRE
Nome : Embaixador Andrew J. Jacovides
Cargo : Embaixador junto ao Governo brasileiro
Período : 19/01
Objetivo : visita protocolar
Contatos realizados: Secretário-Geral das Relações Exteriores

GRÉCIA
Nome : Senhora Papandreou
Cargo : Esposa do Primeiro-Ministro
Período : 29/01
Contatos realizados: Presidente da República, Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher (a convite da Senhora Jaqueline Pitangui)

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
Nome : Barão von Hamerstein e a Senhora Zuth
Cargo : Deputados representantes da Comissão de Finanças do Parlamento Federal
Período : 09 e 10/02
Objetivo : cooperação interparlamentar e contatos com autoridades brasileiras
Contatos realizados: Instituto Agronômico do Cerrado (Barão Von Hamerstein), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Missionário da CNBB e FUNAI (Deputada Zuth). Visitas de cortesia aos Senadores Humberto Lucena, Presidente do Senado, e Gerson Camatta

Missão : do "Bundestag"
Integrantes: Deputado Kroneberg (FDP), Vice-Presidente do Parlamento Federal, e Deputado Lammert
Período : 24 e 25/02
Objetivo : encontros com autoridades do Congresso Nacional
Contatos realizados: Senador José Inácio Ferreira (Primeiro Vice-Presidente do Senado), Senador Afonso Arinos de Mello Franco

REINO UNIDO
Nome : General Nigel Bagnall
Cargo : Chefe do Estado-Maior do Exército
Período : 18 a 22/02
Objetivo : contatos com autoridades militares brasileiras
Contatos realizados: Ministro do Exército, Chefe do Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

ESPANHA
Nome : Felipe de Borbón y Grecia
Cargo : Príncipe-herdeiro
Período : 23/02
Objetivo : visita de cortesia
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Justiça, Secretário-Geral das Relações Exteriores e Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos Bilaterais

EUROPA ORIENTAL

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
Nome : Viktor G. Komplektov
Cargo : Vice-Ministro das Relações Exteriores
Período : 02 a 05/02
Objetivo : consultas políticas
Contatos realizados: Presidente do Senado, Ministro das Relações Exteriores, Secretário-Geral das Relações Exteriores e Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos Bilaterais. Manteve duas reuniões de trabalho, uma presidida pelo Sr. Secretário-Geral e outra pelo Sr. SGAP

Nome : Evgueni A. Yevtuchenko
Cargo : Poeta (veio na condição de jornalista)
Período : 25/02 (audiência com o Presidente da República)
Objetivo : colher material para a revista "OGNIK"
Contatos realizados: Presidente da República, Governador do DF, personalidades do mundo artístico, intelectuais

HUNGRIA
Nome : Karoly Szabo
Cargo : Diretor Executivo do "Hungarian Foreign Trade Bank"
Período : 16 a 20/02

Objetivo : negociações com a CVRD e com o Banco Central para a implementação de uma conta especial à margem da conta "**clearing**" para assegurar o fornecimento de produtos húngaros com parte da receita das exportações brasileiras de minério de ferro

Contatos realizados: Direção da CVRD, Direção do Banco Central e Sr. Chefe do DEC

MARÇO/ABRIL

AMÉRICA DO SUL

ARGENTINA

Nome : Roberto Lavagna
Cargo : Secretário de Indústria e Comércio Exterior
Local : Brasília
Período : 21/03
Objetivo : entrevistar-se com o Ministro da Fazenda sobre o "Programa de Integração e Cooperação Econômica". Entrevistou-se com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, este na qualidade de Ministro de Estado interino

Nome : Embaixador Jorge F. Sabato
Cargo : Secretário de Estado das Relações Internacionais
Local : Rio de Janeiro
Período : 21 a 23/04
Objetivo : chefiar a delegação argentina à IV Reunião do Grupo de Trabalho sobre Política Nuclear Brasil-Argentina

Nome : Roberto Lavagna
Cargo : Secretário de Indústria e Comércio Exterior
Local : São Paulo
Período : 21 a 27/04
Objetivo : participar da inauguração e das atividades da Exposição "Argentina 87"

PARAGUAI

Nomes/Cargos:

a) Adan Godoy Jiménez/Ministro da Saúde
b) Carlos Ortiz Ramírez/Ministro da Educação e Culto
c) Eugenio Jacquet/Ministro da Justiça e Trabalho
d) General Guillermo Clebsch/Chefe da Casa Militar
e) Marcial Samaniego, Martín Chiola, J. Vera Vanezano, Miguel A. López Giménez e Sílvio Meza Brítez/Deputados

f) Francisco Feliciano Duarte/Presidente da Administração Nacional de Telecomunicações (ANTELCO)

Local : Curitiba
Período : 15/03
Objetivo : assistir à posse do Governador do Paraná

Nomes/Cargos:

a) Delfín Ugarte Centurión/Ministro da Indústria e Comércio
b) Conrado Pappalardo/Chefe do Cerimonial da Presidência da República
c) Saul González/Deputado
d) Fulvio Monges/Secretário de Planejamento da Presidência da República

Local : Campo Grande(MS)
Período : 15/03
Objetivo : assistir à posse do Governador do Mato Grosso do Sul

PERU

Nome : Armando Villanueva
Cargo : Presidente do Senado
Período : 06 a 08/04
Objetivo : visita de cortesia
Contatos realizados: Presidente da República, Presidente do Senado

VENEZUELA

Nome : General José Rafael Cardozo Grimaldi
Cargo : Ministro da Defesa
Período : 25/04 a 03/05
Objetivo : visita de cortesia a convite do Governo brasileiro
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Ministro do Exército, Ministro da Marinha, Chefe do EMAER

AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL

GUATEMALA

Nome : Marco Vinício Cerezo
Cargo : Presidente da República
Período : 02/03
Objetivo : escala técnica em Brasília
Contatos realizados: entrevista com o Presidente da República

Nome : Júlio Martini
Cargo : Vice-Ministro das Relações Exteriores
Período : 27 a 30/04
Objetivo : familiarização com estrutura da SERE
Contatos realizados: SGAP, SGAD, Chefes de Departamento

NICARÁGUA
Nome : Dionísio Marenco
Cargo : Ministro do Planejamento
Período : 10 a 11/03
Objetivo : entregar carta do Presidente Ortega ao Presidente da República
Contatos realizados: Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima (Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores), Embaixador Rubens Ricupero (Assessor Especial do PR), Sr. João Sayad (ex-Ministro do Planejamento) e Sr. Camilo Calazans (Presidente do Banco do Brasil)

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
Nome : Gary Hart
Período : 16 a 19/03
Local : São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro das Relações Exteriores (interino)

Nome : Deputado John Dingell
Local : Rio de Janeiro, Brasília
Período : 10 a 13/04
Objetivo : chefiar missão do Comitê de Energia e Comércio da Câmara dos Representantes (questões: etanol, farmacêuticos, prop. intelectual, energia, petróleo, agricultura, outros)
Contatos realizados: Ministro da Fazenda, Ministro da Ciência e Tecnologia, Secretário-Geral das Relações Exteriores

CUBA
Nome : Diocles Torralbas Gonzales
Cargo : Ministro dos Transportes e Vice-Presidente do Conselho de Ministros

Período : 24/03 a 01/04
Objetivo : cooperação na área dos transportes
Contatos realizados: Ministro das Relações Exteriores, Ministro dos Transportes, Ministro da Aeronáutica

COSTA RICA
Nome : Javier Solis
Cargo : Deputado
Período : 12 a 17/04
Objetivo : visita oficiosa – divulgar plano Arias
Contatos realizados: Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, parlamentares brasileiros

ÁFRICA

CABO VERDE
Nome : Júlio Cesar de Carvalho
Cargo : Ministro das Forças Armadas e Segurança
Período : 18 a 23/03
Objetivo : identificação de áreas de cooperação
Contatos realizados: EMFA, Ministro das Relações Exteriores, EMBRAER, USP

Nome : Aristides Maria Pereira
Cargo : Presidente da República
Período : 21 a 28/04
Objetivo : visita oficial
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente do Senado, Presidente da Câmara, Presidente do STF, Governadores da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, Prefeito de Salvador e outros

ZAIRE
Nome : Sampassa Kaweta Milombe
Cargo : Comissário de Estado dos Transportes e Comunicações
Período : 06 a 10/04
Objetivo : discutir ampliação do sistema de transportes integrado do Zaire. Possível utilização de tecnologia brasileira

Contatos realizados: Ministro dos Transportes, Secretário-Geral das Relações Exteriores (Ministro, interino), Presidente do GEIPOT

EUROPA OCIDENTAL

IRLANDA
Nome : John Lynch
Cargo : ex-Primeiro-Ministro
Período : 04 a 22/03
Objetivo : visita de cortesia, a convite do Governo brasileiro
Contatos realizados: Secretário-Geral das Relações Exteriores

ITÁLIA
Nome : Embaixador Renato Ruggiero
Cargo : Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Período : 07 a 10/03
Objetivo : visita de consultas políticas
Contatos realizados: Secretário-Geral das Relações Exteriores, SGAC, SG do Ministério da Fazenda, Vice-Presidente do Banco Central

Nome : A. La Pergola
Cargo : Presidente da Corte Constitucional
Período : 09 a 11/03
Objetivo : retribuição de visita do Presidente do STF (Ministro Márcio Moreira Alves)
Contatos realizados: Presidente da República, Presidente do STF

Nome : Embaixador Giacomo Attolico
Cargo : Diretor-Geral para Assuntos Econômicos do M.N.E.
Período : 20/03
Objetivo : consultas econômicas e comerciais no âmbito da SGAC
Contatos realizados: Ministro da Fazenda e SGAC

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
Nome : Richard von Weizsaecker
Cargo : Presidente da República
Período : 15/03
Objetivo : visita de cortesia, a convite do Presidente da República
Contatos realizados: Presidente da República

REINO UNIDO
Nome : Lady Young
Cargo : Ministro de Estado de Assuntos Estrangeiros
Período : 18 a 23/03
Contatos realizados: Presidente da República, SG das Relações Exteriores, Ministro da Fazenda, Governador de Minas Gerais

PORTUGAL
Nome : Mário Soares
Cargo : Presidente da República
Período : 25/03 a 05/04
Objetivo : visita oficial
Contatos realizados: Presidente da República, Presidente do STF, Sessão solene no Congresso Nacional, Governador do Maranhão, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro

ESPANHA
Nome : Francisco Fernandez Ordoñez
Cargo : Ministro dos Assuntos Exteriores
Período : 07 a 09/04
Objetivo : visita oficial
Contatos realizados: Presidente da República, Presidente do STF, Presidente do Senado, Presidente da Câmara, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Irrigação

PAÍSES BAIXOS
Nome : J. Groenneveld
Cargo : Diretor para Assuntos Agrícolas Bilaterais do Ministério da Agricultura
Período : 14 e 15/04
Objetivo : coordenar assuntos agrícolas para a COMISTA Brasil/Países Baixos
Contatos realizados: Chefe da DE-I

FRANÇA
Nome : René Monory
Cargo : Ministro da Educação
Período : 22/04
Contatos realizados: Ministro da Educação

Nome : Raymond Barre
Cargo : ex-Primeiro-Ministro
Período : 29/04
Objetivo : visita ao Presidente da República
Contatos realizados: SG das Relações Exteriores

EUROPA ORIENTAL

TCHECOSLOVÁQUIA

Nome : Frantisek Langer
Cargo : Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior
Período : 13 a 23/03
Objetivo : contatos de natureza econômica e comercial
Contatos realizados: Presidente do Senado, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e Comércio, Ministro das Minas e Energia, Governador do Maranhão, Governador do Paraná, Governador de Pernambuco, SG da Fazenda, Coordenador do PROINE do Ministério da Irrigação, Chefe do Departamento de Material Bélico do Exército, Presidente da CVRD, da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS e da ENGESA e Diretor do DNOS

BULGÁRIA

Nome : Anguel Dimitrov
Cargo : Vice-Presidente do Partido Agrário Búlgaro
Período : 16 a 18/03
Objetivo : contatos com líderes políticos
Contatos realizados: Vice-Presidente do Senado, Ministro da Agricultura, Ministro da Reforma Agrária, Ministro do Desenvolvimento Urbano, Governador do Distrito Federal, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e Chefe do DEU

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Nome : Vladimir Popov
Cargo : Vice-Presidente do Comitê Estatal de Rádio e Televisão
Período : 19 a 23/03
Objetivo : contatos em nível operacional com órgãos da imprensa televisionada
Contatos realizados: TV Globo, SGAM, Chefe do DEU

Nome : Iouri Vassilievitch Romantsov
Cargo : Vice-Diretor Geral da Agência Telegráfica
Período : 24/03
Objetivo : assinar acordo entre a TASS e a EBN
Contatos realizados: Ministério da Justiça

Nome : Ivan Romazan
Cargo : Engenheiro metalúrgico
Período : 05 a 11/04
Objetivo : viagem de estudos e conferências sobre siderurgia brasileira, promovida pelo ECOSOC/Comissão Econômica para a Europa - CEE
Contatos realizados: representantes da CVRD, SIDERBRÁS

Nome : Alexei Pavlovitch Koselkov
Cargo : Diretor-Geral da Usina Siderúrgica de Magitogosk
Período : 07 a 11/04
Objetivo : participar das reuniões do Comitê Executivo e do Comitê de Programas do Conselho Internacional de Pesquisas Científicas; troca de experiência na área de construção; participar do Simpósio Internacional de Tecnologia de Construção e Moradias (HABITEC-87), a convite do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, São Paulo

HUNGRIA
Nome : Lasszlo Tisza
Cargo : Diretor-Geral da Caixa Econômica Nacional
Período : 01 a 07/04
Objetivo : contatos com autoridades e empresas do setor de automação bancária
Contatos realizados: Ministro da Ciência e Tecnologia, Diretor da CACEX, Diretor do SERPRO, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Computadores e Periféricos (ABICOMP)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
Nome : Bernhard Neugebauer
Cargo : Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 09 a 10/04
Objetivo : contatos políticos
Contatos realizados: Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Cultura, SG das Relações Exteriores, SGAP, SGAM, Senadores Odacir Soares, Marcondes Gadelha, João Agripino

ÁSIA E OCEANIA

COMISSÃO SUL-SUL

Nome : Julius Nyerere e Carlos Andrés Perez Rodriguez
Cargo : Presidente da Comissão Sul-Sul e ex-Presidente da Venezuela
Local : Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília
Período : 14 a 18/03
Objetivo : divulgar objetivos da Comissão Sul-Sul
Contatos realizados: Rio de Janeiro: Sr. Roberto Marinho; participar da posse do Governador Moreira Franco; São Paulo: posse do Governador Orestes Quércia; Cardeal-Arcebispo de São Paulo; visita ao Centro Tecnológico Aeroespacial de S.J. dos Campos; Brasília: Presidente da República; Senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado; Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB na Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte; reitor da UnB; Ministro da Cultura; Ministro, interino, das Relações Exteriores

AUSTRÁLIA

Nome : Richard Roseberry
Cargo : Representante da "Reconstrução da Primeira Esquadra" (Comemoração do bicentenário da Austrália)
Local : Rio de Janeiro
Período : 18 a 25/03
Objetivo : tratar da escala da esquadra no RJ

Nome : Delegação de Carvão e Transporte Marítimo
Período : 06 a 15/04
Objetivo : negociar com a DOCENAVE e a SIDERBRÁS a inclusão de ponto na costa do estado australiano de New South Wales no roteiro de retorno dos navios que transportam minério de ferro para o Japão
Contatos realizados: Ministério dos Transportes, Presidente da SIDERBRÁS, DOCENAVE, Chefe do DPR

CHINA

Nome : Mu Qing
Cargo : Diretor-Geral da Agência de Notícias Nova China (XINHUA) – "status" de Ministro de Estado
Período : 04 a 13/04
Objetivo : visita de cortesia: assinatura de convênio com a EBN

Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Ministro, interino, da Justiça, Ministro dos Transportes, Governador de SP, Superintendente da EBN

Nome : Xu Youfang
Cargo : Vice-Ministro da Silvicultura
Período : 10 a 20/04
Objetivo : chefiar Missão de Cooperação Científica e Tecnológica na área de silvicultura
Contatos realizados: SG do Ministério da Agricultura e outras autoridades da área

Nome : Qi Yuanjing
Cargo : Ministro da Indústria Metalúrgica
Período : 28/04 a 05/05
Objetivo : Reunião do Grupo de Trabalho Siderúrgico
Contatos realizados: Ministério das Minas e Energia, Ministério da Indústria e Comércio, Presidente da SIDERBRÁS

JAPÃO

Nome : Masami Morikawa
Cargo : Técnico do Ministério da Agricultura, Pesca e Produtos Florestais - MAFF
Período : 04 a 16/04
Objetivo : inspecionar frigoríficos brasileiros que se candidataram a exportar para o Japão

Nome : Delegação da Agência de Cooperação Internacional - JICA - e do Ministério do Comércio Internacional e da Indústria
Local : São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro
Período : 08 a 21/04
Objetivo : avaliação do projeto conjunto de "desenvolvimento e utilização efetiva de lâmpada de halogênio no Brasil"
Contatos realizados: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT; empresas do setor privado

Missão : Delegação do Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca (MAFF)
Período : 10 a 22/04
Local : Brasília, Barreiras (BA), Paracatu (MG)
Objetivo : avaliar desempenho do projeto nipo-brasileiro PRODECER-II

Contatos realizados: funcionários do Ministério da Agricultura e do Banco Central responsáveis pelo projeto; MRE: Chefe do DAO

Nome : Hirokazu Kato e Masahiro Ohi
Cargo : ex-Presidente e atual Presidente da Nippon Usiminas
Local : Brasília e Belo Horizonte
Período : 29 a 30/04
Objetivo : participar da assembléia de acionistas da Usiminas, em BH
Contatos realizados: visitas de cortesia ao Banco Central, SEPLAN, Ministro da Indústria e Comércio e Ministro da Fazenda

NOVA ZELÂNDIA
Nome : Barry Brooks
Cargo : Embaixador junto ao Governo brasileiro, sediado no Chile
Período : 06 a 10/04
Objetivo : visita periódica
Contatos realizados: SG das Relações Exteriores, SGAP, Cerimonial, DOI, DAO; SG da Indústria e do Comércio; SG da Agricultura, Secretário de Inspeção Animal e Diretor da Divisão de Leite do Ministério da Agricultura; Secretário de Cooperação Técnica do Ministério das Minas e Energia; SEAP no Ministério da Fazenda

ORIENTE PRÓXIMO

IRAQUE
Nome : Hassan Ali
Cargo : Membro do Conselho de Comando da Revolução e Ministro do Comércio
Período : 25/03 a 02/04
Objetivo : chefiar delegação à VI COMISTA Brasil-Iraque
Contatos realizados: Presidente da República, Ministros da Indústria e do Comércio, da Fazenda, das Minas e Energia e das Relações Exteriores

MAIO/JUNHO

AMÉRICA DO SUL

URUGUAI
Nome : Martha Canesa de Sanguinetti

Cargo : Esposa do Presidente do Uruguai
Período : 05 a 09/05
Objetivo : colóquio sobre direitos humanos
Contatos realizados: Sra. Marly Sarney

PARAGUAI
Nome : Carlos Augusto Saldivar
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 21/05
Local : Curitiba
Contatos realizados: Governador do Paraná

EQUADOR
Missão : Delegação à Primeira Comissão de Coordenação Brasil-Equador
Período : 25 a 27/05
Contatos realizados: SGAP

VENEZUELA
Nome : Simón Alberto Consalvi
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 01 a 06/06
Objetivo : debater temas regionais e do relacionamento bilateral
Contatos realizados: Ministro das Relações Exteriores

ARGENTINA
Nome : Raúl Ricardo Alfonsín
Cargo : Presidente da República
Período : 07 a 13/06
Local : Recife
Objetivo : escala técnica de viagem à Suíça

BOLÍVIA
Nome : Carlos Morales
Cargo : Ministro das Minas e Hidrocarbonetos
Período : 08 a 11/06
Objetivo : conversações sobre gás natural e outros temas de sua pasta
Contatos realizados: Ministros das Relações Exteriores, das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio

FRANÇA
Nome : Jules Dewatre
Cargo : Préfet da Guiana Francesa

Período : 16 a 17/06
Objetivo : Terceira Reunião de Consulta Regional Brasil-França
Contatos realizados: Chefe do DAA

AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL

CANADÁ

Nome : Jack Murta
Cargo : Deputado – Representante Especial Permanente do Secretário de Estado dos Assuntos Exteriores
Período : 03 a 06/05
Objetivo : inauguração dos serviços da "Canadian Pacific Airlines" para o Brasil
Contatos realizados: SG das Relações Exteriores, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e Representante do Presidente do Senado

Nome : Michael R. Bell
Cargo : Vice-Ministro Assistente para América Latina e Caribe, do Ministério das Relações Exteriores
Período : 07 e 08/05
Objetivo : VI Reunião da COMISTA sobre Intercâmbio Comercial e Relações Econômicas Brasil-Canadá
Contatos realizados: áreas competentes do MRE

NICARÁGUA

Nome : Orlando Solorzano
Cargo : Vice-Ministro do Comércio Exterior
Período : 12 e 13/05
Objetivo : gestão bilateral sobre a questão da demanda nicaragüense contra os EUA no GATT
Contatos realizados: Chefe do Departamento Econômico do MRE

COSTA RICA

Nomes : Edgar Brenes, Fernando Mora, Roberto Avendano
Cargos : respectivamente, Presidente Executivo da CODESA, Advogado da CODESA, Diretor da Divisão da Dívida Externa do Banco Central
Período : 21 e 22/05
Objetivo : negociação da dívida bilateral
Contatos realizados: autoridades do Banco Central

GUATEMALA
Nome : Cel. Edgar Augusto Godoy Gaitan
Cargo : Chefe do Serviço de Informações do Ministério da Defesa Nacional
Período : junho
Objetivo : visita de cortesia ao Estado-Maior
Contatos realizados: autoridades militares correspondentes

Nome : Raquel Blandon de Cerezo
Cargo : Esposa do Presidente da República
Período : 23/06
Objetivo : escala técnica no Rio de Janeiro

FRONTEIRAS

URUGUAI
Evento : COMISTA Brasileiro-Uruguaia Demarcadora de Limites
Período : 09 a 12/06
Local : Brasília

ÁSIA E OCEANIA

CHINA
Missão : Ministério da Silvicultura
Chefia : Li Vanniang
Cargo : Vice-Diretor do Departamento Florestal de Hainan na Província de Cantão
Período : 04/05 a 04/06
Objetivo : implementar o projeto "Estudo sobre Tecnologia de Rápido Crescimento de Eucaliptos", aprovado na II COMISTA de Cooperação Científica e Tecnológica
Contatos realizados: IBDF, Klabin, Acesita, Duratex e outros

Nome : Chen Zhesheng
Cargo : Vice-Diretor de Administração de Comércio Exterior do MODERT (Ministry of Foreign Economic Relations and Trade)
Período : 04 a 11/05
Objetivo : conhecer a política brasileira de comércio exterior
Contatos realizados: entidades governamentais e privadas

Nome : Duan Ruichun
Cargo : Subchefe do Departamento de Política de Ciência e Tecnologia
Período : 29/06 a 09/07
Objetivo : conhecer a legislação brasileira em ciência e tecnologia
Contatos realizados: Divisões do MRE, MCT, SEI, SBPC e FIOCRUZ

JAPÃO

Nome : Kuninore Tanabe
Cargo : Economista do Departamento da América Central e do Sul do "Japan Centre for International Finance" (JCIF)
Período : 17 a 21/05
Objetivo : estudo sobre a questão da conversão da dívida externa em investimentos e sobre o problema conexo de mercados secundários de crédito, relativos a países altamente endividados
Contatos realizados: Banco Central, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Fundação Getúlio Vargas, bancos privados e outros

Nome : Michio Watanabe
Cargo : Deputado da Dieta
Período : 08 a 14/06
Objetivo : convite do Ministério da Fazenda
Contatos realizados: Presidente da República, Ministros da Fazenda e da Ciência e Tecnologia

Nome : Saburo Minowa e Katsuya Kiwabara
Cargo : Vice-Diretor do Departamento de Planejamento Geral e Coordenação e Diretor Assistente da Divisão de Coordenação de Pesquisas do Departamento de Coordenação do "Japan Centre for International Finance" (JCIF)
Período : 18 a 24/06
Objetivo : ampliação dos contatos mantidos por Kuninori Tanabe
Contatos realizados: Banco Central e Ministério da Fazenda, Bolsa de Valores do RJ, BOVESPA, CVRD, ELETROBRÁS, EMBRATUR, FGV, CVM

Nome : Wakako Hironaka
Cargo : Membro da Casa de Conselheiros da Dieta (partido Komeito)
Período : 2ª quinzena de junho
Contatos realizados: visita de cortesia ao Chefe da DAOC-II

CORÉIA

Nome : Tac Joon Park e Sung Sang Park
Cargo : Presidente da Companhia Siderúrgica Pohang Steel e Governador do Banco Central
Período : 24 a 26/05
Objetivo : assinatura de convênio com a CVRD para ampliação da compra de minério de ferro
Contatos realizados: Presidente da República, Ministros das Minas e Energia, das Relações Exteriores, da Fazenda

Missão : Federação Coreana das Indústrias
Local : Brasília, RJ e SP
Período : 25 a 29/05
Objetivo : convite da Confederação Nacional da Indústria
Contatos realizados: Ministérios das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio, CNI, CACEX, PETROBRÁS, CVRD, COBRA, FIESP, EMBRAER

Missão : Câmara de Comércio e Indústria
Local : Rio de Janeiro
Período : 16 a 18/06
Objetivo : III Reunião Conjunta do Conselho de Negócios Brasil-Coréia
Contatos realizados: Confederação Nacional da Indústria

AUSTRÁLIA

Nome : Philip Flood e Colin MacDonald
Cargo : Subsecretário para Assuntos Econômicos e de Administração e Subsecretário para América Latina do Departamento de Negócios Estrangeiros
Período : 25 a 29/05
Objetivo : Reunião dos Chefes das Missões diplomáticas australianas na América Latina
Contatos realizados: SGAD, Chefe do DAO

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL

Nome : Arcebispo Desmond Mpilo Tutu
Cargo : Arcebispo da Cidade do Cabo e Primaz da Igreja Anglicana da RAS
Período : 18 a 22/05
Objetivo : visita oficial

Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Governadores dos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

BENIN

Nome : Guy Landry Hazoume
Cargo : Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 22 a 26/05
Objetivo : assinatura do Protocolo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Benin
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, SG, SGAM, Chefes do DEAF e DCT

EUROPA OCIDENTAL

FRANÇA

Nome : Daniele Mitterrand
Cargo : Esposa do Presidente da República
Período : 06 a 09/05
Objetivo : Seminário na UnB sobre Direitos Humanos na América Latina
Contatos realizados: Presidente da República e Senhora, Reitor da UnB, Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (condecorado pela Sra.Mitterrand)

ESPANHA

Nome : Rei Juan Carlos
Período : 19/05
Objetivo : escala, em Salvador, a caminho da Bolívia
Contatos realizados: foi designado o Embaixador Lauro Escorel para entregar-lhe mensagem pessoal do Presidente da República

Nome : Felipe González
Cargo : Presidente do Governo
Período : 13 a 16/06
Objetivo : visita oficial
Comitiva: Ministros de Assuntos Exteriores, da Economia e da Fazenda, da Cultura e outras autoridades
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Presidentes da Câmara, do Senado e do

STF, Governadores do DF, da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro

EUROPA ORIENTAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

Nome : Guenter Bernhardt
Cargo : Secretário de Estado da Educação
Período : 03 a 12/05
Objetivo : tratar de assuntos culturais e desenvolvimento científico e tecnológico
Contatos realizados: encontros no MEC, MCT, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Nome : Victor Semenovitch Tyssiatchnikov
Cargo : Secretário do Departamento das Relações Bilaterais da Marinha Mercante
Período : 01 a 04/06
Objetivo : IX COMISTA do Acordo sobre Transporte Marítimo Brasil-URSS

Nome : Igor Petrovitch Kanaev
Cargo : Vice-presidente da Câmara do Comércio e Indústria
Período : 02 e 03/06
Objetivo : Seminário sobre Comércio Exterior do Brasil com a URSS, realizado pelo Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX
Local : Rio de Janeiro e São Paulo

Nome : Irina Ischenko
Cargo : Perito-Geral do Departamento de Relações Econômico-comerciais com os Países da América Latina do Ministério do Comércio Exterior
Período : 02 e 03/06
Objetivo : Seminário sobre Comércio Exterior do Brasil (vide visita supra)

ROMÊNIA

Nome : Nicolae Andrei
Cargo : Vice-Ministro do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica Internacional
Período : 02 a 10/06

Objetivo : manter contatos sobre intercâmbio comercial bilateral
Contatos realizados: MRE, MME, Banco Central, CVRD, CACEX, INTERBRÁS

JULHO/AGOSTO

AMÉRICA DO SUL

PERU
Nome : Alan Garcia
Cargo : Presidente da República
Período : 02 e 03/07
Local : Rio Branco-Puerto Maldonado
Objetivo : Encontro Presidencial na Fronteira

ARGENTINA
Nome : Victor Hipolito Martinez
Cargo : Vice-Presidente da República
Período : 09 a 13/07
Local : Rio de Janeiro
Objetivo : Reunião da Comissão Jurídica Interamericana
Contatos realizados: Governador e Prefeito do Rio de Janeiro

Nome : Dante Caputo
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 09 a 11/08
Local : Campos do Jordão e Brasília
Objetivo : Reunião do Grupo dos Oito

Nome : Horácio Diaz Hermelo e José Luiz Salmeron
Cargo : Secretário dos Transportes e Presidente da Empresa "Ferrocarriles Argentinos", respectivamente
Período : 17 e 18/08
Objetivo : convite do Secretário-Geral do Ministério dos Transportes

Nome : Dante Caputo
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 21 e 23/08
Local : Manaus
Objetivo : escalas técnicas em viagem à Venezuela

URUGUAI
Nome : Enrique V. Iglesias

Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 07 a 12/08
Local : Campos do Jordão e Brasília
Objetivo : Reunião do Grupo dos Oito
Contatos realizados: Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Fazenda, UnB

Nome : Jorge Sanguinetti
Cargo : Ministro dos Transportes
Período : 11 e 12/08
Contatos realizados: Presidente da República, Ministros das Relações Exteriores, dos Transportes

Nome : Enrique Tarigo
Cargo : Vice-Presidente
Período : 23 a 30/08
Objetivo : visita oficial
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Presidentes do Senado, da Câmara, do STF, líderes de partidos políticos, Governador do Distrito Federal

PERU, VENEZUELA e COLÔMBIA
Nome : Alan Wagner, Simón Alberto Consalvi, Julio Londoño
Cargo : Ministros das Relações Exteriores
Período : 10 e 11/08
Local : Campos do Jordão
Objetivo : Reunião do Grupo dos Oito

AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL

BARBADOS
Nome : Ian Archer
Cargo : Secretário Permanente da Aviação
Período : 20 a 24/07
Objetivo : chefiar delegação à Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Barbados
Contatos realizados: Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI) – Min. da Aeronáutica, Rio de Janeiro

COSTA RICA
Nome : Rodrigo Zeledon

Cargo : Ministro da Ciência e Tecnologia
Período : 29/07 a 07/08
Objetivo : 26ª Reunião do Comitê Assessor de Investigação da Saúde (CAIS), no Rio de Janeiro
Contatos realizados: Ministro da Ciência e Tecnologia, Diretor do CNPq

EL SALVADOR
Nome : Ricardo Acevedo Peralta
Cargo : Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores
Período : 09 a 11/08
Objetivo : visita de caráter particular

ÁSIA E OCEANIA

TAILÂNDIA
Nome : Prapas Limpabandhu
Cargo : Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 02 a 06/07
Objetivo : conversações sobre possibilidade de incrementar-se o comércio bilateral e informar o Governo brasileiro sobre a questão do Campuchéia
Contatos realizados: Secretários-Gerais do MRE, MinAgri, MIC, MinFaz, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, reunião com COTIA, INTERBRÁS, ENGESA e SIDERBRÁS

MALÁSIA
Nome : Dato Lim Deng Yaik
Cargo : Ministro das Indústrias Primárias
Período : 02 a 05/07
Objetivo : exame das possibilidades de cooperação no campo dos produtos primários: estanho, borracha, óleo de dendê
Contatos realizados: Ministros da Agricultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, das Relações Exteriores, Presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas de Estanho e Presidente da Paranapanema

CHINA
Nome : Sra. Zhu Youlon
Cargo : Ministra Assistente do MOFERT
Período : 12 a 17/07

Objetivo : chefiar missão comercial do MOFERT à inauguração, em SP, da Importadora e Exportadora Sino-latino-americana do Brasil Ltda.
Contatos realizados: Diretor da CACEX

Nome : Zheeng Hong Ye
Cargo : Vice-Presidente do CCPIT (China Council for the Promotion of International Trade)
Período : 18 a 28/07
Objetivo : estabelecer contatos nas esferas governamental e privada dos setores de agroindústria e indústria têxtil

Nome : Wei De Sen
Cargo : Vice-Presidente da Chinese Academy of Space Technology (CAST)
Período : 28/07 a 06/08
Objetivo : implementar cooperação prevista com o INPE na área espacial

Nome : Zhang Xiangshan
Cargo : Conselheiro do Departamento de Relações Internacionais do Comitê Central do PCCH
Período : 28/08 a 09/09
Objetivo : convite do PFL
Contatos realizados: Ministros das Minas e Energia, das Comunicações, Presidentes da Câmara, do PFL, SGAP

JAPÃO

Nome : Uichi Noda
Cargo : Conselheiro do PDL e Presidente da Comissão de Arrecadação da Fundação Cultural e Educacional de Goio-Erê, Paraná
Período : 10 a 16/08
Objetivo : contatos com a referida fundação e entrega ao Presidente da República de carta do deputado Takeo Fukuda, Presidente da Liga Parlamentar Brasil-Japão

Nome : Kurinori Tanabe
Cargo : Economista do "Japan Centre for International Finance" (JCIF)
Local : Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Manaus, Foz do Iguaçu
Período : 28/08 a 18/09

Objetivo : prosseguir estudos do JCIF sobre conversão da dívida em investimentos

Contatos realizados: MRE, Banco Central, Embaixada dos EUA, FIESP, SUFRAMA, Itaipu, FIERJ, INTERBRÁS, empresas e instituições financeiras do setor privado

INDONÉSIA

Nome : Wartono Kadri
Cargo : Diretor-Geral de Reflorestamento e Reabilitação de Terras
Período : 12 a 16/08
Objetivo : estudos comparativos na área de florestas industriais
Contatos realizados: IBDF, Companhia Melhoramentos

ÁFRICA

ANGOLA

Nome : Pedro Castro dos Santos Van-Dänem (Loy)
Cargo : Ministro de Estado para a Esfera Produtiva e Ministro da Energia e Petróleos
Período : 27/07 a 04/08
Objetivo : visita de trabalho
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro, interino, das Relações Exteriores, Ministro das Minas e Energia, Ministro do Exército, Ministro da Educação

NIGÉRIA

Nome : Hamza Abdullahi
Cargo : Comodoro-do-Ar, Ministro de Estado para a Nova Capital Nigeriana
Período : 31/08 a 03/09
Objetivo : conhecer a experiência brasileira na mudança da capital para Brasília
Contatos realizados: MRE; Governador do DF

EUROPA OCIDENTAL

REINO UNIDO

Nome : Sir David Rowe-Ham
Cargo : "Lord Mayor" de Londres
Período : 26 a 28/08
Contatos realizados: Presidente do Senado, Ministro, interino, das Relações Exteriores, Governador do DF, SGAC, substituto

ITÁLIA
Nome : Suzana Agnelli
Cargo : Senadora, Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros
Objetivo : visita de delegação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores

EUROPA ORIENTAL

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
Nome : Boris Ivanovitch Orlov
Cargo : Responsável pelos Assuntos do Brasil no Ministério do Comércio Exterior
Período : 16/07 a 03/08
Objetivo : manter conversações com o Departamento da Europa do MRE
Contatos realizados: Chefe do DEU e Chefe da DE-I

TCHECOSLOVÁQUIA
Nome : Jan Garcar e outros
Cargo : Vice-Ministro do MINICOMEX, Chefe da delegação oficial tchecoslovaca à Comissão Mista
Período : 25/07 a 08/08

ORIENTE PRÓXIMO

COVEITE
Nome : Embaixador Suleiman Al-Shaheen
Cargo : Subsecretário das Relações Exteriores
Período : 10/07 a 15/07
Objetivo : viagem a convite do Governo brasileiro

ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ISLÂMICA
Nome : Seyed Sharifuddin Pizarda
Cargo : Secretário-Geral da Organização da Conferência Islâmica
Período : 19 a 23/08
Objetivo : visita no âmbito de périplo latino-americano

AMÉRICA DO SUL

BOLÍVIA, PERU, VENEZUELA
Nome : Alfredo Franco Guachalla, Orestes Rodríguez, Simón Paván
Cargo : Ministros do Trabalho
Período : 01 a 04/09
Objetivo : Encontro da Administração Democrática do Trabalho diante da Crise
Contatos realizados: Ministro do Trabalho

BOLÍVIA
Nome : Carlos Gonzáles Weiss
Cargo : Subsecretário de Integração e Assuntos Latino-americanos do Ministério das Relações Exteriores
Período : 02 a 05/09
Objetivo : chefiar Missão Econômico-comercial
Contatos realizados: MRE, MinAgri, MIC
Local : Brasília e São Paulo

SURINAME
Nome : Desy Bouterse
Cargo : Chefe de Governo
Período : 11/09
Objetivo : processo de normalização institucional no Suriname, cooperação financeira
Contatos realizados: Presidente da República, MRE

COLÔMBIA
Nome : Guillermo Perry
Cargo : Ministro das Minas e Energia
Período : 24 a 27/09
Objetivo : comércio e cooperação na área energética
Contatos realizados: MRE, MME, MIC

AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL

NICARÁGUA
Nome : Padre Ernesto Cardenal
Cargo : Ministro da Cultura
Período : 13 a 24/09
Objetivo : I Festival Latino-americano de Arte e Cultura

Contatos realizados: autoridades da área cultural em Brasília, Manaus, Salvador, RJ

CUBA
Nome : Daniel Legra Lopez
Cargo : Diretor do Banco Nacional de Cuba
Período : 24 a 29/10
Objetivo : Reunião Técnica de Presidentes de Bancos Centrais do Continente Americano
Contatos realizados: Presidente do BaCen e outras autoridades financeiras

FRONTEIRAS

ARGENTINA
Evento : COMISTA Brasileiro-argentina Demarcadora de Limites
Período : 15 a 18/09
Local : Brasília

ÁFRICA

MOÇAMBIQUE
Nome : Luís Bernardo Honwana
Cargo : Ministro da Cultura
Período : 06 a 09/10
Objetivo : chefiar Missão Preparatória à Segunda COMISTA

Nome : José Oscar Monteiro
Cargo : Ministro da Administração Estatal
Período : 22/10 a 10/11
Objetivo : conhecer instituições brasileiras especialistas em formação de recursos humanos no domínio da administração estatal e estudar formas de implementar a cooperação técnica Brasil-Moçambique

ORIENTE PRÓXIMO

LÍBIA
Nome : Jaddalah Azzouz Talhi
Cargo : Secretário do Comitê de Relações Exteriores
Período : 19 a 21/10
Objetivo : IV COMISTA Brasil-Líbia

Contatos realizados: Presidente da República, Ministros das Relações Exteriores e da Indústria e do Comércio

ÁSIA E OCEANIA

JAPÃO

Missão : Delegação do Banco de Tóquio (Sr. Yamaguchi)
Período : 12/09
Contatos realizados: Presidente da República

Nome : Akihiro Yokoyama
Cargo : funcionário da Power Reactor and Nuclear Fuel Development Corporation (PNC)
Período : 14 a 24/09
Objetivo : visitas a autoridades da NUCLEBRÁS, CNEN, MME, Ministério das Relações Exteriores (DEM, DCOPT)

Nome : Morihiko Hiramatsu
Cargo : Governador da Província de Oita
Período : 02 a 08/10
Objetivo : visita à Sociedade dos Imigrantes da Província de Oita no Brasil

Nome : Tomomitsu Oba
Cargo : Presidente do "Japan Productivity Centre"
Período : 26/10 a 01/11
Objetivo : chefiar Missão de Estudos Econômicos sobre as medidas relativas aos débitos acumulados e perspectivas futuras das relações bilaterais

PAQUISTÃO

Nome : Najmuddin A. Shaikh
Cargo : Embaixador, enviado especial do Primeiro-Ministro
Período : 14 a 17/09
Objetivo : portador de carta do Primeiro-Ministro Janejo, dirigida ao Presidente da República
Contatos realizados: Ministro das Relações Exteriores

AUSTRÁLIA

Nome : Michael Duffy
Cargo : Ministro das Negociações Comerciais
Período : 19 a 22/09
Objetivo : intercâmbio de idéias sobre negociações agrícolas na Rodada Uruguai

Contatos realizados: MRE (SG, SGAC, DPC, DPB), MinAgri, MinFaz, SEPLAN

CHINA
Nome : Zhu Qizhen
Cargo : Vice-Chanceler
Período : 08 a 24/10
Objetivo : Reunião de Embaixadores e Chefes de Missão da RPC na América Latina

INDONÉSIA
Nome : Hartono Padmowirjono
Cargo : Diretor-Geral de Preparação para Colonização do Ministério da Transmigração
Período : 19 a 23/10
Objetivo : visita aos projetos de assentamentos humanos do INCRA, contatos com o CNPq, CINGRA, DCOPT
Local : Brasília, Cuiabá e Alta Floresta

EUROPA OCIDENTAL

FRANÇA
Nome : André Fontaine
Cargo : Diretor-Geral do jornal "Le Monde"
Período : 21/09 a 09/10
Contatos realizados: Presidente da República, Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda, da SEPLAN, Governador do DF

REINO UNIDO
Nome : Princesa Anne
Período : 23 a 29/09
Objetivo : participar, no RJ, de Reunião da "International Equestrian Federation"
Contatos realizados: Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores

EUROPA ORIENTAL

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
Nome : Leonid Filippovitch Kusmin e outros
Cargo : Embaixador, Chefe do Departamento da América

Período : 24/09 a 02/10
Objetivo : acompanhar o Ministro Chevardnadze ao Brasil

Nome : Gueorgui Alexandrovitch Denissenko
Cargo : Físico, Secretário Científico do Instituto de Cristalografia da Academia de Ciências da URSS
Objetivo : participar da preparação do Simpósio Soviético-brasileiro sobre Crescimento de Monocristais
Período : 27/09 a 28/10
Contatos realizados: Sr. Gilberto de Sá, da Universidade de Pernambuco

Nome : Eduard A. Chevardnadze
Cargo : Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 28 a 30/09
Objetivo : visita oficial
Contatos realizados: Presidente da República, Presidentes do Senado e da Câmara, Presidente do STF, Ministro das Relações Exteriores

Nome : Artour Nikolaevitch Tchilingarov
Cargo : Oceanógrafo
Objetivo : participar da XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida
Período : 05 a 16/10
Contatos realizados: Ministério das Relações Exteriores

Nome : Evgueni Sergueevitch Kobotkevitch
Cargo : Físico-geógrafo
Período : 05 a 16/10
Objetivo : participar da XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida
Contatos realizados: Ministério das Relações Exteriores

ROMÊNIA
Nome : Mircea Plaisanu e Simona Valceanu
Cargo : Diplomata, Diretor do Ministério do Comércio Exterior da Cooperação Internacional
Período : 27/09 a 12/10
Contatos realizados: MRE, MME, CVRD, CAEMI, Cotia e outros

POLÔNIA
Nome : Janusz Mickiewicz

Cargo : Diplomata, ex-Embaixador no Brasil
Período : 05 a 16/10
Objetivo : participar da XIV Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, realizado no Rio de Janeiro

HUNGRIA
Nome : Dr. Melega Tibor
Cargo : Vice-Ministro do Comércio
Período : 05 a 25/10
Objetivo : participar da Semana Húngara em São Paulo
Contatos realizados: MRE e várias autoridades em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro

NOVEMBRO/DEZEMBRO

AMÉRICA DO SUL

VENEZUELA
Nome : Ítalo del Valle Alliegro
Cargo : Comandante-Geral do Exército
Período : 11 a 15/11
Objetivo : convite do Ministro do Exército
Contatos realizados: autoridades militares

EQUADOR
Nome : Jorge Asanza Acaiturri
Cargo : Comandante do Exército
Período : 23 a 30/11
Objetivo : convite no contexto do PNEMEM
Contatos realizados: autoridades militares e indústrias bélicas

SURINAME
Nome : Comandante Iwan Graanoogst
Cargo : Chefe do Estado-Maior do Exército
Período : 01 a 07/12
Objetivo : formatura de cadetes surinamenses na Academia Militar das Agulhas Negras
Contatos realizados: autoridades militares

AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL

CANADÁ
Nome : Jack Epp

Cargo : Ministro da Saúde
Período : 31/12
Objetivo : visita particular

ÁFRICA

ANGOLA

Nome : Maria Eugênia da Silva Neto
Período : 09 a 13/11
Objetivo : a viúva do ex-Presidente angolano veio para inaugurar busto de seu marido na Associação Cultural Antonio Agostinho Neto, em São Paulo, no contexto do 12º Aniversário da Independência de Angola

Nome : Álvaro Cambire
Cargo : Diretor do Departamento de Recursos Humanos do Ministério das Relações Exteriores
Período : 07 a 14/12
Objetivo : conhecer o funcionamento do Itamaraty e buscar cooperação na formação de quadros

Nome : Antônio Henriques da Silva
Cargo : Ministro do Plano
Período : 14 a 19/12
Objetivo : portador de mensagem do Presidente José Eduardo dos Santos ao Presidente da República e manter contatos com autoridades da área econômico-financeira

MOÇAMBIQUE

Nome : Isaías de Abreu Muhate
Cargo : Vice-Ministro dos Transportes
Período : 15 a 21/11
Objetivo : verificar possibilidade de incrementar a cooperação técnica com o Brasil na área dos transportes

ÁSIA E OCEANIA

CHINA

Nome : Yuan Shuxum
Cargo : Vice-Diretor do Dep. de Cooperação Internacional do Ministério da Indústria Eletrônica
Período : 01 a 09/11
Objetivo : contatos na área de indústria eletrônica

Nome : Zhai Naiwen
Cargo : Diretor do Dep. de Sistema de Produção da Comissão Estatal da Reforma Estrutural
Período : 09 a 20/11
Objetivo : conhecer o sistema de administração das estatais brasileiras

Nome : Bao Keming
Cargo : Vice-Ministro da Aeronáutica
Período : 02 a 09/12
Objetivo : dar continuidade à cooperação sino-brasileira no domínio aeroespacial
Contatos realizados: Ministros da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores (interino), do EMFA

Nome : Qian Dadong
Cargo : Chefe do Dep. de Assuntos Internacionais da Federação Nacional dos Sindicatos da China (FNSC)
Período : 02 a 10/12
Objetivo : estabelecer contatos com sindicalistas brasileiros
Contatos realizados: sindicatos em Brasília, RJ, BH, SP

AUSTRÁLIA
Nome : Barry Jones e Roy Green
Cargo : Ministro da Ciência e Pequena Empresa e Subsecretário-Geral do Ministério da Indústria, Tecnologia e Comércio
Período : 04 a 08/11
Contatos realizados: Rio de Janeiro: Secretário da Ciência e Tecnologia, Presidente da FIOCRUZ; Brasília: Ministro da Ciência e Tecnologia, Presidente da EMBRAPA e Presidente do CEBRAE; São Paulo: CTA da Aeronáutica, Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP; Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional

JAPÃO
Nome : Tanigawa
Cargo : Diretor do Ministério do Comércio Internacional e Indústria (MITI)
Período : 29/11 a 02/12
Objetivo : tratar com o Banco Central questões relativas ao reescalonamento da dívida bilateral

ÍNDIA
Nome : Shri Nath Yadav

Cargo : Secretário-Geral Adjunto da FICCI
Objetivo : participar da Reunião de Representantes de Câmaras de Comércio e Indústria dos Países em Desenvolvimento
Local : Rio de Janeiro

EUROPA OCIDENTAL

SUÉCIA
Nome : Thage Peterson
Cargo : Ministro da Indústria
Período : 05 a 15/11
Objetivo : convite do Ministro da Indústria e do Comércio
Contatos realizados: MIC, MiniFaz, MRE (interino)

SUÍÇA
Nome : Embaixador David de Pury
Cargo : Delegado para Assuntos Comerciais Externos do Dep. Federal de Economia Pública
Período : 08 a 13/11
Contatos realizados: MiniFaz, SG das Relações Exteriores, Chefe do DEC, Banco Central

NORUEGA
Nome : Torill Sjaastad
Cargo : Chefe de Divisão do Ministério do Comércio e Navegação
Período : 20/11
Objetivo : dar seguimento aos assuntos da VI COMISTA Brasil-Noruega
Contatos realizados: Chefe do DEC

Nome : Cornelio Sommaruga
Cargo : Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha
Período : 24 e 25/11
Objetivo : VI Assembléia-Geral da Liga das Sociedades de Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
Contatos realizados: Ministro das Relações Exteriores, Ministro-Chefe do EMFA, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Presidente do Senado

Nome : Antoni Comas
Cargo : Representante da Generalitat (Catalunha, Espanha)
Período : 16 e 17/12

Objetivo : manter conversações a respeito da visita ao Brasil do Presidente da Generalitat, em 1988
Contatos realizados: SG das Relações Exteriores, Chefe do DEU

EUROPA ORIENTAL

HUNGRIA
Nome : Karoly Németh
Cargo : Presidente do Conselho Presidencial
Período : 16 a 18/11
Objetivo : visita oficial
Comitiva : Veress Peter, Ministro do Comércio Exterior; Banyasz. Rezso, Secretário de Estado; Nagy Gabor, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros; Doboczky Istvan, Vice-Ministro da Agricultura; Kortvelyes Istvan, Vice-Ministro da Indústria

TCHECOSLOVÁQUIA
Nome : Josef Slavik
Cargo : Diretor do Instituto Internacional dos Jornalistas em Praga
Período : 27/11 a 07/12
Objetivo : "XVIII International Council of Amnesty International", em São Paulo

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
Nome : Klaus Haertig
Cargo : Chefe do Departamento da América Latina do Ministério do Comércio Exterior
Período : 06 a 15/12
Objetivo : trocar idéias sobre o comércio bilateral com a CACEX, empresas privadas, estatais e autoridades brasileiras

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
Nome : Viktor Komplektov
Cargo : Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 17 a 20/12

ORIENTE PRÓXIMO

IRAQUE
Nome : Mohammed Mehdi Saleh
Cargo : Ministro do Comércio
Período : 01 a 07/12

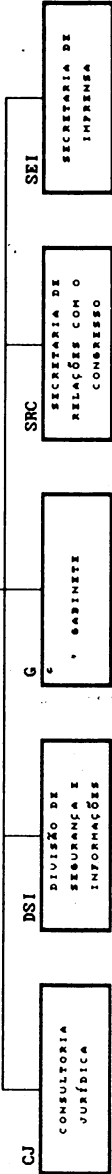
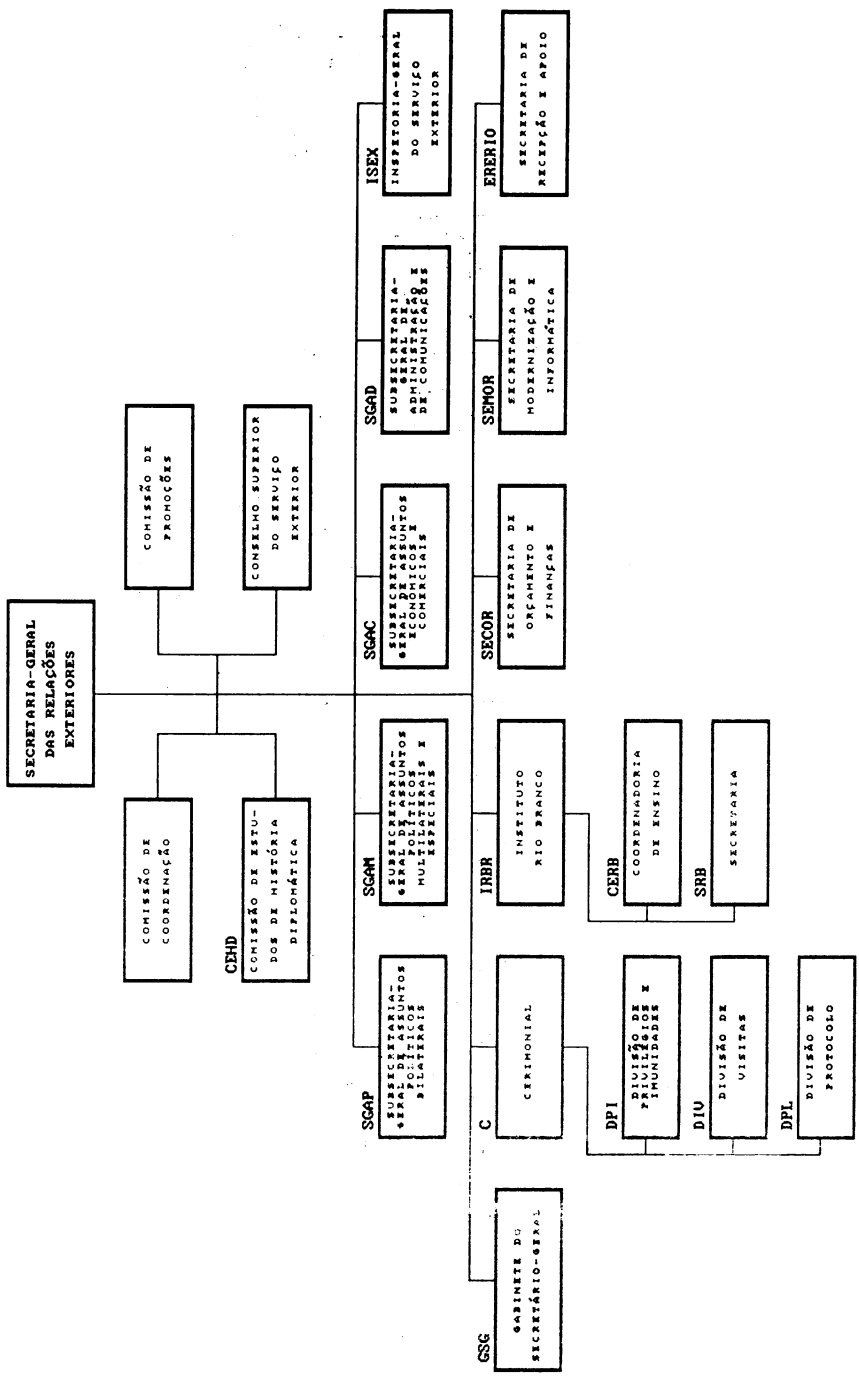
Objetivo : assinatura do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica com o Brasil

ISRAEL

Nome : Shimon Peres
Cargo : Vice-Primeiro-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 14 a 15/12
Objetivo : a convite do Governo brasileiro

APÊNDICE III
ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO DE ESTADO
MISSÕES DIPLOMÁTICAS
. EMBAIXADAS
. DELEGAÇÕES PERMANENTES
SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPARTIÇÕES CONSULARES E OUTRAS
. CONSULADOS-GERAIS
. CONSULADOS
. VICE-CONSULADOS
. CONSULADOS HONORÁRIOS
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
COMISSÃO DE PROMOÇÕES
CEHD
COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DIPLOMÁTICA
CONSELHO SUPERIOR DO SERVIÇO EXTERIOR
CISET
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
SGAP
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS
SGAM
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS
SGAC
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS
SGAD
SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE COMUNICAÇÕES
ISEX
INSPETORIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
GSG
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL
C
CERIMONIAL
IRBR
INSTITUTO RIO BRANCO
SECOR
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEMOR
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA
ERERIO
SECRETARIA DE RECEPÇÃO E APOIO
FUNAG
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
. ABC
IPRI

ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO DE ESTADO
CJ
CONSULTORIA JURÍDICA
DSI
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
G
GABINETE
SRC
SECRETARIA DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO
SEI
SECRETARIA DE IMPRENSA

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
CEHD
COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DIPLOMÁTICA
COMISSÃO DE PROMOÇÕES
CONSELHO SUPERIOR DO SERVIÇO EXTERIOR
SGAP
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS
SGAM
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS
SGAC
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS
SGAD
SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE COMUNICAÇÕES
ISEX
INSPETORIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR
GSG
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL
C
CERIMONIAL
IRBR
INSTITUTO RIO BRANCO
SECOR
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEMOR
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA
ERERIO
SECRETARIA DE RECEPÇÃO E APOIO
DPI
DIVISÃO DE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES
DIV
DIVISÃO DE VISITAS
DPL
DIVISÃO DE PROTOCOLO
CERB
COORDENADORIA DE ENSINO
SRB
SECRETARIA

SGAP
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS
PCDL
PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES
SCDL
SEGUNDA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES
DAA
DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS
DAM-I
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL - I
DAM-II
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL - II
DCS
DIVISÃO DA AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL
DF
DIVISÃO DE FRONTEIRAS
DEU
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DE-I
DIVISÃO DA EUROPA - I
DE-II
DIVISÃO DA EUROPA - II
DEAF
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DAF-I
DIVISÃO DA ÁFRICA - I
DAF-II
DIVISÃO DA ÁFRICA - II
DEOP
DEPARTAMENTO DO ORIENTE PRÓXIMO
DOP-I
DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - I
DOP-II
DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - II
DAO
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DAOC-I
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - I
DAOC-II
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - II
DCJ
DEPARTAMENTO CONSULAR E JURÍDICO
DCN
DIVISÃO CONSULAR
DPP
DIVISÃO DE PASSAPORTES
DIM
DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO
DJ
DIVISÃO JURÍDICA
DAI
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS
DEAP
DIVISÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO POLÍTICA DE PROGRAMAS BILATERAIS

SGAM
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS
DTE
DEPARTAMENTO DE TEMAS INTERNACIONAIS ESPECIAIS
DOI
DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS
DC
DEPARTAMENTO CULTURAL
MHD
MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO
DIE
DIVISÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS
DMAE
DIVISÃO DO MAR, DA ANTÁRTIDA E DO ESPAÇO
DNU
DIVISÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
DEA
DIVISÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
DHM
DIVISÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS E DO MEIO AMBIENTE
DDC
DIVISÃO DE DIFUSÃO CULTURAL
DCINT
DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL

SGAC
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS
DEPE
DIVISÃO ESPECIAL DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS
DEC
DEPARTAMENTO ECONOMICO
DPC
DIVISÃO DE POLÍTICA COMERCIAL
DCI
DIVISÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL
DPF
DIVISÃO DE POLÍTICA FINANCEIRA
DPB
DIVISÃO DE PRODUTOS DE BASE
DTC
DIVISÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
DEM
DIVISÃO DE ENERGIA E RECURSOS MINERAIS
DECLA
DIVISÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA
DPR
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL
DPG
DIVISÃO DE PROGRAMAS DE PRO-MOÇÃO COMERCIAL
DIC
DIVISÃO DE INFORMAÇÃO COMERCIAL
DFT
DIVISÃO DE FEIRAS E TURISMO
DOC
DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE PRO-MOÇÃO COMERCIAL
DCT
DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO CIEN-TÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA
DCTEC
DIVISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DCOPT
DIVISÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
DFTR
DIVISÃO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO

SGAD
SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE COMUNICAÇÕES
DEPROD
DIVISÃO ESPECIAL DE PROGRAMAÇÃO ADMINISTRATIVA
DSE
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR
DP
DIVISÃO DO PESSOAL
DPAG
DIVISÃO DE PAGAMENTOS DO PESSOAL
DRH
DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SAMS
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL
SAD
SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
DA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DSG
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
DAEX
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS POSTOS NO EXTERIOR
SARQ
SERVIÇO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA
SEF
SEÇÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA
DCD
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO
DCO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES
DAR
DIVISÃO DE ARQUIVO
CPD
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
CDO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
SMCD
SEÇÃO DE MALAS E CORREIO DIPLOMÁTICO
SAC
SEÇÃO AUXILIAR DE CONTROLE
CPRAH
COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MRE